

Comércio inter-regional em Portugal

Ferramenta de análise de impactos económicos
à escala regional



FICHA TÉCNICA

Título

Comércio inter-regional em Portugal - Relatório

Data

Novembro de 2023

Autoria

Trabalho desenvolvido pela FEUC/CeBER, conduzido sob a responsabilidade científica e coordenação do Professor Luís Cruz, com o apoio técnico-científico dos professores Vítor Raposo, Eduardo Barata, Luís Lopes, Carla Teotónio e do Mestre José Miguel Rebolho. O trabalho contou, igualmente, com a colaboração, na sua conceção e elaboração, do Professor João Pedro Ferreira, da Universidade da Virgínia, EUA.

Revisão gráfica e *layout*

Equipa Multidisciplinar de Comunicação Estratégica (EMCE) – PlanAPP

PlanAPP – Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública

Rua Filipe Folque, 44

1069-123 Lisboa

utpp@planapp.gov.pt

www.planapp.gov.pt

Índice

<i>SUMÁRIO EXECUTIVO</i>	5
1. Introdução	8
2. A evolução recente da economia das regiões NUTS II portuguesas	9
a. Retrato da Região Norte	9
i. Ramos de Atividade	12
b. Retrato da Região Centro	17
i. Ramos de Atividade	20
c. Retrato da Região da Área Metropolitana De Lisboa	25
i. Ramos de Atividade	30
d. Retrato da Região do Alentejo	35
i. Ramos de Atividade	40
e. Retrato da Região do Algarve	45
i. Ramos de Atividade	49
f. Retrato da Região Autónoma dos Açores	55
i. Ramos de Atividade	58
g. Retrato da Região Autónoma da Madeira	63
i. Ramos de Atividade	66
3. Comércio inter-regional – enquadramento	71
a. A (in)disponibilidade de estatísticas	71
b. A importância das transações inter-regionais	72
c. Aspectos metodológicos associados à estimação do comércio inter-regional em Portugal	72
4. Caracterização (setorial) do comércio inter-regional	76
a. O comércio inter-regional e a base económica da Região Norte	76
i. Balança comercial	76
ii. Comércio inter-regional	78
iii. Produtos mais importantes, em termos de Exportações Líquidas globais (inter-regionais e internacionais).....	80
iv. Dependência de produtos do exterior, em termos de Exportações Líquidas globais (inter-regionais e internacionais)	82
v. Contributo setorial para a criação de emprego das exportações inter-regionais	82
b. O comércio inter-regional e a base económica da Região Centro	84
i. Balança comercial	84
ii. Comércio inter-regional	85
iii. Produtos mais importantes, em termos de Exportações Líquidas globais (inter-regionais e internacionais).....	87
iv. Dependência de produtos do exterior, em termos de Exportações Líquidas globais (inter-regionais e internacionais).....	88
v. Contributo setorial para a criação de emprego das exportações inter-regionais	89

c.	O comércio inter-regional e a base económica da Área Metropolitana de Lisboa	90
i.	Balança comercial	90
ii.	Comércio inter-regional	90
iii.	Produtos mais importantes, em termos de Exportações Líquidas globais (inter-regionais e internacionais)	93
iv.	Dependência de produtos do exterior, em termos de Exportações Líquidas globais (inter-regionais e internacionais)	94
v.	Contributo setorial para a criação de emprego das exportações inter-regionais	95
d.	O comércio inter-regional e a base económica da Região do Alentejo	96
i.	Balança comercial	96
ii.	Comércio inter-regional	97
iii.	Produtos mais importantes, em termos de Exportações Líquidas globais (inter-regionais e internacionais)	99
iv.	Dependência de produtos do exterior, em termos de Exportações Líquidas globais (inter-regionais e internacionais)	101
v.	Contributo setorial para a criação de emprego das exportações inter-regionais	101
e.	O comércio inter-regional e a base económica da Região do Algarve	103
i.	Balança comercial	103
ii.	Comércio inter-regional	103
iii.	Produtos mais importantes, em termos de Exportações Líquidas globais (inter-regionais e internacionais)	106
iv.	Dependência de produtos do exterior, em termos de Exportações Líquidas globais (inter-regionais e internacionais)	107
v.	Contributo setorial para a criação de emprego das exportações inter-regionais	108
f.	O comércio inter-regional e a base económica da Região Autónoma dos Açores	109
i.	Balança comercial	109
ii.	Comércio inter-regional	109
iii.	Produtos mais importantes, em termos de Exportações Líquidas globais (inter-regionais e internacionais)	112
iv.	Dependência de produtos do exterior, em termos de Exportações Líquidas globais (inter-regionais e internacionais)	113
v.	Contributo setorial para a criação de emprego das exportações inter-regionais	113
g.	O comércio inter-regional e a base económica da Região Autónoma da Madeira	115
i.	Balança comercial	115
ii.	Comércio inter-regional	116
iii.	Produtos mais importantes, em termos de Exportações Líquidas globais (inter-regionais e internacionais)	118
iv.	Dependência de produtos do exterior, em termos de Exportações Líquidas globais (inter-regionais e internacionais)	119
v.	Contributo setorial para a criação de emprego das exportações inter-regionais	120
5.	Nota final	122
6.	Referências bibliográficas	123

SUMÁRIO EXECUTIVO

A importância das transações interregionais e a (in)disponibilidade de estatísticas

Num mundo cada vez mais interdependente e onde os produtos são cada vez mais complexos, o conhecimento da natureza das cadeias de valor e da forma como estão interligadas, em termos interregionais e internacionais, é condição necessária para perspetivar melhores políticas públicas e desenhar instrumentos capazes de contribuir para um crescimento económico sustentável e duradouro.

O *Relatório de Comércio InterRegional* (doravante, o Relatório) aqui apresentado complementa o “Relatório Técnico sobre a construção e derivação das matrizes *Input-Output* (I-O) para as regiões portuguesas”, respeitante à abordagem *PReMMIA* (*Portuguese Regions Model for Multi Impact Analysis*), ambos produzidos pela equipa da FEUC/CeBER e remetidos ao PlanAPP, no âmbito do protocolo entre as duas instituições. A abordagem *PReMMIA* consiste na derivação, num modelo retangular, admitindo 431 produtos produzidos por 125 ramos de atividade, de um conjunto de matrizes I-O, tendo 2017 como ano base, para cada uma das regiões NUTS II portuguesas.

O principal objetivo do Relatório é apresentar uma nova visão da base económica e dependências comerciais de cada uma das sete regiões NUTS II portuguesas, que complementando uma abordagem tradicional, combina a utilização da informação estatística disponível (associada ao comércio internacional de produtos) com uma abordagem a partir de estimativas do comércio interregional (sobre o qual não existe informação estatística oficial disponível).

Este trabalho propõe um conjunto de indicadores inéditos para a economia portuguesa, que constituem um produto intermédio da citada derivação de modelos multirregionais *Input-Output* (MRIO), que está a ser desenvolvida no âmbito do projecto *PReMMIA*. A informação aqui considerada destaca a estimação dos fluxos de comércio interregional entre cada uma das sete regiões NUTS II e o resto de Portugal, sendo instrumental para estabelecer a base económica e a estrutura de dependências de cada região, assim como para reconhecer como os choques que ocorrem numa região contagiam diferentes ramos de atividade, nessa e noutras regiões.

A estimação do comércio interregional é a tarefa mais exigente no processo de construção de um modelo MRIO, nomeadamente dada a inexistência de um valor nacional que sirva como âncora para as estimativas regionais e os fluxos de transações que ocorrem entre as diferentes regiões do mesmo país (designadas de exportações e importações interregionais). Essa é a principal razão que confere a este trabalho uma natureza inédita e inovadora. Outra vantagem relevante é a de proporcionar, também para cada uma das regiões NUTS II portuguesas, estimativas para o comércio internacional de serviços.

O comércio inter-regional e a base económica das regiões NUTS II portuguesas

A Tabela 1 apresenta, para cada uma das sete regiões NUTS II portuguesas, um saldo “mais completo” da Balança Comercial do que o que pode ser obtido nas contas nacionais e regionais portuguesas. Isto deve-se ao facto de integrar três dimensões distintas: as trocas internacionais, o comércio interregional e o turismo. A informação apresentada na Tabela 1 corresponde a uma visão agregada da soma das balanças estimadas para cada um dos produtos considerados no modelo (431) em cada uma das sete regiões. Os ramos mais determinantes, em cada uma delas, serão apresentados mais adiante.

Tabela 1 – Balança Comercial da Região (PREMMIA) (Unidades: 10⁶€; % do VAB da Região)

Região	Export. Inter-regionais	Import. Inter-regionais	Saldo Inter-Regional	Export. Inter-nacionais	Import. Inter-nacionais	Saldo Inter-nacional	Consumo NRes. em Terr. Nac.	Consumo Resid.no Estrang.	Saldo Internac. B&S c/Turismo	Saldo Intern. e Inter-reg. da Região
Norte	19 678,7	22 270,2	-2 591,6	24 106,9	25 220,9	-1 114,0	726,6	1 015,0	-1 402,4	-3 994,0
% do VAB	39,4%	44,6%		48,3%	50,5%		1,5%	2,0%		
Centro	16 227,4	16 312,5	-85,1	13 992,8	15 808,8	-1 816,0	426,0	607,1	-1 997,1	-2 082,2
% do VAB	50,9%	51,2%		43,9%	49,6%		1,3%	1,9%		
AMLisboa	26 027,9	21 742,2	4 285,7	19 125,3	26 897,0	-7 771,7	2 062,5	1 083,6	-6 792,9	-2 507,2
% do VAB	42,7%	35,7%		31,4%	44,2%		3,4%	1,8%		
Alentejo	8 474,3	6 357,1	2 117,2	5 559,6	6 956,9	-1 397,3	97,6	197,8	-1 497,5	619,7
% do VAB	76,2%	57,2%		50,0%	62,6%		0,9%	1,8%		
Algarve	2 899,5	5 235,9	-2 336,5	892,4	1 971,4	-1 079,0	2 063,1	134,2	849,9	-1 486,6
% do VAB	36,3%	65,6%		11,2%	24,7%		25,8%	1,7%		
RAAçores	1 782,3	1 864,0	-81,7	659,3	877,3	-217,9	122,3	65,6	-161,3	-243,0
% do VAB	50,1%	52,4%		18,5%	24,7%		3,4%	1,8%		
RAMad.	1 814,4	3 107,4	-1 293,0	607,7	983,4	-375,7	678,3	67,8	234,8	-1 058,2
% do VAB	43,4%	74,3%		14,5%	23,5%		16,2%	1,6%		

É assinalável a expressão que assume o comércio interregional, apresentando valores da mesma ordem de grandeza do comércio internacional. Este facto sublinha que, se é verdade que as regiões portuguesas têm apresentado um aumento significativo da sua exposição ao exterior, é igualmente verdade que são, também, muito dependentes entre si. Ou seja, para todas as regiões, com exceção da Região Norte, a procura originada noutras regiões do país pelos produtos produzidos na região é maior do que a procura internacional. Nos casos da Região do Algarve e da Região Autónoma da Madeira é, igualmente, possível perceber que o consumo dos turistas (i.e., de não residentes) é mais expressivo do que as exportações internacionais de bens e serviços. A nível dos saldos das diferentes balanças, assinala-se, por exemplo para a Região Norte, um défice em todas as balanças, sendo o maior o da balança interregional. Já as regiões da Área Metropolitana de Lisboa e do Alentejo apresentam saldos positivos a nível do comércio interregional.

Considerando as exportações líquidas (de importações) totais (ou seja, a soma do comércio interregional, internacional e turismo), a Tabela 2 apresenta os três principais setores exportadores de cada região, de forma agregada.

Tabela 2 – Principais ramos, em termos de exportações líquidas totais por região (PReMMIA)

Ramos de atividade	Export. Totais (10 ⁶ €)	Import. Totais (10 ⁶ €)	VAB (10 ⁶ €)	VAB (% da região)	Emprego (10 ³)	Emprego (% da região)
Norte						
Produtos têxteis, vestuário e de couro	7 220,8	3 424,3	3 573,7	7,2	186,3	11,3
Produtos de madeira, papel, e derivados	2 364,0	1.470,7	993,3	2,0	29,3	1,8
Produtos de borracha, de plástico e matérias não metálicas	2 570,7	1.867,7	1067,0	2,1	23,1	1,4
Centro						
Produtos de borracha, de plástico e matérias não metálicas	3 036,9	1.333,3	1.204,7	3,8	32,6	3,5
Produtos de madeira, papel, e derivados	2 373,0	1.262,2	715,2	2,2	15,2	1,6
Serviços de alojamento e restauração	1 477,1	839,3	1 525,0	4,8	49,1	5,3
Área Metropolitana de Lisboa						
Serviços de Transporte e Armazenagem	5 993,5	2.498,4	3 864,0	6,3	67,7	5,6
Serviços Financeiros e de Seguros	4 176,4	1.359,2	5 274,6	8,7	44,5	3,7
Vendas por grosso e a retalho; repar. de veículos e motociclos	3 310,8	646,9	8 819,1	14,5	212,4	17,6
Alentejo						
Produtos de Coque e refinados petrolíferos	2 945,9	559,4	369,2	3,3	0,5	0,1
Produtos da Agricultura, Floresta e Pesca	1 708,0	789,2	1 225,4	11,0	43,9	11,8
Produtos Alimentares, Bebidas e Tabaco	2 426,1	1 684,2	531,9	4,8	15,0	4,0
Algarve						
Serviços de Alojamento e Restauração	2 737,0	1 533,1	1 906,1	23,9	42,4	21,6
Produtos da Agricultura, Floresta e Pesca	377,0	240,2	304,0	3,8	12,6	6,4
Serviços Administrativos e de Apoio	332,5	223,3	329,7	4,1	5,1	2,6
Região Autónoma dos Açores						
Serviços de Transporte e Armazenagem	371,0	192,0	215,0	6,0	4,1	3,8
Serviços de Alojamento e Restauração	331,6	167,2	260,7	7,3	7,2	6,6
Produtos da Agricultura, Floresta e Pesca	316,0	186,7	308,3	8,7	10,2	9,4
Região Autónoma da Madeira						
Serviços de Transporte e Armazenagem	416,7	239,6	284,8	6,8	4,2	3,7
Vendas por grosso e a retalho; repar. de veículos e motociclos	223,2	124,3	530,3	12,7	18,5	16,7
Serviços jurídicos, de contabil., gestão, arquit., eng. e ensaios	171,1	86,8	152,8	3,7	2,8	2,5

A quantificação de fluxos e trocas comerciais e a análise da Tabela 2 refletem a natureza heterogénea das regiões portuguesas. Por exemplo, enquanto as regiões Norte e Centro têm no seu *top 3* produtos da indústria transformadora, a Área Metropolitana de Lisboa exporta principalmente serviços para as outras regiões do país. Percebe-se, igualmente, a importância da Refinaria de Sines e da Agricultura e Floresta para a Região do Alentejo, assim como do Turismo para as Regiões Autónomas, mas, fundamentalmente, para a Região do Algarve, onde representa mais de 20% do VAB e do emprego regional. Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o peso do ramo dos transportes está, naturalmente, associado à sua natureza insular.

Para concluir, assinala-se que os dados apresentados no Relatório expõem características dos territórios que as estatísticas oficiais não permitem conhecer diretamente, proporcionando um retrato mais rigoroso e detalhado das regiões e das interdependências interregionais, e permitindo assim perceber melhor os mecanismos que intervêm nos processos de desenvolvimento desiguais das regiões, sendo, pois, reveladores do potencial da ferramenta PReMMIA para perspetivar melhores políticas públicas.

RELATÓRIO DE COMÉRCIO INTER-REGIONAL

1. Introdução

Este documento tem como objetivo principal apresentar uma caracterização da economia das sete regiões NUTS II portuguesas, considerando uma abordagem mais tradicional a partir da informação estatística (de cariz regional) publicamente disponível, evidenciando a evolução recente de algumas variáveis económicas, mas também, e com particular enfoque, numa abordagem diferenciada que apenas pode ser efetuada a partir de estimativas do comércio interregional entre essa região e o conjunto das restantes NUTS II de Portugal, e para as quais não há informação estatística disponível. Assim, começa-se, na secção 2, por apresentar uma caracterização (“retrato”) das sete regiões NUTS II a partir da análise da evolução recente de um conjunto de variáveis macroeconómicas para as quais foi possível obter informação de cariz regional disponibilizada no *site* do INE. Algumas destas variáveis são apresentadas numa perspetiva agregada, do total da economia da região e do país (como por exemplo o Produto Interno Bruto (PIB) total e per capita, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), o Emprego por indivíduos totais e remunerados, bem como as respetivas Remunerações), enquanto noutras se procede a uma análise desagregada por ramos de atividade (a exemplo do Valor Acrescentado Bruto (VAB), do Emprego e da produtividade), de modo a poder evidenciar-se a natureza relativamente heterogénea das regiões portuguesas.

O “Relatório técnico sobre a construção e derivação das matrizes *Input-Output* para as regiões portuguesas”, no que designámos por abordagem *PReMMIA* (*Portuguese Regions Model for Multi Impact Analysis*), foi produzido pela equipa da FEUC/CeBER e remetido ao PlanAPP em 2022, no âmbito do protocolo entre as duas instituições. No essencial, apresentou uma visão geral das características e procedimentos adotados para tratamento dos dados, primeiro a nível nacional, e depois abordando o processo de regionalização das matrizes *Input-Output* (I-O). Em suma o *PReMMIA* constitui uma base de dados associada à derivação de um conjunto de matrizes I-O, relativas a 2017, considerando fluxos domésticos e a preços de base, num modelo retangular, admitindo 431 produtos e 125 ramos de atividade que caracterizam cada uma das regiões NUTS II portuguesas.

Este relatório complementa o anterior, acima referido, com enfoque nos aspetos mais diretamente associados ao processo de estimação do comércio interregional, no contexto da derivação de modelos birregionais I-O. Para o efeito, a secção 3 focar-se-á no enquadramento da importância de conhecer os fluxos interregionais e numa breve descrição das principais opções metodológicas que foi necessário adotar para os estimar. Em seguida, na secção 4, complementa-se a caracterização económica apresentada na secção 2, a partir da análise de estimações de comércio interregional produzidas no âmbito de cada um dos sete modelos birregionais do *PReMMIA*, permitindo assim conhecer melhor a “base económica” de cada região.

2. A evolução recente da economia das regiões NUTS II portuguesas

a. Retrato da Região Norte

Com uma área de 21 286 Km², a Região Norte é a terceira NUTS II de Portugal com mais território. Compreende 86 municípios, organizados em oito sub-regiões NUTS III: Alto Minho, Cávado, Ave, Área Metropolitana do Porto, Alto Tâmega, Tâmega e Sousa, Douro e Terras de Trás-os-Montes.

A Região Norte contabiliza 3 586 586 habitantes, i.e., 35% da população nacional (CENSOS 2021, INE (2022)). Destes, 90% residem nas regiões NUTS III localizadas mais a ocidente, que representam aproximadamente 41% da área da Região Norte: Alto Minho, Cávado, Ave, Área Metropolitana do Porto e Tâmega e Sousa. Neste subconjunto de regiões NUTS III a densidade populacional é de 365,5 hab/Km², enquanto nas restantes regiões NUTS III a densidade é consideravelmente menor, 30 hab/km².

Em termos económicos, a Região Norte sobe para o segundo lugar nas que têm maior peso no Produto Interno Bruto (PIB) português, representando 30,2% do total nacional. A Tabela NOR 1 mostra a evolução deste indicador, na região e no País.

Tabela NOR 1 - PIB a preços correntes (10⁶ €)

	País	Região Norte	% do País
2011	176.096,2	49.832,7	28,3%
2012	168.295,6	48.345,5	28,7%
2013	170.492,3	49.397,7	29,0%
2014	173.053,7	50.782,1	29,3%
2015	179.713,2	52.770,6	29,4%
2016	186.489,8	55.077,7	29,5%
2017	195.947,2	57.652,7	29,4%
2018	205.184,1	60.909,7	29,7%
2019	214.374,6	63.524,6	29,6%
2020	200.518,9	60.578,9	30,2%
2021	214.470,7	64.708,6	30,2%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

No período em análise (2011-2021), a Região Norte viu a sua importância económica reforçada, medida em termos de PIB a preços correntes (assim sendo, a evolução deste indicador reflete também o crescimento dos preços, ainda que se assinala que o ritmo verificado neste período tenha sido baixo: em Portugal, a taxa média de crescimento anual do Índice de Preços no Consumidor foi de 0,8%, resultando em termos acumulados num crescimento de 8,1%, no período em apreço).

O PIB aumentou de 49 832,7 para 64 708,6 milhões de euros. Neste período, apenas em dois anos se verificou uma redução do PIB. Em 2012, ano imediatamente posterior ao pedido de assistência financeira internacional, e em 2020, em plena crise pandémica da COVID-19. No entanto, deve salientar-se que a Região Norte ultrapassou com assinalável resiliência estes períodos, pois em 2012, apesar de o PIB ter baixado em termos absolutos, o seu peso em termos relativos foi reforçado,

passando de 28,3% para 28,7%. Em 2020, o PIB voltou a baixar, mas, tal como em 2012, o seu peso no país também aumentou, agora para 30,2%.

Na Tabela NOR 2 apresenta-se a evolução deste indicador, agora avaliado em termos per capita, na região, e em comparação com o país.

Tabela NOR 2 – PIB por habitante a preços correntes (10³ €)

	País	Região Norte	% do País
2011	16,7	13,5	80,9%
2012	16,0	13,1	82,2%
2013	16,3	13,5	82,9%
2014	16,6	14,0	84,2%
2015	17,4	14,6	83,9%
2016	18,1	15,3	84,7%
2017	19,0	16,1	84,7%
2018	20,0	17,0	85,2%
2019	20,8	17,8	85,5%
2020	19,5	17,0	87,0%
2021	20,8	18,2	87,3%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

O PIB per capita da Região Norte, a preços correntes, cresceu de 13,5 mil euros em 2011 para 18,7 mil euros em 2021, o que corresponde a um aumento em termos acumulados de 34,8%, superior à variação verificada no PIB per capita de Portugal, que cresceu 24,5%. Em consequência, assinala-se uma convergência para a média do país, tendo o PIB per capita da Região Norte, que correspondia, em 2011, a 80,9% do verificado em Portugal, passado para 87,3%, em 2021.

Na ótica da despesa, uma componente do PIB respeita a despesas em Investimento ou, em terminologia económica, à Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). A Tabela NOR 3 apresenta a evolução da despesa nesta componente, em termos regionais e em percentagem do PIB nacional.

Tabela NOR 3 – Formação Bruta da Capital Fixo a preços correntes (10⁶ €)

	País	Região Norte	% do País	% do PIB da Região
2011	32.437,4	9.369,4	28,9%	18,8%
2012	26.631,5	8.362,7	31,4%	17,3%
2013	25.150,3	8.133,5	32,3%	16,5%
2014	26.012,7	8.346,5	32,1%	16,4%
2015	27.886,5	8.778,2	31,5%	16,6%
2016	28.893,4	9.137,1	31,6%	16,6%
2017	32.887,7	10.441,5	31,7%	18,1%
2018	35.953,4	11.118,6	30,9%	18,3%
2019	38.815,2	12.135,8	31,3%	19,1%
2020	38.509,8	11.948,2	31,0%	19,7%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

Na Região Norte a FBCF, a preços correntes, aumentou entre 2011 e 2020, quer em termos do total do país, passando de 28,9% para 31,0%, quer em termos do PIB da região, de 18,8% para 19,7%. No entanto, este crescimento não foi linear, uma vez que depois de 2011 se observou uma quebra e só em 2017 se ultrapassou a FBCF, em valor nominal, registada em 2011. Esta dinâmica significa que a Região Norte se comportou relativamente melhor do que o resto do país, neste período. De facto, a percentagem em termos do país caiu apenas em 4 anos (2014, 2015, 2018 e 2020), mas, essa percentagem foi sempre superior à de 2011, que foi de 28,9%. Em termos do PIB da região assistiu-se a uma descida nesta percentagem até 2014, tendo recuperado a partir daí e superado 2011 no ano de 2019.

Outra importante variável que importa considerar na avaliação do percurso das economias regionais é o Emprego. Devido a alterações da produtividade e da estrutura sectorial das regiões, esta variável nem sempre evolui de forma linear com os indicadores do PIB ou da FBCF. A Tabela NOR 4 mostra a evolução do emprego por indivíduos totais e indivíduos remunerados na Região Norte e no país. A diferença entre indivíduos totais e remunerados corresponde ao emprego não-remunerado, ou seja, o emprego desenvolvido como trabalhador independente ou por conta própria.

Tabela NOR 4 – Emprego por indivíduos totais e remunerados (10³ pessoas)

	Total		Remunerado		Total		Remunerado	
	País	País	Região Norte	% do País	Região Norte	% do País		
2011	4.776,7	3.985,4	1.613,6	33,8%	1.316,5	33,0%		
2012	4.581,4	3.795,4	1.557,3	34,0%	1.263,8	33,3%		
2013	4.450,2	3.711,1	1.522,9	34,2%	1.246,0	33,6%		
2014	4.513,0	3.787,0	1.549,5	34,3%	1.279,8	33,8%		
2015	4.575,8	3.876,4	1.575,3	34,4%	1.316,0	33,9%		
2016	4.649,9	3.967,6	1.600,0	34,4%	1.349,1	34,0%		
2017	4.802,6	4.111,9	1.643,0	34,2%	1.392,9	33,9%		
2018	4.914,0	4.212,3	1.682,4	34,2%	1.429,7	33,9%		
2019	4.952,8	4.260,1	1.688,3	34,1%	1.438,0	33,8%		
2020	4.864,7	4.197,9	1.659,3	34,1%	1.419,1	33,8%		

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

Na Região Norte e para o período de referência desta análise, o emprego total e o emprego remunerado aumentaram, sendo que esta evolução aconteceu a taxas mais elevadas do que em Portugal. Como tal, a percentagem do emprego total na Região Norte passou de 33,8% em 2011 para 34,1% em 2020 e o emprego remunerado de 33,0% em 2011 para 33,8% em 2020. De notar que, apesar da diminuição do emprego total e remunerado nos anos de 2012 e 2013 e em 2020, com explicações económicas de natureza diferente, as dinâmicas regionais permitiram que em 2021 os valores do volume de emprego, total e remunerado, fossem superiores aos de 2011.

Tabela NOR 5 – Remunerações dos empregados a preços correntes (10⁶ €)

	País	Região Norte	% do País	% do VAB
2011	81.593,8	23.589,6	28,9%	54,1%
2012	75.313,4	21.975,2	29,2%	52,0%
2013	76.207,1	22.321,3	29,3%	51,4%
2014	76.351,1	22.705,2	29,7%	51,2%
2015	78.406,3	23.403,0	29,8%	50,9%
2016	81.213,5	24.483,0	30,1%	51,2%
2017	86.097,3	26.099,4	30,3%	52,3%
2018	91.633,1	27.842,8	30,4%	52,9%
2019	97.099,3	29.453,6	30,3%	53,6%
2020	97.123,6	29.722,7	30,6%	56,3%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

As remunerações totais dos empregados na Região Norte registaram uma forte quebra em 2012, tal como no resto do país. No entanto, a partir daí começaram a crescer de forma consistente, em termos nominais, recuperando, em 2015, para valores equivalentes aos verificados em 2011 (um ano antes do que aconteceu para o país). As remunerações dos empregados, como percentagem do país, com uma exceção em 2019, também aumentaram na Região Norte de modo consistente, tendo atingido 30,6% em 2020. Como percentagem do VAB, deve salientar-se que de 2011 até 2015 se verificou uma redução que, contudo, acabou por ser mais do que compensada no período de referência, ou seja, em 2011 esta percentagem situava-se nos 54,1%, evoluindo para 56,3% em 2020, pelo que se poderá concluir que houve um aumento relativo no rendimento distribuído ao fator trabalho na Região Norte, neste período.

i. Ramos de Atividade

A análise de cada um dos indicadores referidos numa perspetiva agregada do total da economia, desenvolvida no ponto supra, tem como hipótese implícita assumir que a Região Norte e Portugal produzem um único produto homogéneo. Naturalmente, esta análise macroeconómica não permite assinalar as nuances que cada região possa ter na sua especificidade. Com efeito, os indicadores até agora apresentados não sublinham as importantes diferenças que podem ter existido na composição sectorial das regiões. As regiões portuguesas têm uma natureza heterogénea, com umas a concentrar uma parte maior do seu emprego e atividade económica em ramos de atividade primários, e que tradicionalmente têm uma produtividade mais baixa, e outras a estarem relativamente mais dependentes do sector terciário e, nomeadamente, de sectores mais produtivos que surgiram mais recentemente na economia portuguesa.

Assim, para complementar a análise, procede-se agora à desagregação por ramos de atividade. Nesta fase, trabalhamos com os dados disponibilizados pelo INE, com uma desagregação a 10 ramos de atividade (apresentando-se a seguir a correspondência da agregação de secções efetuada para este efeito, tendo em conta a classificação portuguesa das atividades económicas).

Agrupamento	V00554 - Classificação portuguesa das atividades económicas, revisão 3
A	A Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
B+C+D+E	B Indústrias extrativas C Indústrias transformadoras D Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio E Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição
F	F Construção
G+H+I	G Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos H Transportes e armazenagem I Alojamento, restauração e similares
J	J Atividades de informação e de comunicação
K	K Atividades financeiras e de seguros
L	L Atividades imobiliárias
M+N	M Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares N Atividades administrativas e dos serviços de apoio
O+P+Q	O Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória P Educação Q Atividades de saúde humana e apoio social
R+S+T+U	R Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas S Outras atividades de serviços T Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio U Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Um dos principais indicadores sobre a evolução da economia, mormente na ótica da produção, é o VAB. A Tabela NOR 6 apresenta o VAB da Região Norte, total e desagregado por ramos de atividade, a preços correntes, entre 2011 e 2021.

Tabela NOR 6 – VAB da Região Norte por ramo de atividade (10⁶ €)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	43.605,9	668,8	10.470,1	2.884,3	9.517,4	865,7	2.292,3	4.717,7	2.514,1	8.469,3	1.206,1
2012	42.283,1	636,4	10.396,9	2.519,6	9.481,2	857,0	2.001,7	4.962,9	2.359,3	7.854,3	1.214,0
2013	43.395,6	704,0	10.811,3	2.445,0	9.736,9	849,1	1.749,0	5.337,1	2.453,9	8.122,1	1.187,3
2014	44.341,5	700,5	11.528,3	2.288,7	9.824,8	921,6	1.622,7	5.392,3	2.671,2	8.195,3	1.196,1
2015	45.951,1	738,4	12.223,2	2.357,4	10.153,0	974,6	1.778,4	5.479,8	2.698,5	8.288,1	1.259,6
2016	47.833,1	734,2	12.782,4	2.408,4	10.495,9	1.044,4	1.758,2	5.729,4	2.972,0	8.628,9	1.279,4
2017	49.900,4	758,5	13.239,5	2.563,6	10.813,8	1.142,0	1.739,4	5.923,6	3.299,6	9.003,6	1.416,7
2018	52.668,6	766,6	14.032,8	2.724,1	11.257,6	1.270,6	1.847,3	6.209,9	3.665,9	9.425,9	1.468,0
2019	54.967,3	864,5	14.029,5	2.960,9	11.724,9	1.555,6	1.954,6	6.501,2	3.967,1	9.848,0	1.561,2
2020	52.788,2	808,9	13.492,2	3.034,4	10.007,8	1.694,9	2.022,8	6.617,7	3.782,9	9.952,6	1.374,1
2021	56.023,2	856,2	14.607,4	3.270,1	10.589,4	1.916,6	2.005,8	6.862,3	4.046,6	10.526,7	1.342,1

Variação 2011/2021 (%)

Δ	21,1	21,0	28,9	5,2	5,2	95,8	-11,8	40,3	50,5	17,5	13,9
Distribuição regional do VAB (%)											
2011	100,0	1,5	24,0	6,6	21,8	2,0	5,3	10,8	5,8	19,4	2,8
2021	100,0	1,5	26,1	5,8	18,9	3,4	3,6	12,2	7,2	18,8	2,4

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

O VAB total da Região Norte passou de 43 605,9 milhões de euros, em 2011, para 56 023,2 milhões em 2021, o que revela um crescimento de 21,1%, sendo o valor registado em 2021 o mais elevado no período. Em termos setoriais, verificou-se também um crescimento generalizado, com as taxas mais elevadas a serem registadas no ramo “Informação e Comunicação” (95,8%), nas “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio” (50,5%) e nas “Atividades imobiliárias” (70,3%). Contrastando com a generalidade dos ramos, nas “Atividades financeiras e de seguros” houve uma redução do VAB (11,8%). Os ramos que, tendo crescido, registaram as menores variações foram a “Construção” e “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração” (5,2% em ambos os ramos). Assistiu-se a um aumento da importância relativa do ramo “Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição”, que passou de 24,0% em 2011 para 26,1% em 2021, do total da região; “Informação e comunicação”, que passou de 2,0% para 3,4%; “Atividades imobiliárias”, de 10,8% para 12,2%; e “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio”, de 5,8% para 7,2%.

Tabela NOR 7 – VAB da Região Norte por ramo de atividade (em % da atividade nacional do ramo)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	28,3	20,7	40,9	34,1	26,2	15,1	21,3	28,3	23,3	26,4	27,1
2012	28,7	19,7	41,6	35,1	26,3	15,8	21,7	28,4	23,5	26,9	28,0
2013	29,0	19,7	42,6	36,1	26,4	16,2	21,3	28,6	24,1	26,5	28,0
2014	29,3	19,5	43,5	36,3	26,4	17,7	20,2	28,4	24,4	27,2	27,5
2015	29,4	19,6	42,8	36,9	26,3	18,2	21,6	28,4	24,3	27,1	27,9
2016	29,5	19,1	43,3	36,9	26,2	18,5	21,1	28,3	25,1	27,5	27,7
2017	29,4	18,5	43,3	37,3	25,9	19,2	20,4	27,9	25,5	27,5	28,6
2018	29,7	18,3	43,7	36,5	26,1	20,3	21,3	28,0	25,6	27,8	28,4
2019	29,6	19,3	43,5	36,6	26,0	21,8	21,5	28,0	25,8	27,8	28,7
2020	30,2	18,6	44,1	36,6	27,7	21,9	21,9	28,2	25,8	27,9	29,4
2021	30,2	18,2	44,0	36,6	27,3	22,8	21,6	28,1	25,7	28,0	29,4

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

A análise da Tabela NOR 7, permite constatar que a Região Norte gerava 28,3% do VAB nacional em 2011, sendo que a sua importância foi reforçada, de uma forma consolidada, para 30,2% em 2021. Quando observamos a evolução a nível setorial, com a exceção do ramo “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, que viu o seu peso reduzir-se de 20,7% para 18,2%, e do ramo “Atividades imobiliárias”, cujo peso se manteve praticamente constante, com 28,1%, em 2021, todos os outros ramos aumentaram a sua importância. Nestes, devem salientar-se as evoluções do peso do ramo “Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição”, o ramo mais importante na Região Norte, que passou de 40,9% para 44,0%, “Construção”, de 34,1% passou para 36,6%, e “Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e

outros serviços” que passou de 27,1% para 29,4%. O ramo “Informação e comunicação” aumentou o seu peso 7,7 pontos percentuais (pp) passando para 22,8%. Antes de passar à análise da produtividade, propõe-se uma abordagem da evolução da distribuição setorial do emprego na Região Norte.

Tabela NOR 8 – Emprego - indivíduos totais da Região Norte por ramo de atividade (10³ pessoas)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	1.613,6	194,6	395,9	148,7	346,3	13,1	23,9	7,8	125,8	275,3	82,1
2012	1.557,3	195,2	382,5	123,0	335,4	14,1	22,8	7,3	122,7	273,5	80,8
2013	1.522,9	184,4	380,9	113,0	325,4	14,5	21,8	7,2	123,5	272,4	79,9
2014	1.549,5	173,8	391,2	108,7	340,4	16,4	20,8	7,6	136,4	273,5	80,9
2015	1.575,3	162,3	405,0	111,9	350,4	18,2	20,2	7,9	142,2	276,3	80,8
2016	1.600,0	155,2	411,5	112,0	365,3	19,3	19,4	8,5	146,9	281,9	80,1
2017	1.643,0	148,9	425,5	115,8	377,2	21,6	18,7	9,8	154,3	289,2	82,0
2018	1.682,4	144,3	437,7	119,4	393,3	24,3	18,9	10,4	159,5	292,8	81,9
2019	1.688,3	132,1	433,0	123,6	402,3	27,2	19,2	11,5	160,9	295,7	82,9
2020	1.659,3	128,8	418,7	126,5	386,1	29,9	18,7	11,7	155,0	303,7	80,2

Variação 2011/2021 (%)

Δ	2,8	-33,8	5,8	-14,9	11,5	128,3	-22,0	48,8	23,2	10,3	-2,3
---	-----	-------	-----	-------	------	-------	-------	------	------	------	------

Distribuição regional do Emprego (%)

2011	100,0	12,1	24,5	9,2	21,5	0,8	1,5	0,5	7,8	17,1	5,1
2020	100,0	7,8	25,2	7,6	23,3	1,8	1,1	0,7	9,3	18,3	4,8

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

O emprego total na Região Norte aumentou entre 2011 e 2020, tendo passado de 1 613,6 mil indivíduos para 1 659,3. As reduções verificadas em 2012 e 2013 e depois em 2020 não foram suficientes para contrariar esta tendência, apesar de o emprego em 2020 ser ainda inferior ao registado em 2019. O emprego na “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, com a exceção de 2012, tem vindo a reduzir-se anualmente. Pelo contrário, o emprego no ramo “Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição”, o mais importante da região, com 25,2% do emprego em 2020, regista uma tendência de subida, tendo passado de 395,9 milhares de pessoas em 2011 para 418,7 milhares em 2020, um crescimento de 5,8%. Os ramos que mais se destacaram pela positiva foram os da “Informação e comunicação”, com um crescimento de 128,3%, e “Atividades imobiliárias”, com 48,8%. No entanto, estes ramos, representavam em 2020 apenas 2,5% do emprego da região. No ramo do “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração”, o segundo mais importante, com 23,3% do emprego total da região, o crescimento foi ainda superior, cifrando-se em 11,6%, i.e., o quarto crescimento mais elevado.

Por fim, a análise da composição sectorial da região permite perceber a evolução da tendência da produtividade. Neste caso, na ausência da estimação direta do INE deste indicador, optou-se pelo cálculo do VAB por emprego. Olhemos agora para evolução da produtividade na Tabela NOR 9.

Tabela NOR 9 – Produtividade da Região Norte – VAB/Emprego (10³ €)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	27,0	3,4	26,4	19,4	27,5	66,0	95,8	601,3	20,0	30,8	14,7
2012	27,2	3,3	27,2	20,5	28,3	61,0	87,6	679,5	19,2	28,7	15,0
2013	28,5	3,8	28,4	21,6	29,9	58,5	80,3	740,2	19,9	29,8	14,9
2014	28,6	4,0	29,5	21,1	28,9	56,3	77,9	711,1	19,6	30,0	14,8
2015	29,2	4,5	30,2	21,1	29,0	53,5	88,0	690,8	19,0	30,0	15,6
2016	29,9	4,7	31,1	21,5	28,7	54,1	90,7	670,7	20,2	30,6	16,0
2017	30,4	5,1	31,1	22,1	28,7	52,9	92,9	606,9	21,4	31,1	17,3
2018	31,3	5,3	32,1	22,8	28,6	52,4	97,8	595,4	23,0	32,2	17,9
2019	32,6	6,5	32,4	24,0	29,1	57,3	102,0	566,0	24,7	33,3	18,8
2020	31,8	6,3	32,2	24,0	25,9	56,6	108,4	566,8	24,4	32,8	17,1

Varição 2011/2021 (%)

Δ	17,7	82,7	21,9	23,7	-5,7	-14,2	13,1	-5,7	22,1	6,5	16,6
---	------	------	------	------	------	-------	------	------	------	-----	------

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

A Produtividade, medida em termos de VAB por indivíduos totais, aumentou no total da economia da Região Norte e também em todos os ramos considerados, com a exceção do “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração” e também “Informação e comunicação”, que registaram descidas, respetivamente, de 5,7% e 14,2%, e ainda do ramo “Atividades imobiliárias”, que desceu 5,7%. O aumento no total da atividade económica foi de 4,8 mil euros, que corresponde a 17,7%. A maior taxa de crescimento da produtividade foi registada no ramo “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, em resultado do aumento do VAB e diminuição do emprego. Porém, a elevada taxa de crescimento da produtividade neste ramo não se repercutiu totalmente na produtividade da região, dado que representava apenas, em 2021, 18,2% do VAB do ramo em termos nacionais. Para além disso, este é o ramo com produtividade mais baixa. O mesmo aconteceu ao ramo “Construção”, cujo aumento da produtividade se deveu ao aumento do VAB e à diminuição do emprego, mas este já contribui com 36,6% do VAB da atividade nacional do ramo. O aumento da produtividade no ramo “Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição”, em 21,9%, é explicado pelo maior crescimento do VAB do que do emprego. Este crescimento contribuiu de uma forma relevante para o aumento da produtividade da Região Norte, pelo peso que ele tem na atividade económica da região, que foi de 44% do VAB gerado no ramo em termos nacionais no ano de 2021. De assinalar também o aumento de 22,1% da produtividade no ramo “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio”, tendo também aumentado o VAB e o emprego.

Tabela NOR 10 – Produtividade por ramo de atividade na Região Norte em relação à do País (em %)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	83,8	56,2	80,3	90,7	87,4	83,4	84,3	98,9	87,1	93,5	92,4
2012	84,5	54,1	81,4	90,1	86,4	82,9	86,9	98,6	85,8	94,9	94,7
2013	84,7	54,4	82,0	90,6	86,6	83,7	86,7	100,7	86,7	92,9	94,1
2014	85,5	54,5	83,3	90,3	86,2	84,8	83,3	101,3	86,4	94,8	92,7
2015	85,3	55,3	81,4	90,1	85,7	84,2	89,5	100,3	86,1	93,9	94,7
2016	85,8	53,8	82,5	91,2	84,9	83,2	90,5	103,3	89,6	94,8	94,2
2017	86,0	53,6	82,6	93,3	84,3	83,6	89,3	104,4	93,0	94,2	96,1
2018	86,7	53,5	83,6	92,4	84,7	86,3	92,8	103,3	93,2	94,9	94,2
2019	86,9	56,4	83,6	93,9	84,9	89,2	92,8	102,9	93,5	95,2	94,8
2020	88,6	55,3	85,5	93,6	89,8	86,2	96,9	100,8	93,4	94,4	96,6

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

Analisando a Tabela NOR 10, houve uma convergência da produtividade da região em relação à produtividade média do país, que correspondia a 83,8% do valor nacional, em 2011, passando para 88,6%, em 2020. Observa-se que esta tendência se repete para os restantes ramos, com exceção do ramo “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”. Deste modo, a produtividade dos ramos da região aproximou-se da média nacional, ou inclusive ultrapassou-a, como é o caso do “Atividades imobiliárias”. De facto, neste ramo, a produtividade passou a ser, em 2020, superior em 0,8% à produtividade na região. Em termos de pontos percentuais (pp), o ramo em que se verificou um maior aumento da produtividade, foi o das “Atividades financeiras e de seguros”, com um acréscimo de 12,6 pp.

b. Retrato da Região Centro

Em termos de área, a Região Centro é a segunda maior NUTS II em Portugal, com 27 100 Km². Com uma população de 2 227 239 habitantes, a Região Centro concentra 22% da população portuguesa. Uma parte desta população está localizada nos municípios que formam o eixo urbano Coimbra – Leiria – Viseu – Aveiro (cerca de 20% do total da região). Uma parte substancial da Região Centro é marcadamente rural e caracterizada por baixas densidades. De facto, 64 dos 100 municípios da Região Centro têm uma densidade populacional de menos de 100 hab/Km².

A Região Centro está organizada em oito sub-regiões NUTS III: Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria, Oeste, Viseu Dão-Lafões, Beira Baixa, Beiras e Serra da Estrela e Médio Tejo. A Região Centro faz fronteira a norte com a Região Norte, sendo os municípios localizados mais a norte Ovar (Região de Aveiro), Castro Daire (Região de Viseu) e Meda (Região da Guarda). Por sua vez, a sudoeste, os municípios de Sobral de Monte Agraço e de Arruda dos Vinhos, pertencentes à Região Centro, fazem fronteira com a Área Metropolitana de Lisboa. A sul, um vasto conjunto de municípios fazem fronteira com a Região do Alentejo e a este da Região Centro estão localizadas as Regiões espanholas de Castilla y Leon (nordeste) e da Extremadura (sudeste).

Em termos económicos, a Região Centro é a terceira com maior PIB, representando 19,1% do total nacional. A Tabela CEN 1 mostra a evolução que este indicador tem tido na Região e no País.

Tabela CEN 1 – PIB a preços correntes (10⁶ €)

	País	Região Centro	% do País
2011	176.096,0	32.669,9	18,6%
2012	168.296,0	31.554,8	18,7%
2013	170.492,0	31.999,3	18,8%
2014	173.054,0	32.438,4	18,7%
2015	179.713,0	33.923,5	18,9%
2016	186.490,0	35.246,2	18,9%
2017	195.947,0	36.823,2	18,8%
2018	205.184,0	38.474,4	18,8%
2019	214.375,0	40.027,7	18,7%
2020	200.519,0	38.529,7	19,2%
2021	214.471,0	40.977,6	19,1%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

De acordo com os dados da Tabela CEN 1, o PIB regional atingiu em 2021 o valor máximo de 40,9 mil milhões de euros, acima do valor que tinha sido registado no ano da pré-pandemia de 2019. A região tem aumentado lentamente o peso que representa no total do PIB do país, uma vez que em 2011 este valor era de 18,6%. A Tabela CEN 2 faz a comparação deste indicador, mas avaliado em termos per capita, e mostra como o processo de convergência é ainda mais relevante quando se pondera a população residente na região.

Tabela CEN 2 – PIB por habitante a preços correntes (10³ €)

	País	Região Centro	% do País
2011	16,7	14,1	84,3%
2012	16,0	13,7	85,4%
2013	16,3	14,0	85,7%
2014	16,6	14,3	85,8%
2015	17,4	15,0	86,5%
2016	18,1	15,7	86,7%
2017	19,0	16,5	86,5%
2018	20,0	17,3	86,7%
2019	20,8	18,1	86,6%
2020	19,5	17,3	89,0%
2021	20,8	18,4	88,1%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

Assim, em 2011, a Região Centro tinha um PIB per capita que representava 84,3% do PIB per capita nacional, sendo que este valor tem vindo a crescer de uma forma sustentada, atingido o máximo no ano de 2020 (89,0%). No ano de 2021, Portugal tinha um PIB per capita de 20,8 mil euros enquanto a Região Centro tinha um valor de 18,4 mil euros. Nesse ano existiu um pequeno declínio em relação ao ano anterior e será interessante avaliar qual a evolução deste indicador em 2022, embora pareça claro haver uma convergência entre esta região e o todo nacional.

A Tabela CEN 3 mostra a evolução da despesa em FBCF na Região Centro, tanto em termos absolutos como em percentagem do PIB.

Tabela CEN 3 – Formação Bruta da Capital Fixo a preços correntes (10⁶ €)

	País	Região Centro	% do País	% do PIB da Região
2011	32.437,0	5.766,0	17,8%	17,6%
2012	26.631,0	4.912,0	18,4%	15,6%
2013	25.150,0	4.680,0	18,6%	14,6%
2014	26.013,0	4.805,0	18,5%	14,8%
2015	27.886,0	5.240,0	18,8%	15,4%
2016	28.893,0	5.305,0	18,4%	15,1%
2017	32.888,0	6.343,0	19,3%	17,2%
2018	35.953,0	6.816,0	19,0%	17,7%
2019	38.815,0	7.097,0	18,3%	17,7%
2020	38.510,0	6.997,0	18,2%	18,2%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

Em 2011, a Região Centro representava 17,8% do total de despesa em FBCF no país, que correspondia a 17,6% do total do PIB regional. Em 2020, este valor reforçou-se, nas duas métricas, depois de vários anos em que a FBCF representou uma percentagem menor a nível de despesa quando medida em termos relativos do PIB regional. Desta forma, a despesa em FBCF era, em 2020, 18,2% do total do país e 18,2% do PIB regional. Importa perceber que as despesas em FBCF, mesmo que avaliadas em preços correntes, tiveram um trajeto não-linear ao longo da última década e isso verificou-se também na Região Centro. Assim, depois de atingir o valor de 5,8 mil milhões de euros em 2011, a FBCF contraiu para 4,7 mil milhões de euros em 2013, sendo que só em 2017 voltou a superar o valor de 2011. A partir daí, existiu um crescimento consistente nesta variável, com uma pequena exceção para o ano de 2020, primeiro ano pandémico.

A Tabela CEN 4 mostra a evolução do emprego por indivíduos totais e indivíduos remunerados na Região Centro e no país.

Tabela CEN 4 – Emprego por indivíduos totais e remunerados (10³ pessoas)

	Total	Remunerado	Total	Remunerado
	País	País	Região Centro % do País	Região Centro % do País
2011	4.776,7	3.985,4	1.028,6 21,5%	794,9 19,9%
2012	4.581,4	3.795,4	989,5 21,6%	753,9 19,9%
2013	4.450,2	3.711,1	956,6 21,5%	736,3 19,8%
2014	4.513,0	3.787,0	962,6 21,3%	751,8 19,9%
2015	4.575,8	3.876,4	965,9 21,1%	766,8 19,8%
2016	4.649,9	3.967,6	965,9 20,8%	778,1 19,6%
2017	4.802,6	4.111,9	989,2 20,6%	801,0 19,5%
2018	4.914,0	4.212,3	1.003,3 20,4%	815,3 19,4%
2019	4.952,8	4.260,1	1.002,0 20,2%	822,6 19,3%
2020	4.864,7	4.197,9	992,4 20,4%	818,0 19,5%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

A Região Centro tem assistido, de forma consistente, a um aumento do emprego, tanto em termos de indivíduos totais como em termos de indivíduos remunerados. Assim, o emprego total na Região passou em 2018 a marca de um milhão de indivíduos, valor que se manteve até 2021 (com exceção do ano de 2020). Este valor é, no entanto, ainda inferior ao observado em 2011. Em termos de emprego remunerado, ele é superior a 800 mil indivíduos desde o ano de 2017, o que também reflete um aumento quando comparado com 2011, depois de anos de retração. Quando comparado com o total nacional, a Região Centro tem representado uma percentagem do emprego cada vez menor, ao contrário do que acontecia com os outros indicadores económicos aqui apresentados. Desta forma, uma aproximação em termos nacionais nos indicadores económicos sustentados em menores valores de emprego, revelam que a produtividade média por trabalhador na Região tem vindo a aumentar e a aproximar-se da média nacional. A Tabela CEN 5 complementa esta análise com as remunerações dos empregados na Região Centro.

Tabela CEN 5 – Remunerações dos empregados a preços correntes (10⁶ €)

	País	Região Centro	% do País	% do VAB
2011	81.594,0	14.701,0	18,0%	51,4%
2012	75.313,0	13.509,0	17,9%	48,9%
2013	76.207,0	13.627,0	17,9%	48,5%
2014	76.351,0	13.796,0	18,1%	48,7%
2015	78.406,0	14.236,0	18,2%	48,2%
2016	81.213,0	14.672,0	18,1%	47,9%
2017	86.097,0	15.521,0	18,0%	48,7%
2018	91.633,0	16.494,0	18,0%	49,6%
2019	97.099,0	17.341,0	17,9%	50,1%
2020	97.124,0	17.538,0	18,1%	52,2%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

Observando a Tabela CEN 5, identifica-se um acréscimo sistemático das remunerações regionais, a preços correntes, em linha com o total nacional. Mais uma vez, uma estabilização ou ligeiro aumento das remunerações associadas a uma diminuição da parte do emprego na região pode ser explicado por alterações em termos de produtividade.

i. Ramos de Atividade

Analisemos na Tabela CEN 6 o VAB da Região Centro, total e desagregado por ramo de atividade, bem como a evolução do seu peso na região.

Tabela CEN 6 – VAB da Região Centro por ramo de atividade (10⁶ €)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	28.588,0	887,0	6.684,0	1.815,0	6.686,0	363,0	1.043,0	3.237,0	1.125,0	6.036,0	710,0
2012	27.598,0	914,0	6.544,0	1.519,0	6.638,0	333,0	960,0	3.443,0	1.039,0	5.523,0	685,0
2013	28.111,0	1.040,0	6.607,0	1.409,0	6.676,0	325,0	845,0	3.660,0	1.041,0	5.825,0	683,0
2014	28.324,0	1.004,0	6.761,0	1.311,0	6.723,0	376,0	778,0	3.742,0	1.105,0	5.822,0	702,0
2015	29.540,0	1.053,0	7.256,0	1.313,0	6.992,0	395,0	842,0	3.806,0	1.154,0	6.009,0	719,0
2016	30.610,0	1.059,0	7.743,0	1.317,0	7.138,0	445,0	820,0	3.968,0	1.259,0	6.129,0	734,0
2017	31.872,0	1.170,0	8.011,0	1.370,0	7.372,0	474,0	827,0	4.080,0	1.404,0	6.406,0	757,0
2018	33.269,0	1.143,0	8.597,0	1.500,0	7.448,0	487,0	834,0	4.255,0	1.541,0	6.664,0	799,0
2019	34.636,0	1.276,0	8.679,0	1.643,0	7.730,0	549,0	930,0	4.430,0	1.615,0	6.954,0	830,0
2020	33.575,0	1.213,0	8.326,0	1.690,0	6.973,0	606,0	952,0	4.531,0	1.557,0	6.994,0	732,0
2021	35.478,0	1.306,0	8.998,0	1.816,0	7.358,0	649,0	937,0	4.669,0	1.662,0	7.372,0	710,0

Varição 2011/2021 (%)

Δ	24,1	47,2	34,6	0,1	10,1	78,8	-10,2	44,2	47,7	22,1	0,0
Distribuição regional do VAB (%)											
2011	100,0	3,1	23,4	6,3	23,4	1,3	3,6	11,3	3,9	21,1	2,5
2021	100,0	3,7	25,4	5,1	20,7	1,8	2,6	13,2	4,7	20,8	2,0

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

No período entre 2011 e 2021, o VAB a preços correntes da Região Centro cresceu de forma generalizada em termos sectoriais, com exceção do ramo “Atividades financeiras e de seguros”. O VAB cresceu essencialmente nos ramos “Informação e da Comunicação” (78,8%), “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio” (47,7%) e “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (47,2%). Por sua vez, o ramo “Construção” (com um crescimento de 0,1%) e o ramo “Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços” revelam uma acentuada estagnação em termos de VAB. Ao nível da estrutura sectorial, a Região viu a percentagem do VAB que dependia da “Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição” crescer de 23,4% em 2011, para 25,4% em 2021. Observou-se também um crescimento em termos relativos nos ramos “Atividades imobiliárias” de 11,3% em 2011 para 13,2% em 2021 e “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio” (de 3,9% para 4,7% do VAB regional) e na “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” que representa agora 3,7% do VAB da região. Esta análise é complementada na Tabela CEN 7, onde o VAB por indústria na Região é comparado com o mesmo ramo no total nacional.

Tabela CEN 7 – VAB da Região Centro por ramo de atividade (em % da atividade nacional do ramo)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	18,5	27,5	26,1	21,4	18,4	6,3	9,7	19,4	10,4	18,8	15,9
2012	18,7	28,2	26,2	21,2	18,4	6,1	10,4	19,7	10,3	18,9	15,8
2013	18,8	29,1	26,0	20,8	18,1	6,2	10,3	19,6	10,2	19,0	16,1
2014	18,7	28,0	25,5	20,8	18,1	7,2	9,7	19,7	10,1	19,3	16,1
2015	18,9	27,9	25,4	20,5	18,1	7,4	10,2	19,7	10,4	19,7	15,9
2016	18,9	27,5	26,2	20,2	17,8	7,9	9,8	19,6	10,6	19,5	15,9
2017	18,8	28,5	26,2	20,0	17,6	8,0	9,7	19,3	10,8	19,6	15,3
2018	18,7	27,3	26,8	20,1	17,3	7,8	9,6	19,2	10,8	19,6	15,5
2019	18,7	28,5	26,9	20,3	17,2	7,7	10,2	19,1	10,5	19,7	15,3
2020	19,2	27,8	27,2	20,4	19,3	7,8	10,3	19,3	10,6	19,6	15,7
2021	19,1	27,8	27,1	20,3	19,0	7,7	10,1	19,1	10,6	19,6	15,6

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

Em termos médios, em 2021, a Região Centro representava 19,1% do VAB nacional. Este valor era, no entanto, superior nos ramos “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” representando 27,8% do total do VAB neste ramo no país e “Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição”, onde representava 27,1% do total do VAB nacional. Quando observamos estes dois ramos, o peso da Região no total nacional tem-se mantido relativamente estável em termos nacionais, embora no sector primário se tenha observado um acréscimo até 2013, seguido de um decréscimo relativamente consistente no período seguinte. Já na indústria transformadora este valor variou menos, tendo decrescido até 2014, após o que cresceu a um ritmo lento, mas sustentado. O ramo onde a região mais cresceu, “Informação e Comunicação” é também aquele que representa um peso mais baixo quando comparado com o país. Para complementar esta análise, a Tabela CEN 8 mostra a evolução da distribuição sectorial do emprego na Região Centro.

Tabela CEN 8 – Emprego - indivíduos totais da Região Centro por ramo de atividade (10³ pessoas)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	1.029,0	175,9	196,4	95,8	227,9	7,0	12,5	3,9	57,8	201,1	50,3
2012	990,0	183,4	189,0	74,7	216,3	7,3	12,1	3,6	53,0	201,0	49,2
2013	957,0	172,5	185,8	67,1	208,8	7,7	11,5	3,5	53,3	197,7	48,7
2014	963,0	161,6	189,1	64,4	218,6	8,4	11,0	3,6	58,4	198,0	49,6
2015	966,0	150,4	194,9	63,6	223,1	9,3	10,7	3,6	62,6	198,4	49,3
2016	966,0	139,4	199,7	62,8	225,9	9,3	10,2	4,0	64,7	201,6	48,1
2017	989,0	137,8	206,6	65,0	235,4	9,7	9,8	4,6	68,0	203,8	48,3
2018	1.003,0	132,9	214,6	67,3	239,0	10,7	10,0	4,9	68,7	207,9	47,3
2019	1.002,0	120,6	214,4	69,5	243,2	11,7	10,0	5,3	69,2	211,0	47,1
2020	992,0	118,5	211,1	69,8	235,1	12,2	9,6	5,5	68,7	216,3	45,6

Variação 2011/2021 (%)

Δ	-3,6	-32,6	7,5	-27,1	3,2	74,3	-23,2	41,0	18,9	7,6	-9,3
---	------	-------	-----	-------	-----	------	-------	------	------	-----	------

Distribuição regional do Emprego (%)

2011	100,0	17,1	19,1	9,3	22,1	0,7	1,2	0,4	5,6	19,5	4,9
2020	100,0	11,9	21,3	7,0	23,7	1,2	1,0	0,6	6,9	21,8	4,6

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

O emprego na Região Centro caiu 3,6% entre 2011 e 2020. Este decréscimo foi particularmente acentuado em 3 ramos de atividade, a “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (menos 32,6% de emprego), “Construção” (-27,1%) e “Atividades financeiras e de seguros” (-23,2%). Por sua vez, nos restantes ramos assistiu-se a um crescimento relativo do emprego, em particular nos ramos do setor terciário que têm, em geral, maior valor acrescentado. Este valor reflete-se na distribuição sectorial. De facto, a percentagem do emprego que está diretamente associado com o sector primário caiu de 17,1% para 11,9%. Ao olhar para a distribuição relativa é possível verificar que os três ramos que concentram quase 50% do emprego na região viram a sua posição reforçar-se em termos de peso na estrutura sectorial: “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração” aumentou a sua participação de 22,1% em 2011 para 23,7% em 2020; a “Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social” aumentaram o seu peso no emprego regional de 19,5% para 21,8%; e, por fim, o sector secundário viu a sua contribuição para o emprego regional crescer de 19,1% para 21,3%.

Tabela CEN 9 – Produtividade da Região Centro – VAB/Emprego (10³ €)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	27,8	5,0	34,0	18,9	29,3	51,9	83,4	830,0	19,5	30,0	14,1
2012	27,9	5,0	34,6	20,3	30,7	45,6	79,3	956,4	19,6	27,5	13,9
2013	29,4	6,0	35,6	21,0	32,0	42,2	73,5	1.045,7	19,5	29,5	14,0
2014	29,4	6,2	35,8	20,4	30,8	44,8	70,7	1.039,4	18,9	29,4	14,2
2015	30,6	7,0	37,2	20,6	31,3	42,5	78,7	1.057,2	18,4	30,3	14,6
2016	31,7	7,6	38,8	21,0	31,6	47,8	80,4	992,0	19,5	30,4	15,3
2017	32,2	8,5	38,8	21,1	31,3	48,9	84,4	887,0	20,6	31,4	15,7
2018	33,2	8,6	40,1	22,3	31,2	45,5	83,4	868,4	22,4	32,1	16,9
2019	34,6	10,6	40,5	23,6	31,8	46,9	93,0	835,8	23,3	33,0	17,6
2020	33,8	10,2	39,4	24,2	29,7	49,7	99,2	823,8	22,7	32,3	16,1

Variação 2011/2021 (%)

Δ	21,8	103,0	15,9	27,8	1,1	-4,2	18,8	-0,7	16,4	7,7	13,7
---	------	-------	------	------	-----	------	------	------	------	-----	------

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

Antes de analisar a evolução temporal importa perceber as diferenças sectoriais que explicam uma parte substancial do atraso da Região Centro em relação ao País. Quando observado em termos de VAB, a Região Centro tem uma concentração acima da média nacional no sector primário. No entanto, o sector primário tendencialmente, e também no caso da Região Centro, tem uma produtividade muito menor que a média dos outros ramos de atividade. Como podemos observar na Tabela CEN 9, em 2020, cada indivíduo no sector primário gerava em média um VAB de 10,2 mil euros enquanto, e.g., nas “Atividades financeiras e seguros” (pouco representadas na Região), este valor é de 99,2 mil euros por ano. Em termos de variação temporal, tal como anteriormente, é evidente um aumento da produtividade média ao longo do período na região. O crescimento médio registado na região foi de 21,8% e este valor é mais relevante no caso do sector primário, onde a produtividade cresce 103%. O segundo ramo com o maior crescimento de produtividade é o da “Construção”, sendo, no entanto, este um daqueles que mais reduziu em termos de emprego e de VAB ao longo da última década. Curiosamente, a variação da produtividade é negativa no ramo que em termos relativos mais cresceu na Região, tanto em termos de VAB como de emprego, i.e., as “Atividades de Informação e Comunicação”. As “Atividades financeiras e de seguros” e as “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio” representam o terceiro e quarto ramos, respetivamente, entre os que mais cresceram em termos relativos. Na Tabela CEN 10 comparamos a evolução da produtividade na Região Centro por ramo de atividade com o resto do país.

Tabela CEN 10 – Produtividade por ramo de atividade na Região Centro em relação à do País (em %)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	86,1	82,4	103,3	88,6	93,4	65,5	73,4	136,5	84,8	91,2	88,8
2012	86,8	82,8	103,6	89,5	93,7	62,0	78,7	138,8	87,5	90,8	87,7
2013	87,3	85,9	102,8	87,9	92,5	60,3	79,3	142,2	85,2	91,8	88,8
2014	87,8	84,0	101,0	87,2	91,9	67,5	75,6	148,1	83,5	93,0	88,7
2015	89,4	85,0	100,4	88,3	92,7	66,9	80,0	153,6	83,6	94,8	88,6
2016	91,0	86,4	103,0	88,9	93,3	73,6	80,2	152,8	86,1	94,1	90,0
2017	91,2	89,2	102,9	88,8	92,1	77,2	81,1	152,6	89,8	95,1	87,1
2018	91,8	86,6	104,5	90,3	92,2	75,1	79,2	150,7	90,9	94,5	88,7
2019	92,3	91,2	104,5	92,6	92,6	73,1	84,6	152,0	88,5	94,2	88,7
2020	94,2	90,2	104,7	94,4	102,8	75,6	88,6	146,5	86,8	93,2	90,5

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

Observando a Tabela CEN 10 podemos perceber que, em termos regionais, há uma convergência entre a produtividade regional e a produtividade nacional, pois a produtividade na Região Centro representa 94,2% do valor nacional. Em termos sectoriais, a Região Centro aproxima-se da produtividade nacional em todos os ramos, superando mesmo a média nacional no sector secundário, nos ramos “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração” e, em especial, “Atividades imobiliárias”, sendo que este até foi um ramo onde a produtividade da Região Centro caiu entre 2011 e 2020 (como é possível observar na Tabela CEN 9). Isto indica que o decréscimo observado foi menos acentuado do que aconteceu no total nacional. Adicionalmente, comparando com a média nacional, os dois ramos que parecem com mais dificuldade em descolar de uma situação menos produtiva são as “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio” e “Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços”. Estes dois ramos aproximaram-se da média nacional, mas a um ritmo muito lento e continuam a apresentar, em termos de produtividade, valores entre os 87% e os 91% da produtividade nacional, respetivamente.

c. Retrato da Região da Área Metropolitana De Lisboa

A Região da Área Metropolitana de Lisboa (Região da A. M. de Lisboa) é uma das 7 regiões NUTS II portuguesas. Nesta região localiza-se a capital do país, a cidade de Lisboa. Caracteriza-se, a nível demográfico, por ser a segunda região NUTS II mais povoada do território nacional (precedida apenas pela Região Norte), contando com 2 836 570 residentes (27,8% do total de habitantes em território nacional). Do ponto de vista da área territorial, a Região da A. M. de Lisboa representa apenas cerca de 3,3% do território nacional (3 015 km²), tornando-se a região mais densamente povoada do país, com 951,9 hab./Km².

A Região da A. M. de Lisboa engloba 18 municípios e possui apenas fronteiras inter-regionais. A oeste é limitada pelo Oceano Atlântico. A norte, os municípios de Mafra, Loures e Vila Franca de Xira delimitam a região na separação com a Região do Oeste, pertencente à Região Centro. A este, a fronteira com a Região da Lezíria do Tejo e Alentejo Central é marcada pelos municípios de Vila Franca

de Xira, Alcochete, Montijo e Palmela. A sul, os municípios de Palmela e Setúbal marcam o limite com o Alentejo Litoral.

Do ponto de vista da atividade económica, a Região da A. M. de Lisboa apresenta-se como a região com o valor de PIB mais elevado, conforme podemos verificar na Tabela AML 1.

Tabela AML 1 – PIB a preços correntes (10⁶ €)

	País	Região AM Lisboa	% do País
2011	176.096,2	66.343,9	37,7%
2012	168.295,6	62.528,7	37,2%
2013	170.492,3	62.955,0	36,9%
2014	173.053,7	63.145,8	36,5%
2015	179.713,2	64.897,1	36,1%
2016	186.489,8	66.942,3	35,9%
2017	195.947,2	70.359,4	35,9%
2018	205.184,1	73.602,7	35,9%
2019	214.374,6	77.439,7	36,1%
2020	200.518,9	71.642,3	35,7%
2021	214.470,7	76.404,6	35,6%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

Da análise da Tabela AML 1 verificamos que, entre 2011 e 2021, a Região da A. M. de Lisboa aumentou o PIB, a preços correntes, de 66 343,9 milhões de euros para 76 404,6 milhões de euros, o que corresponde a uma variação absoluta positiva de 10 060,7 milhões de euros. Ao longo da década em análise, apenas assistimos a quebras anuais no valor absoluto do PIB em 2012 e 2020, em reflexo da crise da dívida soberana e do confinamento motivado pela pandemia de COVID-19, respetivamente. O impacto das duas recessões nos anos referidos foi penalizador para a região. De facto, desde 2011 que a Região da A. M. de Lisboa vê diminuir a sua importância relativa no contexto do PIB nacional. Assim, em termos relativos, entre 2011 e 2021, a região perdeu 2,1 pp no que concerne ao peso relativo do PIB da região no total nacional. Este resultado poderá ser reflexo de um efeito de descentralização e do crescimento mais rápido das restantes regiões NUTS II portuguesas.

No entanto, a análise da série do PIB isoladamente poderá levar a inferência estatística pouco sólida, pelo que recorreremos a vários outros indicadores para contextualizar a região no cenário português. Uma das primeiras variáveis que podemos analisar é o PIB per capita. Na Tabela AML 2 encontramos o PIB per capita, a preços correntes, entre 2011 e 2021, de Portugal e da Região da A. M. de Lisboa, bem como o peso que o PIB per capita da mesma tem no total nacional.

Tabela AML 2 – PIB por habitante a preços correntes (10³ €)

	País	Região AM Lisboa	% do País
2011	16,7	23,5	140,8%
2012	16,0	22,2	138,4%
2013	16,3	22,4	137,3%
2014	16,6	22,5	135,1%
2015	17,4	23,1	133,1%
2016	18,1	23,8	131,6%
2017	19,0	24,9	130,8%
2018	20,0	25,9	129,9%
2019	20,8	27,1	130,2%
2020	19,5	25,0	128,4%
2021	20,8	26,7	127,9%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

Da Tabela AML 2, em termos de PIB per capita, verificamos que a Região da A. M. de Lisboa assume uma posição de destaque no contexto nacional. Entre 2011 e 2021, o PIB per capita cresceu de 23,5 mil euros para 26,7 mil euros, resultando numa variação positiva de 3,2 mil euros por habitante. Em todo o período, a Região da A. M. de Lisboa assume valores superiores à média nacional, não obstante o decréscimo constante (exceto em 2019) do seu peso relativo, o que revela uma tendência de convergência para a média nacional. À semelhança do que acontece com o PIB, esta região é muito penalizada pelo impacto das recessões de 2012 e 2020, os únicos períodos nos quais o PIB per capita diminui.

Analisadas duas séries associadas ao valor do PIB enquanto agregado macroeconómico, é interessante perceber o que acontece à componente de investimento, nomeadamente a FBCF. A Tabela AML 3 apresenta os valores da FBCF em Portugal e na Região da A. M. de Lisboa, a preços correntes, entre 2011 e 2020. Incluímos, também, os pesos da FBCF da Região da A. M. de Lisboa no total nacional deste indicador e o peso da FBCF da Região da A. M. de Lisboa no PIB da região.

Tabela AML 3 – Formação Bruta da Capital Fixo a preços correntes (10⁶ €)

	País	Região AM Lisboa	% do País	% do PIB da Região
2011	32.437,4	10.417,6	32,1%	15,7%
2012	26.631,5	8.710,6	32,7%	13,9%
2013	25.150,3	8.258,0	32,8%	13,1%
2014	26.012,7	8.632,9	33,2%	13,7%
2015	27.886,5	9.400,8	33,7%	14,5%
2016	28.893,4	10.268,8	35,5%	15,3%
2017	32.887,7	11.183,7	34,0%	15,9%
2018	35.953,4	12.641,1	35,2%	17,2%
2019	38.815,2	13.708,9	35,3%	17,7%
2020	38.509,8	13.648,1	35,4%	19,1%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

Entre 2011 e 2020, a FBCF da Região da A. M. de Lisboa aumentou de 10 417,6 milhões de euros para 13 648,1 milhões de euros, o que corresponde a uma variação absoluta positiva de 3 230,5 milhões de euros. É, porém, de salientar que entre 2011 e 2013 existiu uma diminuição acentuada do valor do indicador na região, à semelhança do contexto nacional. Este decréscimo foi motivado pela falta de confiança dos investidores e pelas dificuldades enfrentadas pela generalidade do ramo bancário, que condicionou o financiamento pela banca comercial e que, conseqüentemente, diminuiu a capacidade de investimento para FBCF. Os valores de 2011, apesar da tendência de recuperação a partir de 2014, são apenas retomados em 2017, ocorrendo crescimento da FBCF até 2020, ano em que volta a existir uma quebra. Esta ideia é corroborada pela evolução do peso da FBCF no PIB da região, assinalando-se uma diminuição da propensão de investimento até 2013 (ano em que representa 13,1% do PIB da Região da A. M. de Lisboa), sucedida de um aumento da mesma até 2020 (atingindo 19,1%). Quando comparado com o total nacional, o peso da FBCF da Região da A. M. de Lisboa tem vindo a aumentar, crescendo 3,3 pp no período em análise, o que reflete uma maior concentração de capitais na Região da A. M. de Lisboa.

Atendendo a esta tendência de investimento da Região da A. M. de Lisboa, outro dos indicadores que faz sentido analisar é a evolução do emprego. A Tabela AML 4 apresenta o emprego total e remunerado da Região da A. M. de Lisboa e de Portugal, entre 2011 e 2020, e o peso que cada um destes indicadores regionais tem no total nacional.

Tabela AML 4 – Emprego por indivíduos totais e remunerados (10³ pessoas)

	Total		Remunerado		Total		Remunerado	
	País	País	Região AM Lisboa	% do País	Região AM Lisboa	% do País	Região AM Lisboa	% do País
2011	4.776,7	3.985,4	1.365,3	28,6%	1.260,8	31,6%	1.260,8	31,6%
2012	4.581,4	3.795,4	1.300,6	28,4%	1.197,4	31,5%	1.197,4	31,5%
2013	4.450,2	3.711,1	1.264,9	28,4%	1.167,0	31,4%	1.167,0	31,4%
2014	4.513,0	3.787,0	1.276,1	28,3%	1.173,8	31,0%	1.173,8	31,0%
2015	4.575,8	3.876,4	1.296,0	28,3%	1.193,4	30,8%	1.193,4	30,8%
2016	4.649,9	3.967,6	1.333,9	28,7%	1.227,8	30,9%	1.227,8	30,9%
2017	4.802,6	4.111,9	1.397,6	29,1%	1.284,7	31,2%	1.284,7	31,2%
2018	4.914,0	4.212,3	1.440,3	29,3%	1.321,0	31,4%	1.321,0	31,4%
2019	4.952,8	4.260,1	1.471,9	29,7%	1.348,0	31,6%	1.348,0	31,6%
2020	4.864,7	4.197,9	1.439,9	29,6%	1.324,8	31,6%	1.324,8	31,6%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

Entre 2011 e 2020, a Região da A. M. de Lisboa viu aumentar o número de indivíduos empregados, tanto a nível de emprego total (de 1 365 300 para 1 439 900 indivíduos) quanto de emprego remunerado (de 1 260 800 para 1 324 800 indivíduos), à semelhança do contexto nacional. Uma vez mais, atendendo às crises de dívida soberana e da pandemia de COVID-19, verificamos quebras no emprego total e remunerado entre 2011 e 2013 e em 2020, existindo uma clara recuperação entre 2014 e 2019. Com efeito, em 2020, a Região da A. M. de Lisboa absorveu 29,6% do emprego total em Portugal, tendo crescido 1,2 pp desde 2011, e 31,6% do emprego remunerado nacional em 2020, o mesmo valor que detinha em 2011.

Para complementar a análise do emprego na região, verificamos, igualmente, qual o valor das remunerações dos empregados da Região da A. M. de Lisboa e do país, entre 2011 e 2020. Adicionalmente, calculámos o peso que as remunerações da Região da A. M. de Lisboa têm no país e no VAB da região. Estes dados encontram-se na Tabela AML 5.

Tabela AML 5 – Remunerações dos empregados a preços correntes (10⁶ €)

	País	Região AM Lisboa	% do País	% do VAB
2011	81.593,8	31.569,8	38,7%	54,4%
2012	75.313,4	29.219,5	38,8%	53,4%
2013	76.207,1	29.602,6	38,8%	53,5%
2014	76.351,1	29.082,0	38,1%	52,7%
2015	78.406,3	29.722,8	37,9%	52,6%
2016	81.213,5	30.571,8	37,6%	52,6%
2017	86.097,3	32.297,6	37,5%	53,0%
2018	91.633,1	34.367,1	37,5%	54,0%
2019	97.099,3	36.678,7	37,8%	54,7%
2020	97.123,6	36.466,9	37,5%	58,4%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

Quando nos debruçamos sobre as remunerações dos empregados entre 2011 e 2020, a preços correntes, verificamos que a Região da A. M. de Lisboa viu aumentar este indicador de 31 569,8 milhões de euros para 36 466,9 milhões de euros, resultando numa variação absoluta de 4 897,1 milhões de euros. De facto, a região tem vindo a perder peso no contexto das remunerações nacionais no período de referência, de 38,7% para 37,5%, o que representa uma diminuição de 1,2 pp. Por oposição, o peso das remunerações, entre 2011 e 2020, da Região da A. M. de Lisboa no VAB da região tendeu a aumentar (de 54,4% para 58,4%, uma variação positiva de 4,0 pp).

i. Ramos de Atividade

Na Tabela AML 6, encontramos o VAB da Região da A.M. de Lisboa, de uma forma desagregada por ramo.

Tabela AML 6 – VAB da Região AM Lisboa por ramo de atividade (10⁶ €)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	58.053,9	232,4	5.392,6	2.363,4	13.624,9	4.180,5	6.630,9	5.821,5	6.084,4	11.867,5	1.855,8
2012	54.687,8	220,3	5.137,9	1.971,1	13.691,9	3.952,4	5.543,2	6.055,1	5.681,0	10.660,1	1.774,8
2013	55.305,6	231,2	5.122,2	1.885,0	14.203,8	3.783,8	4.998,2	6.426,9	5.709,3	11.221,4	1.723,9
2014	55.137,1	249,4	5.324,6	1.694,8	14.147,5	3.620,0	5.032,1	6.538,8	6.093,4	10.656,7	1.780,0
2015	56.510,5	243,0	5.748,4	1.702,3	14.725,7	3.686,3	4.972,9	6.692,0	6.141,0	10.762,8	1.836,0
2016	58.137,1	256,4	5.714,2	1.778,1	15.061,0	3.862,4	5.116,9	7.090,4	6.408,2	10.973,1	1.876,4
2017	60.898,6	260,7	5.787,7	1.836,5	15.834,8	4.026,3	5.274,6	7.560,9	6.897,6	11.420,5	1.999,1
2018	63.644,2	247,9	6.110,3	2.031,3	16.355,9	4.187,1	5.323,4	7.971,1	7.583,6	11.748,0	2.085,6
2019	67.008,0	250,0	6.268,8	2.192,4	17.113,6	4.705,4	5.514,4	8.337,9	8.198,0	12.229,4	2.198,2
2020	62.428,8	241,6	5.948,5	2.257,3	12.857,7	5.108,0	5.524,3	8.330,7	8.022,7	12.254,1	1.883,8
2021	66.149,4	252,7	6.214,7	2.430,9	13.966,0	5.496,0	5.626,8	8.758,4	8.582,5	12.984,3	1.837,1

Variação 2011/2021 (%)

Δ	13,9	8,7	15,2	2,9	2,5	31,5	-15,1	50,5	41,1	9,4	-1,0
---	------	-----	------	-----	-----	------	-------	------	------	-----	------

Distribuição regional do VAB (%)

2011	100,0	0,4	9,3	4,1	23,5	7,2	11,4	10,0	10,5	20,4	3,2
2021	100,0	0,4	9,4	3,7	21,1	8,3	8,5	13,2	13,0	19,6	2,8

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

Pela Tabela AML 6, podemos perceber que a Região da A. M. de Lisboa aumentou o VAB entre 2011 e 2021, passando de 58 053,9 milhões de euros para 66 149,4 milhões de euros. Conforme expectável da análise do PIB regional, o VAB na Região da A. M. de Lisboa teve igualmente quebras em 2012 e em 2020.

Do ponto de vista da desagregação setorial a 10 ramos de atividade, é possível assinalar os ramos que têm um impacto diferenciado na economia da região, bem como a sua evolução ao longo do tempo. Assim, podemos destacar o reduzido valor associado ao ramo de “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” na Região da A. M. de Lisboa (252,7 milhões de euros em 2021). Analisando os valores da série temporal, percebemos que o setor primário tem um impacto residual na região, i.e., o VAB associado ao ramo de atividade representa apenas 0,4% do total da região, tanto em 2011 como em 2021. Analisando o ramo “Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição”, observamos que existe um peso relativo estável no VAB da Região da A. M. de Lisboa desde 2011 (um aumento de 9,3% para 9,4% em 2021). Com importância relativa na economia da Região da A. M. de Lisboa muito superior, encontramos dois ramos de atividade: “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração” (que apresenta um VAB de 13 966,0 milhões de euros em 2021) e “Administração pública e defesa; segurança social obrigatória;

educação, saúde humana e ação social” (com um VAB de 12 984,3 milhões de euros em 2021). Importa assinalar que ambos são relevantes na Região da A. M. de Lisboa, especialmente quando consideramos o “efeito de sede” de que a região beneficia, ou seja, tendo em conta que na Região da A. M. de Lisboa se localiza a capital do país, é compreensível que exista grande centralização de serviços na região. Para este efeito também contribui a fixação dos armazéns de distribuição de grandes grossistas na periferia do concelho de Lisboa, o que ajuda a explicar que a economia concentre mais de 40% do seu VAB apenas nestes dois ramos de atividade.

Outro aspeto que pode ser destacado é o crescimento dos ramos “Informação e comunicação”, “Atividades imobiliárias” e “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio” que observaram uma variação positiva de 31,5%, 50,5% e 41,1%, respetivamente, entre 2011 e 2021, ganhando peso na decomposição setorial do VAB da Região da A. M. de Lisboa.

Com efeito, se, por um lado, é importante ter consciência do impacto em valor absoluto do VAB de cada ramo na economia da região, por outro, deve ponderar-se o peso que cada um dos ramos da região tem no respetivo total nacional. Deste modo, a Tabela AML 7 apresenta o peso que o VAB de cada ramo de atividade da Região da A. M. de Lisboa tem no VAB do mesmo ramo de atividade de Portugal, entre 2011 e 2021.

Tabela AML 7 – VAB da Região AM Lisboa por ramo de atividade (em % da atividade nacional do ramo)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	37,7	7,2	21,1	27,9	37,5	73,0	61,6	35,0	56,4	36,9	41,6
2012	37,1	6,8	20,6	27,5	38,0	72,8	60,0	34,6	56,5	36,4	40,9
2013	36,9	6,5	20,2	27,9	38,5	72,4	60,8	34,5	56,0	36,7	40,6
2014	36,5	6,9	20,1	26,9	38,0	69,6	62,6	34,5	55,8	35,4	40,9
2015	36,1	6,4	20,1	26,6	38,1	68,9	60,3	34,6	55,3	35,2	40,7
2016	35,9	6,7	19,4	27,3	37,7	68,4	61,3	35,0	54,2	34,9	40,6
2017	35,9	6,3	18,9	26,8	37,9	67,8	62,0	35,7	53,2	34,9	40,4
2018	35,9	5,9	19,0	27,2	37,9	67,0	61,5	35,9	53,0	34,6	40,3
2019	36,1	5,6	19,4	27,1	38,0	65,9	60,5	35,9	53,3	34,6	40,4
2020	35,7	5,5	19,4	27,2	35,6	65,9	59,9	35,5	54,7	34,4	40,3
2021	35,6	5,4	18,7	27,2	36,0	65,3	60,5	35,9	54,6	34,5	40,2

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

A leitura da Tabela AML 7 permite verificar, em primeira instância, que o VAB da Região da A. M. de Lisboa tem uma importância significativa no VAB nacional. Entre 2011 e 2021, o VAB da região representou sempre mais de 35% do VAB nacional. Ainda assim, assistimos a uma diminuição nesta importância relativa, em linha com processos de descentralização e crescimento das restantes NUTS II portuguesas no período em análise.

Numa perspetiva desagregada, constata-se que, nesta região, o VAB dos ramos “Informação e comunicação” e “Atividades financeiras e de seguros” representa 65,3% e 60,5%, respetivamente, da totalidade do VAB associado ao ramo no país. Isto significa que representam mais de 60% do valor criado pelas unidades produtivas nacionais nestes ramos. Mais uma vez, é patente o efeito de sede

da região. Por oposição, em 2021 o ramo “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” representa 5,4% do total nacional e o ramo “Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição” 18,7%.

É, ainda, de salientar que a Região da A. M. de Lisboa, de 2011 a 2021, perdeu peso no contexto nacional em todos os ramos de atividade (salvo um pequeno incremento de 0,9 pp no ramo “Atividades imobiliárias”). Esta situação reflete o argumento já invocado de uma diminuição da importância relativa da Região da A. M. de Lisboa em detrimento das restantes regiões, em linha com processos de descentralização na economia nacional. Ainda assim, a Região da A. M. de Lisboa continua a destacar-se como a região com maior peso no VAB do país.

A análise setorial, pode ser prosseguida considerando a evolução do emprego na região por ramo de atividade. A Tabela AML 8 apresenta a evolução do número de empregados na Região da A. M. de Lisboa, entre 2011 e 2020, por ramo de atividade, e o peso que o emprego de cada ramo detém no total de emprego da região em 2011 e em 2020.

Tabela AML 8 – Emprego - indivíduos totais da Região AM Lisboa por ramo de atividade (10³ pessoas)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	1.365,3	18,2	113,6	86,7	381,3	48,1	48,6	10,7	236,7	318,6	102,8
2012	1.300,6	18,3	108,2	70,4	361,2	48,2	47,3	9,9	227,4	310,9	98,8
2013	1.264,9	17,4	102,1	62,6	351,3	48,5	46,6	10,0	224,1	305,6	96,7
2014	1.276,1	17,7	102,2	58,1	359,1	49,4	45,6	11,0	240,0	295,8	97,3
2015	1.296,0	16,9	103,7	57,5	369,2	52,1	44,8	11,5	248,0	293,8	98,5
2016	1.333,9	16,9	105,3	61,5	380,9	53,5	45,5	13,1	259,8	298,0	99,5
2017	1.397,6	17,4	110,4	64,9	397,1	57,4	45,3	15,8	284,4	304,6	100,2
2018	1.440,3	17,5	114,6	69,5	416,2	62,8	45,7	16,6	291,3	308,0	98,1
2019	1.471,9	16,1	114,9	75,7	430,6	66,8	45,8	18,3	293,0	311,1	99,5
2020	1.439,9	15,6	112,2	78,6	410,9	70,1	47,0	17,9	281,7	310,2	95,6

Varição 2011/2021 (%)											
Δ	5,5	-14,7	-1,2	-9,3	7,8	45,8	-3,3	67,6	19,0	-2,6	-7,0
Distribuição regional do Emprego (%)											
2011	100,0	1,3	8,3	6,3	27,9	3,5	3,6	0,8	17,3	23,3	7,5
2020	100,0	1,1	7,8	5,5	28,5	4,9	3,3	1,2	19,6	21,5	6,6

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

A análise do emprego por ramo de atividade, permite assinalar que os três ramos com maior peso no emprego da região, em 2020, são “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração” (contando com 410 900 trabalhadores, 28,5% do total de emprego da Região da A. M. de Lisboa), “Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social” (com 310 200 trabalhadores, 21,5% do total de emprego da Região da A. M. de Lisboa) e “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio” (com 281 700 trabalhadores, 19,6% do total de emprego da Região da A. M. de Lisboa). Estes três ramos

concentram, no seu conjunto, 69,6% do emprego da região. No extremo oposto, à semelhança dos restantes indicadores, encontra-se o ramo de “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” que representa pouco mais de 1% do emprego da região.

A evolução setorial do emprego na Região da A. M. de Lisboa permite perceber que, entre 2011 e 2020, os ramos “Atividades imobiliárias” e “Informação e comunicação” registaram um crescimento de 67,8% e 45,8%, respetivamente. O crescimento do ramo do “Atividades imobiliárias” na região de Lisboa não será alheio ao fenómeno de bolha especulativa que a região tem vindo a revelar, nomeadamente ao registar os preços de imobiliário mais elevados do país.

É de destacar, igualmente, a importância do ramo “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio” que cresceu 19,0% no período. Já os ramos “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” e “Construção” sofreram as maiores quebras no número de trabalhadores da Região da A. M. de Lisboa, de 14,7% e 9,3%, respetivamente. Note-se, também, a quebra de pessoal ao serviço entre 2011 e 2020 no ramo “Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços” em 7,0%. Verificamos que este ramo foi particularmente sensível às crises de dívida soberana e da pandemia de COVID-19, perdendo trabalhadores e importância relativa na economia da região no período de referência (-0,9 pp).

Ponderando o indicador VAB pelo indicador Emprego, é possível estimar a produtividade aparente do trabalho da região. A Tabela AML 9 apresenta a produtividade aparente do trabalho da Região da A. M. de Lisboa, entre 2011 e 2020, por ramos de atividade.

Tabela AML 9 – Produtividade da Região AM Lisboa – VAB/Emprego (10³ €)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	42,5	12,7	47,5	27,3	35,7	86,9	136,3	544,9	25,7	37,2	18,0
2012	42,0	12,1	47,5	28,0	37,9	82,0	117,3	610,1	25,0	34,3	18,0
2013	43,7	13,3	50,1	30,1	40,4	78,0	107,2	644,6	25,5	36,7	17,8
2014	43,2	14,1	52,1	29,2	39,4	73,3	110,3	596,3	25,4	36,0	18,3
2015	43,6	14,3	55,4	29,6	39,9	70,7	111,0	583,4	24,8	36,6	18,6
2016	43,6	15,2	54,3	28,9	39,5	72,3	112,4	540,7	24,7	36,8	18,9
2017	43,6	15,0	52,4	28,3	39,9	70,1	116,3	479,8	24,3	37,5	20,0
2018	44,2	14,2	53,3	29,2	39,3	66,7	116,5	480,5	26,0	38,1	21,3
2019	45,5	15,5	54,6	29,0	39,7	70,5	120,3	455,0	28,0	39,3	22,1
2020	43,4	15,5	53,0	28,7	31,3	72,8	117,5	465,4	28,5	39,5	19,7

Varição 2011/2021 (%)

Δ	2,0	21,8	11,7	5,3	-12,4	-16,2	-13,8	-14,6	10,8	6,1	9,2
---	-----	------	------	-----	-------	-------	-------	-------	------	-----	-----

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

De acordo com os dados da Tabela AML 9, a produtividade aparente do trabalho na Região da A. M. de Lisboa, à semelhança da tendência nacional, aumentou no período de referência. Entre 2011 e 2020, o valor passou de 42,5 mil euros para 43,4 mil euros, mantendo-se sempre superior ao valor do país no seu todo.

Ao analisar a evolução da produtividade aparente do trabalho entre 2011 e 2020, é possível constatar que os ramos “Informação e comunicação”, “Atividades imobiliárias”, “Atividades financeiras e de seguros” e “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração” tiveram quebras de produtividade de 16,2%, 14,6%, 13,8% e 12,4%, respetivamente. Os restantes ramos aumentaram a produtividade, salientando-se o ramo “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” com um crescimento de 21,8%. Igualmente, com uma produtividade aparente do trabalho superior à média da região destacam-se os ramos “Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição” (53,0 mil euros), “Informação e comunicação” (72,8 mil euros), “Atividades financeiras e de seguros” (117,5 mil euros) e “Atividades imobiliárias” (465,4 mil euros).

A Tabela AML 10 apresenta uma comparação entre a produtividade aparente do trabalho da Região da A. M. de Lisboa e a produtividade aparente do trabalho nacional, entre 2011 e 2020, por ramos de atividade.

Tabela AML 10 – Produtividade por ramo de atividade na Região AM Lisboa em relação à do País (em %)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U	
2011	131,8	208,2	144,1	127,5	113,7	109,8	119,9	89,6	112,0	113,2	113,5
2012	130,9	200,4	142,1	123,1	115,8	111,5	116,3	88,6	111,5	113,4	113,1
2013	129,9	189,1	144,9	126,1	117,0	111,6	115,7	87,7	111,1	114,4	112,9
2014	129,0	190,8	147,2	125,1	117,7	110,6	117,8	84,9	112,0	114,0	114,6
2015	127,5	174,2	149,5	126,6	117,9	111,4	112,9	84,7	112,3	114,6	113,3
2016	125,1	173,0	144,2	122,6	116,8	111,2	112,2	83,3	109,2	114,0	111,2
2017	123,4	157,6	139,1	119,1	117,2	110,8	111,8	82,6	105,5	113,4	111,0
2018	122,4	142,6	139,0	118,3	116,3	110,0	110,6	83,4	105,5	112,5	111,7
2019	121,5	133,9	140,9	113,5	115,7	109,7	109,4	82,7	106,1	112,4	111,2
2020	120,7	136,8	140,7	112,0	108,4	110,9	105,0	82,8	109,0	113,9	111,1

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

Entre 2011 e 2020, a Região da A. M. de Lisboa apresenta uma produtividade aparente do trabalho sempre superior à produtividade aparente do trabalho nacional. Contudo, ao longo dos anos, a diferença entre a Região da A. M. de Lisboa e a média do país tem vindo a esbater-se, passando de 131,8% do total nacional, em 2011, para 120,7%, em 2020. Esta tendência de convergência (ou de *catching-up*), pode ser interpretada como um reflexo do ritmo de desenvolvimento das restantes regiões mais intenso do que na Região da A. M. de Lisboa (nomeadamente porque o ponto de partida poderá facilitar taxas de variação superiores).

Do ponto de vista setorial, assinala-se que, entre 2011 e 2020, na Região da A. M. de Lisboa todos os ramos de atividade têm uma produtividade aparente do trabalho superior à média nacional (com exceção do ramo “Atividades imobiliárias”). No entanto, existe uma tendência para a convergência entre os valores setoriais encontrados na Região da A. M. de Lisboa e no total nacional. O ramo “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” diminuiu o desvio da sua produtividade face à

média nacional do ramo, no período de referência, de 208,2% para 136,8%, o que reflete uma redução de 71,4 pp. Já o ramo “Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição” viu o valor deste desvio diminuir de 144,1% para 140,7%. Os ramos “Construção” e “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração” viram o desvio em relação à média do país reduzir-se em 15,5 pp e 5,3 pp, respetivamente. Em sentido oposto, mas de modo pouco expressivo, os ramos “Informação e comunicação” e “Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social” aumentaram ligeiramente o seu desvio em relação à média nacional em 1,1 pp e 0,7 pp, respetivamente.

O ramo “Atividades financeiras e de seguros” apresenta um pormenor interessante. Apesar de ainda manter um valor superior à média nacional, entre 2011 e 2020, o indicador diminuiu de 119,9% para 105,0%, aproximando-se da média nacional. Assim, do ponto de vista da produtividade, este ramo está muito rapidamente a deixar de se destacar na Região da A. M. de Lisboa em detrimento da distribuição nacional. Por oposição, o ramo “Atividades imobiliárias” tem uma produtividade consideravelmente inferior à média nacional e que a diminui constantemente desde 2011 (de 89,6% para 82,8%), tendo perdido peso no contexto nacional em 6,8 pp. Esta diminuição aumenta a diferença que existe entre a produtividade aparente do trabalho neste ramo na Região da A. M. de Lisboa face ao resto do país.

Por fim, os ramos de “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio” e “Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços” apresentam uma tendência de convergência para a média nacional entre 2011 e 2020, tendo diminuído o desvio entre a produtividade aparente do trabalho da região face ao contexto nacional 3,0 e 2,4 pp, respetivamente.

d. Retrato da Região do Alentejo

A Região do Alentejo tem uma superfície de 31 605 km² e 704 533 habitantes (à data do último recenseamento), ocupando deste modo 34% do território nacional, mas concentrando apenas 7% da população, ou seja, uma das características mais marcantes deste território é a fraca densidade populacional, de 22,3 hab/Km², abaixo da média nacional de 111,7 hab/Km², em 2021. Entre os dois últimos recenseamentos registou-se uma quebra populacional de 7%, e um forte agravamento do já elevado índice de envelhecimento, que passou de 178,05 em 2011 para 218,57 em 2021, ou seja, atualmente, na Região do Alentejo a população residente com idade superior a 65 anos é mais do dobro da população com idades até 14 anos.

A Região do Alentejo é composta por cinco NUTS III - Alentejo Litoral, Baixo Alentejo, Lezíria do Tejo, Alto Alentejo e Alentejo Central, 58 municípios e 21 cidades, onde se concentram cerca de 37% dos habitantes da região. Entre estas, destacam-se os centros urbanos de Évora, Beja e Portalegre. A região faz fronteira com as NUTS II Centro, Área Metropolitana de Lisboa e Algarve, e, ainda, com as regiões espanholas Extremadura e Andaluzia.

O poder de compra na região representa 6,2% do poder de compra nacional e é inferior à média do país (situava-se, em 2019, em 90%).

Entre 2011 e 2021, o PIB a preços correntes da Região do Alentejo cresceu 18,4%, o que corresponde a uma taxa de crescimento médio anual de 1,7%, ligeiramente aquém da taxa registada a nível nacional (2,2%; ou seja, a uma média anual de 2,0%). A Tabela ALE 1 mostra a evolução do PIB regional e nacional ao longo da última década.

Tabela ALE 1 – PIB a preços correntes (10⁶ €)

	País	Região Alentejo	% do País
2011	176.096,2	11.533,0	6,5%
2012	168.295,6	10.946,7	6,5%
2013	170.492,3	10.952,6	6,4%
2014	173.053,7	11.165,2	6,5%
2015	179.713,2	11.952,3	6,7%
2016	186.489,8	12.124,4	6,5%
2017	195.947,2	12.845,4	6,6%
2018	205.184,1	13.097,4	6,4%
2019	214.374,6	13.373,2	6,2%
2020	200.518,9	12.476,5	6,2%
2021	214.470,7	13.659,5	6,4%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

O PIB da região representa, em média, no período 2011-2021, cerca de 6,4% do PIB nacional, peso que variou entre 6,2% nos anos de 2019 e 2020, e 6,7% em 2015.

A evolução do PIB regional acompanhou a tendência nacional, tendo registado uma quebra anual apenas em 2012 (-5,1%) e 2020 (-6,7%), na sequência do pedido de assistência financeira internacional e da crise pandémica da COVID-19, respetivamente, e em ambos os casos ligeiramente mais acentuadas na região do que no país (-4,4% e -6,5%, respetivamente). Em todos os restantes anos da década em análise houve um crescimento anual positivo do PIB da região, e os aumentos verificados em 2015 e 2017 (7,0% e 5,9%, respetivamente) superaram mesmo os nacionais (3,8% e 5,1%, respetivamente). Em 2021, o PIB regional retomou a tendência de crescimento iniciada em 2013, e interrompida em 2020, tendo registado o valor mais elevado da década em análise (13,7 mil milhões de euros).

Na Tabela ALE 2 apresenta-se a evolução do mesmo indicador, mas avaliado em termos per capita.

Tabela ALE 2 – PIB por habitante a preços correntes (10³ €)

	País	Região Alentejo	% do País
2011	16,7	15,2	91,3%
2012	16,0	14,6	91,0%
2013	16,3	14,7	90,1%
2014	16,6	15,1	91,1%
2015	17,4	16,4	94,2%
2016	18,1	16,8	92,9%
2017	19,0	18,0	94,6%
2018	20,0	18,5	92,4%
2019	20,8	19,0	91,2%
2020	19,5	17,8	91,1%
2021	20,8	19,6	94,1%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

Em consonância com a evolução do PIB regional, também o PIB per capita evoluiu favoravelmente ao longo da última década, com aumentos sucessivos que apenas foram interrompidos em 2012 e 2020. Entre 2011 e 2021 a taxa de crescimento do PIB per capita na região foi 28,4%, superior à nacional (24,6%), registo que se explica sobretudo pela quebra populacional mais acentuada na região do que no país entre 2011 e 2021 (7,0% vs. 2,1%, respetivamente).

Ao longo da última década, o PIB per capita da Região do Alentejo situou-se acima de 90% da média nacional, e a partir de 2015 (excluindo os anos 2019 e 2020), houve uma aproximação ligeira à média do país. Assim, enquanto entre 2011 e 2014 rondava os 91% do valor nacional, em 2021 cifrava-se nos 94,1% (19,6 mil euros).

Uma das componentes do PIB é o investimento. A Tabela ALE 3 mostra a evolução da FBCF no país e na região, bem como a sua importância relativa no PIB regional.

Tabela ALE 3 – Formação Bruta da Capital Fixo a preços correntes (10⁶ €)

	País	Região Alentejo	% do País	% do PIB da Região
2011	32.437,4	3.351,7	10,3%	29,1%
2012	26.631,5	2.267,0	8,5%	20,7%
2013	25.150,3	2.000,8	8,0%	18,3%
2014	26.012,7	2.052,6	7,9%	18,4%
2015	27.886,5	2.160,9	7,7%	18,1%
2016	28.893,4	1.858,9	6,4%	15,3%
2017	32.887,7	2.202,7	6,7%	17,1%
2018	35.953,4	2.392,9	6,7%	18,3%
2019	38.815,2	2.612,8	6,7%	19,5%
2020	38.509,8	2.707,2	7,0%	21,7%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

A FBCF, a preços correntes, diminuiu 19,2% entre 2011 e 2020, o que corresponde a uma redução média de 2,3% ao ano, em contraste com o crescimento registado a nível nacional (18,7% entre 2011

e 2020, isto é, a uma média anual de 1,9%). Assim, enquanto em 2011 a FBCF da Região do Alentejo representava 10,3% do valor nacional, em 2020 representava 7,0%.

Entre 2011 e 2013, e de 2015 para 2016 registaram-se quebras muito significativas (40% e 14%, respetivamente), e apenas em 2017 a região retomou uma trajetória de crescimento, tendo o ano 2016 registado o valor mínimo da década (1858,9 milhões de euros). Embora ainda não tenham sido atingidos os níveis de 2011 (em 2020, a FBCF na região situou-se 19,2% abaixo desse valor), a evolução deste indicador deixa patente o esforço de investimento feito na região nos anos mais recentes.

A evolução reportada para o investimento na Região do Alentejo está, até certo ponto, em consonância com a realidade nacional, com destaque para a situação financeira do país, que arrastou uma contração do investimento nos primeiros anos da década (22,5% entre 2011 e 2013) e a situação pandémica que interrompeu a continuidade do crescimento.

Em termos do PIB regional, a FBCF, que representava 29,1% em 2011, iniciou um caminho descendente em 2012 e baixou até 15,3% em 2016. Desde então tem vindo a reforçar o seu papel de forma continuada, representando, em 2020, 21,7%, valor ainda bastante aquém dos registados no início da década. A fraca expressão que a economia da região tem na economia nacional está patente na proporção da FBCF nacional registada na Região do Alentejo, embora seja de salientar que o contributo do investimento na região para o total nacional supera o seu contributo para o PIB, ou seja, há uma relativa concentração de investimento na região.

O desempenho económico da região depende, também, da variável Emprego. A Tabela ALE 4 permite conhecer a evolução do emprego (total e remunerado) na Região do Alentejo, bem como a posição relativa da região no país.

Tabela ALE 4 – Emprego por indivíduos totais e remunerados (10³ pessoas)

	Total		Remunerado		Total		Remunerado	
	País	País	Região Alentejo	% do País	Região Alentejo	% do País		
2011	4.776,7	3.985,4	324,7	6,8%	258,1	6,5%		
2012	4.581,4	3.795,4	312,6	6,8%	245,1	6,5%		
2013	4.450,2	3.711,1	300,0	6,7%	237,2	6,4%		
2014	4.513,0	3.787,0	307,0	6,8%	244,9	6,5%		
2015	4.575,8	3.876,4	308,9	6,8%	249,8	6,4%		
2016	4.649,9	3.967,6	311,0	6,7%	252,9	6,4%		
2017	4.802,6	4.111,9	316,8	6,6%	259,1	6,3%		
2018	4.914,0	4.212,3	320,1	6,5%	263,1	6,2%		
2019	4.952,8	4.260,1	318,3	6,4%	262,9	6,2%		
2020	4.864,7	4.197,9	317,3	6,5%	261,6	6,2%		

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

Entre 2011 e 2020, o emprego total na Região do Alentejo diminuiu 2,3%, em contraste com o emprego remunerado que registou um aumento de 1,4%. Daqui decorre que o emprego não remunerado, i.e., trabalhadores independentes ou por conta própria, registou uma quebra considerável (-16,5%). Note-

se ainda que o emprego remunerado na Região do Alentejo ronda, desde 2017, 82% do emprego total, uma proporção ligeiramente inferior à nacional (86%).

Na sequência da acentuada quebra registada entre 2011 e 2013, o emprego total na região iniciou, em 2014, uma trajetória de crescimento que atingiu o seu máximo em 2018 (embora a níveis inferiores aos de 2011), interrompida em 2019 e 2020, mas retomada em 2021, ano em que o volume de emprego na região ultrapassou os 325 mil indivíduos e atingiu o valor máximo da década (mas, ainda assim, muito próximo do valor registado em 2011).

O desempenho da região contrasta com a tendência nacional de aumento do emprego total na última década (1,8%), e fica bastante aquém da evolução registada no emprego remunerado no país (5,3%). No contexto nacional, o emprego total na Região do Alentejo representa, em média, 6,7% do emprego total do país, e 6,4% do emprego remunerado. Ainda assim, em resultado da evolução diferenciada registada na região face ao país, o peso do emprego – total e remunerado – da Região do Alentejo no total nacional decresceu no período em análise (-4,1% e -3,8%, respetivamente).

A Tabela ALE 5 complementa a análise da evolução do emprego apresentando as remunerações dos empregados na Região do Alentejo, e a sua expressão no total nacional e no VAB da região.

Tabela ALE 5 – Remunerações dos empregados a preços correntes (10⁶ €)

	País	Região Alentejo	% do País	% do VAB
2011	81.593,8	4.810,0	5,9%	47,7%
2012	75.313,4	4.403,8	5,8%	46,0%
2013	76.207,1	4.405,8	5,8%	45,8%
2014	76.351,1	4.493,1	5,9%	46,1%
2015	78.406,3	4.575,0	5,8%	44,0%
2016	81.213,5	4.694,1	5,8%	44,6%
2017	86.097,3	4.936,5	5,7%	44,4%
2018	91.633,1	5.221,4	5,7%	46,1%
2019	97.099,3	5.432,7	5,6%	46,9%
2020	97.123,6	5.491,1	5,7%	50,5%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

Entre 2011 e 2020, a evolução das remunerações (em termos nominais) dos empregados na Região do Alentejo acompanhou a tendência de crescimento registada a nível nacional, embora com menor intensidade (14,2% vs. 19,0%, respetivamente). Com efeito, ao longo deste período, apenas em 2012 se registou uma quebra, na região e no país, no valor das remunerações face ao ano anterior. De ano para ano, o desempenho da região foi acompanhando o nacional, sendo que a região só cresceu acima do país nos anos 2014 e 2020.

Da evolução das remunerações resulta um ligeiro decréscimo no peso da Região do Alentejo no total nacional, que passou de 5,9% em 2011 para 5,7% em 2020. No que concerne ao peso das remunerações no VAB regional, assistiu-se a um aumento de 2,8 pp entre 2011 e 2020, mas esses dois anos registaram os valores máximos do período em análise. Nos restantes, o peso médio das remunerações no VAB regional foi 45,5%.

i. Ramos de Atividade

A Tabela ALE 6 apresenta o VAB regional desagregado por ramos, a sua evolução entre 2011 e 2021 e a estrutura setorial da região no início e no fim do período em análise.

Tabela ALE 6 – VAB da Região Alentejo por ramo de atividade (10⁶ €)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	10.091,9	900,1	2.204,7	524,1	2.180,3	87,3	314,9	1.043,0	357,5	2.238,2	241,7
2012	9.574,0	897,5	2.093,4	445,0	2.065,1	82,7	289,5	1.101,5	307,6	2.058,6	233,2
2013	9.621,8	1.002,8	1.994,7	412,2	2.043,4	78,7	253,2	1.168,4	314,6	2.125,2	228,7
2014	9.749,2	1.007,8	2.006,5	405,3	2.105,5	87,2	240,3	1.200,9	329,4	2.137,4	228,9
2015	10.407,7	1.104,3	2.437,0	410,7	2.191,8	94,0	254,9	1.208,3	338,1	2.129,9	238,8
2016	10.529,6	1.154,2	2.334,6	388,2	2.266,6	90,0	250,1	1.249,0	360,5	2.197,0	239,5
2017	11.118,1	1.225,4	2.607,6	396,3	2.342,5	91,2	252,0	1.290,4	393,3	2.269,5	250,1
2018	11.325,4	1.279,1	2.404,3	426,6	2.465,3	93,9	254,5	1.335,8	450,9	2.356,8	258,2
2019	11.571,8	1.318,6	2.291,0	451,9	2.585,4	104,6	268,8	1.391,4	464,9	2.426,6	268,5
2020	10.872,0	1.306,7	1.861,7	456,9	2.324,8	85,1	276,9	1.415,5	470,9	2.432,8	240,9
2021	11.826,1	1.418,6	2.381,9	489,0	2.428,4	82,1	276,3	1.455,4	504,9	2.555,6	233,7

Variação 2011/2021 (%)

Δ	17,2	57,6	8,0	-6,7	11,4	-6,0	-12,2	39,5	41,2	14,2	-3,3
---	------	------	-----	------	------	------	-------	------	------	------	------

Distribuição regional do VAB (%)

2011	100,0	8,9	21,8	5,2	21,6	0,9	3,1	10,3	3,5	22,2	2,4
2021	100,0	12,0	20,1	4,1	20,5	0,7	2,3	12,3	4,3	21,6	2,0

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

Em 2021 a Região do Alentejo registou o VAB mais elevado da década, tendo aumentado 17,2% face a 2011, o que corresponde a um crescimento médio anual de 1,6%. A evolução registada na região acompanha a tendência de crescimento verificada a nível nacional (20,5%, i.e., a uma média anual de 1,9%). O VAB da região contribui, em média, com 6,4% para o VAB nacional, tendo os anos de 2019 e 2020 registado as contribuições mais baixas da década (6,2%).

O VAB cresceu de ano para ano durante a década, com exceção dos anos 2012 e 2020, embora tenha recuperado a trajetória crescente nos anos seguintes. Neste aspeto, destaca-se a quebra de 6,6% registada em 2020, compensada em 2021 com um crescimento de 8,8%. São ainda de realçar os anos 2015 e 2017, com taxas de crescimento do VAB particularmente elevadas (6,8% e 5,6%, respetivamente).

Neste período, é de assinalar um crescimento muito expressivo em três ramos: “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (57,6%), “Atividades de consultoria, administrativas e dos serviços de apoio” (41,2%) e “Atividades imobiliárias” (39,5%). Pelo contrário, as maiores descidas, em termos percentuais, ocorreram nos ramos “Atividades financeiras e de seguros” (-12,2%), “Construção” (-6,7%) e “Informação e comunicação” (-6,0%).

A estrutura setorial da economia da Região do Alentejo não mudou muito ao longo da última década. As alterações mais significativas ocorreram na “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, cujo peso no VAB regional aumentou 3,1 pp, nas “Atividades imobiliárias”, onde se registou um

acréscimo de 2,0 pp. e nas “Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição” cujo peso no VAB regional baixou 1,7 pp.

Em 2020, três ramos contribuem para 62,3% do VAB da Região do Alentejo: “Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social” (21,6%), “Comércio por grosso e a retalho; reparação; transportes; alojamento e restauração (20,5%) e “Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição” (20,1%).

Para além da evolução do VAB na região, importa perceber como é que a Região do Alentejo se tem posicionado no contexto nacional. A Tabela ALE 7 apresenta o peso que cada ramo de atividade tem no VAB nacional.

Tabela ALE 7 – VAB da Região Alentejo por ramo de atividade (em % da atividade nacional do ramo)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	6,5	27,9	8,6	6,2	6,0	1,5	2,9	6,3	3,3	7,0	5,4
2012	6,5	27,7	8,4	6,2	5,7	1,5	3,1	6,3	3,1	7,0	5,4
2013	6,4	28,1	7,9	6,1	5,5	1,5	3,1	6,3	3,1	6,9	5,4
2014	6,5	28,1	7,6	6,4	5,7	1,7	3,0	6,3	3,0	7,1	5,3
2015	6,6	29,3	8,5	6,4	5,7	1,8	3,1	6,3	3,0	7,0	5,3
2016	6,5	30,0	7,9	6,0	5,7	1,6	3,0	6,2	3,0	7,0	5,2
2017	6,6	29,8	8,5	5,8	5,6	1,5	3,0	6,1	3,0	6,9	5,1
2018	6,4	30,6	7,5	5,7	5,7	1,5	2,9	6,0	3,2	6,9	5,0
2019	6,2	29,5	7,1	5,6	5,7	1,5	3,0	6,0	3,0	6,9	4,9
2020	6,2	30,0	6,1	5,5	6,4	1,1	3,0	6,0	3,2	6,8	5,2
2021	6,4	30,2	7,2	5,5	6,3	1,0	3,0	6,0	3,2	6,8	5,1

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

O contributo do VAB da Região do Alentejo para o VAB nacional variou marginalmente ao longo da última década, tendo-se mantido, em média, na ordem dos 6,4%.

O ramo “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” da região tem um papel preponderante no país, já que o VAB gerado na Região do Alentejo representa cerca de 30% do VAB nacional do ramo. Também o ramo “Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição” tem um peso no total nacional do ramo, superior ao peso do VAB da Região do Alentejo no VAB português. Contudo, enquanto a “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” tem vindo a reforçar o seu peso relativo na região face ao país, no ramo “Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição” verifica-se, desde 2017, a situação inversa.

Entre 2011 e 2021, apenas o ramo “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” reforçou a sua posição no quadro nacional (+2,3 pp). Em sentido inverso, destacam-se os ramos “Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio;

captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição” e “Construção” cujo peso da riqueza gerada na região face ao total nacional decresceu 1,4 pp e 0,7 pp, respetivamente. Em todos os outros ramos se verificou uma relativa estagnação do peso no total nacional em 2011 para 2021, variando essa proporção entre -0,5 pp no ramo “Informação e comunicação” e +0,3 pp no ramo do “Comércio por grosso e a retalho; reparação; transportes; alojamento e restauração”.

A Tabela ALE 8 apresenta os valores do emprego por ramo na região, bem como a sua evolução entre 2011 e 2021 e a estrutura setorial nos anos de 2011 e 2021.

Tabela ALE 8 – Emprego - indivíduos totais da Região Alentejo por ramo de atividade (10³ pessoas)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	324,7	74,1	43,0	23,3	68,1	1,3	4,1	1,0	17,5	75,0	17,3
2012	312,6	75,8	42,3	17,1	63,5	1,3	4,0	0,9	15,7	74,9	17,1
2013	300,0	72,6	40,3	14,9	61,6	1,3	3,8	0,9	14,9	73,2	16,5
2014	307,0	72,6	41,0	14,2	64,6	1,4	3,8	0,9	16,2	75,6	16,8
2015	308,9	71,2	42,0	14,7	66,2	1,6	3,5	0,9	17,6	74,6	16,7
2016	311,0	71,4	41,8	14,4	67,9	1,6	3,2	1,0	18,3	75,4	16,0
2017	316,8	71,7	42,9	15,0	69,6	1,7	3,1	1,2	19,4	76,4	15,8
2018	320,1	70,8	43,9	15,1	71,2	1,7	3,0	1,3	20,6	77,2	15,4
2019	318,3	66,1	43,5	15,7	72,6	1,8	3,0	1,4	20,9	78,0	15,2
2020	317,3	68,6	43,6	15,6	70,2	1,7	3,0	1,4	20,1	78,6	14,5

Variação 2011/2021 (%)

Δ	-2,3	-7,5	1,3	-33,3	3,2	34,0	-27,7	38,3	15,3	4,8	-16,5
----------	------	------	-----	-------	-----	------	-------	------	------	-----	-------

Distribuição regional do Emprego (%)

2011	100,0	22,8	13,2	7,2	21,0	0,4	1,3	0,3	5,4	23,1	5,3
2020	100,0	21,6	13,7	4,9	22,1	0,5	0,9	0,5	6,3	24,8	4,6

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

A redução de 2,3% registada no emprego na Região do Alentejo na década 2011-2020 corresponde ao desaparecimento de 7470 empregos. Ao longo deste período, quatro ramos registaram quebras particularmente acentuadas, nomeadamente a “Construção” (-33,3%; 7761 empregos), a “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (-7,5%; 5524 empregos), “Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços” (-16,5%; 2861 empregos) e “Atividades financeiras e de seguros” (-27,7%; 1135 empregos).

Pelo contrário, os ramos “Atividades de consultoria, administrativas e dos serviços de apoio”, “Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social” e “Comércio por grosso e a retalho; reparação; transportes; alojamento e restauração” registaram os acréscimos mais significativos (15,3%, 2 666 empregos; 4,8%, 3 612 empregos; 3,2%, 2 160 empregos, respetivamente). Ramos como as atividades de “Informação e comunicação” e “Atividades imobiliárias” registaram variações relativas significativas (34,0% e 38,3%, respetivamente), mas que se traduzem em variações absolutas pequenas (na ordem dos 400 empregos em ambos os casos),

dada a muito reduzida expressão dos ramos, em termos de volume de emprego, na economia da região (1% do total).

A evolução do emprego na região sinaliza alterações na sua estrutura setorial. Face a 2011, há a assinalar o reforço da posição dos ramos “Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social”, “Comércio por grosso e a retalho; reparação; transportes; alojamento e restauração” e “Atividades de consultoria, administrativas e dos serviços de apoio” (1,7 pp, 1,2 pp e 1,0 pp, respetivamente) e a redução do peso dos ramos “Construção”, “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” e “Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços” (2,3 pp, 1,2 pp e 0,8 pp, respetivamente).

Na região, três ramos de atividade concentram, em 2021, 68,5% do emprego, designadamente “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, “Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social” e “Comércio por grosso e a retalho; reparação; transportes; alojamento e restauração”. Para os dois primeiros há a registar uma relativa concentração do emprego a nível regional (+14 pp e 4 pp, face à média nacional dos ramos, respetivamente), enquanto no ramo “Comércio por grosso e a retalho; reparação; transportes; alojamento e restauração” se verifica a situação contrária, ou seja, o peso do emprego no ramo a nível regional, sendo relevante, é menor do que a nível nacional (-3,6 pp).

Explorando a relação entre a produção e o emprego, a Tabela ALE 9 apresenta os níveis de produtividade por ramo de atividade ao longo da última década. Recorde-se que o INE não disponibiliza estes dados, pelo que a informação que aqui se apresenta resulta do cálculo, por ramo de atividade, do VAB por emprego.

Tabela ALE 9 – Produtividade da Região Alentejo – VAB/Emprego (10³ €)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	31,1	12,1	51,2	22,5	32,0	68,1	77,0	1.002,9	20,5	29,9	13,9
2012	30,6	11,8	49,5	26,0	32,5	64,5	73,3	1.223,9	19,6	27,5	13,6
2013	32,1	13,8	49,5	27,6	33,2	59,2	67,0	1.333,8	21,2	29,0	13,9
2014	31,8	13,9	49,0	28,5	32,6	63,4	64,0	1.318,2	20,3	28,3	13,7
2015	33,7	15,5	58,1	27,9	33,1	58,1	73,4	1.290,9	19,2	28,6	14,3
2016	33,9	16,2	55,9	26,9	33,4	57,3	77,2	1.224,5	19,7	29,1	15,0
2017	35,1	17,1	60,8	26,5	33,7	54,1	81,8	1.073,5	20,3	29,7	15,8
2018	35,4	18,1	54,8	28,3	34,6	55,7	85,0	1.030,7	21,8	30,5	16,8
2019	36,4	19,9	52,7	28,7	35,6	57,0	88,8	1.003,9	22,2	31,1	17,6
2020	34,3	19,0	42,7	29,3	33,1	49,5	93,7	984,3	23,4	31,0	16,6

Varição 2011/2021 (%)

Δ	10,3	56,9	-16,6	30,6	3,3	-27,2	21,7	-1,8	14,3	3,7	19,4
---	------	------	-------	------	-----	-------	------	------	------	-----	------

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

De acordo com a informação apresentada na Tabela ALE 9, a produtividade na Região do Alentejo registou um aumento de 10,3% no período, passando de 31,1 mil euros por trabalhador em 2011 para 36,4 mil euros por trabalhador em 2021. A evolução registada no VAB e no nível de emprego

perspetivava este resultado. A região acompanhou, assim, a tendência de crescimento verificada no país nesta década, que se cifrou em 11,3%.

Os dados anuais permitem confirmar um crescimento sustentado ao longo de todo o período, à exceção de 2012 e de 2020, em consonância com o desempenho nos restantes indicadores, tanto na região como no país. Note-se, ainda assim, que nos anos de quebra, embora ligeira, esta foi mais acentuada na região do que no país, mas também que, em alguns anos de retoma, o desempenho da região foi relativamente mais satisfatório que o do país, em particular nos anos 2015 e 2021, em que a produtividade cresceu 6,1% face aos anos anteriores, superando, assim, o crescimento no país (2,1% e 4,3%, respetivamente).

Em termos relativos, os acréscimos mais significativos na década em análise ocorreram na “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (56,9%), “Construção” (30,6%), “Atividades financeiras e de seguros” (21,7%) e “Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços” (19,4%). Nestes casos, a produtividade evoluiu favoravelmente em quase todos os anos, salvo quebras pontuais das quais se recuperou no ano subsequente.

Inversamente, três ramos, todos com produtividades acima da média regional - “Informação e comunicação”, “Indústrias extrativas; transformadoras; eletricidade; água; saneamento, resíduos” e “Atividades imobiliárias”, registaram uma quebra da produtividade, tendo esta sido especialmente acentuada nos dois primeiros (-27,2% e -16,6%, respetivamente).

Entre os três principais ramos na economia regional, em termos de VAB, i.e., “Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social”, “Comércio por grosso e a retalho; reparação; transportes; alojamento e restauração” e “Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição”, apenas neste último a produtividade supera a média da região.

O setor primário, cujo peso no VAB setorial nacional supera os 30% e que concentra mais de 20% do emprego na Região do Alentejo, concorre em apenas 12% para o VAB regional, registando uma produtividade que é cerca de metade da média regional (19,0 mil euros por trabalhador), e a segunda mais baixa de todos os ramos de atividade, superando apenas a do ramo “Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços” (16,6 mil euros por trabalhador). A produtividade do trabalho na região tem-se mantido próxima da média nacional, especialmente desde 2015, ano a partir do qual se tem situado acima dos 97% da média do país. Nesse subperíodo, a exceção foi o ano 2020, a que não será alheia a situação pandémica e seus efeitos na atividade produtiva. Ainda assim, entre 2011 e 2020 registou-se uma descida de 1%. A Tabela ALE 10 compara a produtividade regional com a nacional, por ramos de atividade.

Tabela ALE 10 – Produtividade por ramo de atividade na Região Alentejo em relação à do País (em %)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	96,3	198,5	155,5	105,0	101,9	86,0	67,7	164,9	89,1	90,7	87,6
2012	95,3	196,6	148,1	114,4	99,3	87,8	72,7	177,6	87,6	90,8	85,9
2013	95,3	196,6	143,1	115,6	95,9	84,6	72,3	181,4	92,4	90,4	87,8
2014	94,8	187,8	138,4	122,2	97,3	95,5	68,4	187,8	89,5	89,5	85,6
2015	98,5	188,4	156,5	119,4	97,9	91,5	74,7	187,5	86,9	89,4	87,1
2016	97,2	183,9	148,4	114,2	98,6	88,1	77,0	188,6	87,3	90,2	88,4
2017	99,4	179,5	161,4	111,6	99,0	85,5	78,6	184,7	88,3	89,8	87,8
2018	98,0	182,0	142,9	114,5	102,5	91,9	80,7	178,8	88,6	90,0	88,2
2019	97,0	171,8	136,1	112,5	103,7	88,7	80,8	182,5	84,2	89,0	88,7
2020	95,4	167,9	113,4	114,4	114,7	75,4	83,7	175,0	89,5	89,2	93,8

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

Os ramos “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” e “Atividades Imobiliárias” destacam-se por apresentarem uma produtividade que é quase o dobro da produtividade destes ramos a nível nacional. No primeiro, o diferencial tem vindo a reduzir-se na última década (-15,4%), sendo que no segundo essa diferença até aumentou, principalmente entre os anos 2012 e 2017.

O ramo “Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição” tem também, na Região do Alentejo, uma produtividade superior à média nacional. Ainda assim, essa margem apresenta uma tendência para reduzir-se, já que os períodos entre 2011 e 2014, e entre 2016 e 2020 registaram descidas continuadas, que culminaram num diferencial que era, em 2020, 27,1% inferior ao de 2011.

Os ramos “Construção” e “Comércio por grosso e a retalho; reparação; transportes; alojamento e restauração” registaram também valores acima ou em torno, respetivamente, da média nacional, e em ambos se registou uma melhoria no decurso da década em análise, e ambos melhoraram o seu desempenho no quadro nacional.

Os restantes ramos têm, na região, uma produtividade inferior à que se verifica no país. O ramo “Atividades financeiras e de seguros” é o que mais se distancia da média nacional, embora o seu desempenho tenha melhorado, passando de 68% da média do país em 2011 para 84% em 2020. Foi, aliás, o ramo cujo diferencial mais se esbateu ao longo do período; pelo contrário, o ramo “Informação e comunicação” é aquele onde este diferencial mais aumentou sendo, atualmente, o ramo cuja produtividade mais se afasta da média nacional.

e. Retrato da Região do Algarve

A Região do Algarve é uma das 7 regiões NUTS II portuguesas. Caracteriza-se, a nível demográfico, por ser a região do território continental nacional com menos residentes, com 459 683 indivíduos (4,5% do total de habitantes do país). Em Portugal, apenas as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira apresentam uma população residente inferior à do Algarve. Do ponto de vista da área territorial, a Região do Algarve representa apenas cerca de 4 997 km² (5,4% do território nacional) e uma densidade populacional de 93,5 hab/Km².

A Região do Algarve agrega 16 municípios e possui fronteiras inter-regionais a norte e internacionais a este. A oeste e sul é limitada pelo Oceano Atlântico. A norte, os municípios de Aljezur, Monchique, Silves, Loulé e Alcoutim delimitam a região na separação com o Alentejo Litoral e com o Baixo Alentejo, pertencentes à Região do Alentejo. A este, a fronteira com a Região de Andaluzia (Espanha) inclui os municípios de Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António.

No que respeita à atividade económica da Região do Algarve, esta pode ser avaliada, em termos globais, a partir da leitura da Tabela ALG 1, com discriminação dos valores do PIB a preços correntes de Portugal e da Região do Algarve, entre 2011 e 2021, e o peso que o PIB desta região no contexto nacional.

Tabela ALG 1 – PIB a preços correntes (10⁶ €)

	País	Região Algarve	% do País
2011	176.096,2	7.377,8	4,2%
2012	168.295,6	7.164,8	4,3%
2013	170.492,3	7.244,4	4,2%
2014	173.053,7	7.508,8	4,3%
2015	179.713,2	7.881,0	4,4%
2016	186.489,8	8.507,8	4,6%
2017	195.947,2	9.223,7	4,7%
2018	205.184,1	9.729,6	4,7%
2019	214.374,6	10.239,8	4,8%
2020	200.518,9	8.527,9	4,3%
2021	214.470,7	9.244,8	4,3%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

Da análise da Tabela ALG 1, verificamos que, entre 2011 e 2021, a Região do Algarve aumentou o seu PIB a preços correntes, de 7 377,8 milhões de euros para 9 244,8 milhões de euros, o que corresponde a uma variação absoluta de 1 867,0 milhões de euros. Ao longo da década em análise, assistimos a quebras no valor absoluto do PIB apenas em 2012 e 2020, concordante com a crise da dívida soberana e o período de confinamento motivado pela pandemia de COVID-19, respetivamente. O impacto destas recessões, especialmente a segunda, foi particularmente penalizador para a região. De facto, de 2011 a 2019, a Região do Algarve viu aumentar a sua importância relativa no contexto do PIB nacional, de 4,2% para 4,8%. Contudo, a quebra associada à pandemia de COVID-19 gerou uma diminuição de 0,5 pp no peso da região face à economia nacional. Assim, em termos relativos, entre 2011 e 2021, a Região do Algarve aumentou o seu peso na economia nacional em 0,1 pp.

Para uma mais proficiente interpretação desta evolução, os dados sobre o PIB podem ser confrontados com os do PIB per capita, a preços correntes, entre 2011 e 2021, de Portugal e da Região do Algarve, bem como o peso que o PIB per capita da mesma tem no total nacional, conforme se apresenta na Tabela ALG 2.

Tabela ALG 2 – PIB por habitante a preços correntes (10³ €)

	País	Região Algarve	% do País
2011	16,7	16,4	98,6%
2012	16,0	16,1	100,5%
2013	16,3	16,3	100,2%
2014	16,6	17,0	102,1%
2015	17,4	17,8	102,8%
2016	18,1	19,3	106,6%
2017	19,0	20,9	110,1%
2018	20,0	22,2	111,0%
2019	20,8	23,3	112,0%
2020	19,5	19,5	99,9%
2021	20,8	21,2	101,6%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

A leitura da Tabela ALG 2 permite verificar que a Região do Algarve assume uma posição muito próxima do contexto nacional. Entre 2011 e 2021, o PIB per capita cresceu de 16,4 mil euros para 21,2 mil euros, resultando numa variação positiva de 4,8 mil euros por habitante. De 2011 a 2019, a Região do Algarve assume uma tendência de crescimento do PIB per capita relativamente mais acentuada que o total nacional, não obstante o decréscimo em 2013. Contudo, em 2020, a economia da região sofre o impacto da pandemia de COVID-19, o que leva à quebra de 3,8 mil euros no PIB per capita face ao ano anterior. Esta recessão é particularmente penalizadora para a Região do Algarve, uma vez que levou a que o peso relativo do indicador da região diminuísse 12,1 pp passando de 112,0%, em 2019, para 99,9%, em 2020.

Analisadas duas séries associadas ao valor do PIB enquanto agregado macroeconómico, é interessante perceber o que acontece à componente de investimento, considerando-se para este efeito a variável FBCF. A Tabela ALG 3 apresenta os valores de FBCF na Região do Algarve e em Portugal, a preços correntes, de 2011 a 2020, bem como o peso da FBCF da Região do Algarve no total nacional deste indicador e o peso da FBCF da Região do Algarve no PIB.

Tabela ALG 3 – Formação Bruta da Capital Fixo a preços correntes (10⁶ €)

	País	Região Algarve	% do País	% do PIB da Região
2011	32.437,4	1.741,6	5,4%	23,6%
2012	26.631,5	1.180,1	4,4%	16,5%
2013	25.150,3	1.034,7	4,1%	14,3%
2014	26.012,7	1.116,6	4,3%	14,9%
2015	27.886,5	1.215,9	4,4%	15,4%
2016	28.893,4	1.214,4	4,2%	14,3%
2017	32.887,7	1.429,1	4,3%	15,5%
2018	35.953,4	1.600,9	4,5%	16,5%
2019	38.815,2	1.748,3	4,5%	17,1%
2020	38.509,8	1.696,3	4,4%	19,9%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

Entre 2011 e 2020, a FBCF da Região do Algarve diminuiu 45,3 milhões de euros passando de 1 741,6 para 1 696,3 milhões de euros. É, porém, de salientar que esta diminuição acentuada é semelhante à registada a nível nacional. Este decréscimo poderá ser explicado pelas dificuldades enfrentadas pela generalidade do ramo bancário, que condicionaram o financiamento junto do mesmo e que, conseqüentemente, diminuiu a capacidade de investimento para FBCF. Os valores de 2011, apesar da tendência de recuperação a partir de 2014, são apenas retomados em 2019, ocorrendo novamente uma redução em 2020. Esta ideia é corroborada pela evolução do peso da FBCF no PIB da região, assinalando-se uma diminuição da propensão de investimento até 2013 (ano em que representa 14,3% do PIB do Algarve), sem que tenha sido possível recuperar no período de referência o peso que o investimento teve em 2011. Quando comparado com o total nacional, o peso da FBCF da Região do Algarve tem vindo a manter-se, desde a quebra de 2012, em pouco mais de 4%. Entre 2011 e 2021, a região perdeu 1,0 pp de importância relativa no investimento no país.

No que concerne ao emprego, a Tabela ALG 4 apresenta-nos o emprego total e remunerado da Região do Algarve e de Portugal, entre 2011 e 2020, e o peso que cada um destes indicadores regionais tem no total nacional.

Tabela ALG 4 – Emprego por indivíduos totais e remunerados (10³ pessoas)

	Total		Remunerado		Total		Remunerado	
	País	País	Região Algarve	% do País	Região Algarve	% do País	Região Algarve	% do País
2011	4.776,7	3.985,4	203,1	4,3%	165,5	4,2%	165,5	4,2%
2012	4.581,4	3.795,4	192,7	4,2%	155,3	4,1%	155,3	4,1%
2013	4.450,2	3.711,1	187,0	4,2%	151,8	4,1%	151,8	4,1%
2014	4.513,0	3.787,0	193,4	4,3%	157,7	4,2%	157,7	4,2%
2015	4.575,8	3.876,4	198,5	4,3%	163,4	4,2%	163,4	4,2%
2016	4.649,9	3.967,6	206,2	4,4%	169,6	4,3%	169,6	4,3%
2017	4.802,6	4.111,9	217,2	4,5%	179,6	4,4%	179,6	4,4%
2018	4.914,0	4.212,3	227,4	4,6%	187,5	4,5%	187,5	4,5%
2019	4.952,8	4.260,1	231,3	4,7%	191,2	4,5%	191,2	4,5%
2020	4.864,7	4.197,9	218,2	4,5%	179,4	4,3%	179,4	4,3%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

Entre 2011 e 2020, a Região do Algarve viu aumentar o número de indivíduos empregados, tanto a nível de emprego total (de 203 100 para 218 200 indivíduos) quanto de emprego remunerado (de 165 500 para 179 400 indivíduos), à semelhança do contexto nacional. Uma vez mais, atendendo às crises de dívida soberana e da pandemia de COVID-19, verificamos quebras de emprego total e remunerado entre 2011 e 2013 e em 2020, existindo uma clara recuperação de 2014 a 2019. Com efeito, em 2020, a Região do Algarve perdeu 13 100 trabalhadores face a 2019 e absorveu apenas 4,5% do emprego total em Portugal, tendo crescido 0,2 pp desde 2011, e 4,3% do emprego remunerado nacional em 2020, 0,1 pp acima do valor que detinha em 2011.

Para complementar a análise do emprego na região, analisamos, igualmente, qual o valor das remunerações dos empregados da Região do Algarve e do país, entre 2011 e 2020. Adicionalmente,

são apresentadas estimações do peso que as remunerações da Região do Algarve têm no cenário nacional e no VAB da região. Estes dados encontram-se na Tabela ALG 5.

Tabela ALG 5 – Remunerações dos empregados a preços correntes (10⁶ €)

	País	Região Algarve	% do País	% do VAB
2011	81.593,8	3.035,1	3,7%	47,0%
2012	75.313,4	2.757,1	3,7%	44,0%
2013	76.207,1	2.747,2	3,6%	43,2%
2014	76.351,1	2.797,6	3,7%	42,7%
2015	78.406,3	2.898,5	3,7%	42,2%
2016	81.213,5	3.101,1	3,8%	42,0%
2017	86.097,3	3.374,9	3,9%	42,3%
2018	91.633,1	3.665,4	4,0%	43,6%
2019	97.099,3	3.930,3	4,0%	44,4%
2020	97.123,6	3.656,1	3,8%	49,2%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

Quando nos debruçamos sobre as remunerações dos empregados entre 2011 e 2020, a preços correntes, verificamos que na Região do Algarve este indicador aumentou 621 milhões de euros, passando de 3 035,1 milhões de euros para 3 656,1 milhões de euros. De facto, a região tem vindo a manter o seu peso no contexto das remunerações nacionais ocorrendo um aumento de 0,1 pp entre 2011 e 2020. Por oposição, o peso das remunerações da Região do Algarve no VAB aumentou de 47,0% para 49,2% entre 2011 e 2020, uma variação de 2,2 pp. Não obstante, até 2016 a região viu diminuir o peso das remunerações no VAB, voltando a aumentar até 2020, ano este em que o valor aumenta 4,8 pp face ao ano anterior.

i. Ramos de Atividade

No que respeita à decomposição do VAB por 10 ramos de atividade, na Região do Algarve, são disponibilizados na Tabela ALG 6 os respetivos valores para o período de referência, para a região e para o país.

Tabela ALG 6 – VAB da Região Algarve por ramo de atividade (10⁶ €)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	6.455,9	221,9	337,7	413,4	2.280,9	91,9	233,6	1.052,7	360,4	1.231,3	232,2
2012	6.266,3	225,7	335,6	320,1	2.289,8	84,9	211,4	1.106,0	330,7	1.135,5	226,5
2013	6.364,2	247,1	334,2	280,1	2.338,5	77,1	182,1	1.179,2	337,7	1.172,5	215,7
2014	6.556,5	265,2	339,5	273,2	2.467,4	82,5	168,2	1.199,8	373,3	1.158,9	228,4
2015	6.862,5	260,5	386,1	286,9	2.613,3	85,2	186,5	1.235,9	394,4	1.170,9	242,8
2016	7.388,8	281,2	413,9	306,2	2.893,5	86,9	186,1	1.290,5	448,7	1.214,8	267,0
2017	7.983,4	304,0	417,5	354,8	3.162,2	87,7	194,8	1.379,0	510,9	1.281,1	291,6
2018	8.413,2	332,2	450,2	402,4	3.294,7	83,7	197,3	1.439,4	557,0	1.344,5	311,8
2019	8.860,4	357,1	453,2	436,8	3.449,0	89,3	224,8	1.505,7	606,9	1.414,6	323,0
2020	7.431,2	376,8	425,6	447,2	2.261,5	91,5	233,2	1.518,5	454,5	1.405,4	216,9
2021	8.003,9	434,2	449,0	481,9	2.521,6	100,6	235,1	1.591,2	489,4	1.484,0	217,0

Varição 2011/2021 (%)

Δ	24,0	95,7	32,9	16,6	10,6	9,5	0,6	51,1	35,8	20,5	-6,6
Distribuição regional do VAB (%)											
2011	100,0	3,4	5,2	6,4	35,3	1,4	3,6	16,3	5,6	19,1	3,6
2021	100,0	5,4	5,6	6,0	31,5	1,3	2,9	19,9	6,1	18,5	2,7

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

Conforme se pode analisar a partir da Tabela ALG 6, a Região do Algarve aumentou o VAB entre 2011 e 2021, passando de 6 455,9 para 8 003,9 milhões de euros. Em linha com o que seria expectável da análise do PIB regional, o VAB teve igualmente quebras em 2012 e em 2020 na região. Contudo, do ponto de vista da desagregação setorial a 10 ramos de atividade, é possível destacar quais os ramos que têm um maior ou menor impacto na economia da região e a sua evolução ao longo do tempo. Esta análise permite destacar o valor associado ao ramo de “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” na Região do Algarve (434,2 milhões de euros em 2021). Analisando os valores da série temporal, percebemos que o setor primário tem um impacto na região de 5,4% do total do VAB. Este valor merece ser sublinhado, não por representar um volume elevado, outrossim pelo crescimento que o ramo apresentou entre 2011 e 2021, quase duplicando o seu valor (incremento de 95,7%) e aumentando 2,0 pp no peso total que o ramo tem na região (passando de 3,4% para 5,4%). Com um peso relativo semelhante, o ramo de “Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição”, permite perceber que existe um contributo relativo estável para o VAB da Região do Algarve (i.e., um aumento marginal de 5,2% para 5,6% de 2011 a 2021).

Com maior importância relativa na economia da Região do Algarve, encontramos os três ramos de atividade centrais da região para este indicador: “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração” (que apresenta um VAB de 2 521,6 milhões de euros em 2021, com um peso superior a 31% na economia da região), “Atividades imobiliárias” (com um VAB de 1 591,2 milhões de euros em 2021) e “Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e

ação social” (com um VAB de 1 484,0 milhões de euros em 2021). É de notar a importância do ramo “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração”, especialmente quando esse agrega grande parte das atividades relacionadas com o turismo, a atividade económica mais importante da Região do Algarve.

Outro dos aspetos que pode ser destacado a partir da evolução dos ramos no período de referência é o decréscimo do ramo “Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços” que observou uma variação negativa de 6,6% entre 2011 e 2021, perdendo peso na decomposição setorial do VAB da região.

Esta análise permite igualmente confirmar a dependência da Região do Algarve do turismo e seus afins. Os ramos “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração” e “Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços”, entre 2019 e 2020, na sequência da crise pandémica, viram cair o seu VAB, num único ano, em 1 187,5 milhões de euros e 107 milhões de euros, respetivamente. Em valor relativo, estas variações correspondem a quebras de 34,4% e 32,8% no VAB da Região do Algarve. Com efeito, se, por um lado, é importante ter consciência do impacto em valor absoluto do VAB de cada ramo na economia da região, por outro devemos compreender o peso que cada um dos ramos da região tem no respetivo total nacional. Deste modo, a Tabela ALG 7 apresenta o peso que o VAB de cada ramo de atividade da Região do Algarve tem no VAB de cada ramo de atividade de Portugal, entre 2011 e 2021.

Tabela ALG 7 – VAB da Região Algarve por ramo de atividade (em % da atividade nacional do ramo)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	4,2	6,9	1,3	4,9	6,3	1,6	2,2	6,3	3,3	3,8	5,2
2012	4,3	7,0	1,3	4,5	6,4	1,6	2,3	6,3	3,3	3,9	5,2
2013	4,2	6,9	1,3	4,1	6,3	1,5	2,2	6,3	3,3	3,8	5,1
2014	4,3	7,4	1,3	4,3	6,6	1,6	2,1	6,3	3,4	3,9	5,2
2015	4,4	6,9	1,4	4,5	6,8	1,6	2,3	6,4	3,6	3,8	5,4
2016	4,6	7,3	1,4	4,7	7,2	1,5	2,2	6,4	3,8	3,9	5,8
2017	4,7	7,4	1,4	5,2	7,6	1,5	2,3	6,5	3,9	3,9	5,9
2018	4,7	7,9	1,4	5,4	7,6	1,3	2,3	6,5	3,9	4,0	6,0
2019	4,8	8,0	1,4	5,4	7,7	1,2	2,5	6,5	3,9	4,0	5,9
2020	4,3	8,6	1,4	5,4	6,3	1,2	2,5	6,5	3,1	3,9	4,6
2021	4,3	9,2	1,4	5,4	6,5	1,2	2,5	6,5	3,1	3,9	4,8

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

A leitura da Tabela ALG 7 permite verificar, em primeira instância, que o VAB da Região do Algarve tem uma importância relativa reduzida no VAB nacional (4,3% em 2021). Ainda assim, assistimos a um aumento deste indicador, fruto do crescimento do turismo até 2019, acabando por cair para 4,3% em 2020 e 2021.

Numa perspetiva desagregada, constatamos que o VAB dos ramos “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas; transportes e armazenagem; atividades de alojamento

e restauração” e “Atividades imobiliárias” representam cada um 6,5% da totalidade do VAB associado a cada um dos ramos no país. Mais uma vez, é bem patente o efeito da pandemia na Região do Algarve, dado que em 2019 o primeiro ramo já representava 7,7% do total nacional. Por oposição, os ramos “Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição” e “Informação e comunicação” representam 1,4% e 1,2% do total de VAB nacional agregado de cada ramo.

Continuando a análise setorial, faz sentido perceber como evoluiu o emprego na região por ramos de atividade. A Tabela ALG 8 apresenta a evolução do número de empregados na Região do Algarve, entre 2011 e 2020, por ramos de atividade, e o peso que o emprego de cada ramo detém no total de emprego da região em 2011 e em 2020.

Tabela ALG 8 – Emprego - indivíduos totais da Região Algarve por ramo de atividade (10³ pessoas)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	203,1	22,8	10,3	19,1	72,4	1,1	2,8	2,8	17,8	41,6	12,3
2012	192,7	23,4	9,8	13,9	67,8	1,2	2,7	2,6	17,2	42,4	11,8
2013	187,0	22,4	9,4	12,1	67,2	1,0	2,5	2,7	16,6	41,6	11,5
2014	193,4	22,3	9,3	11,7	72,3	1,2	2,4	2,9	17,8	41,4	11,9
2015	198,5	21,3	9,5	12,8	75,9	1,2	2,3	3,1	18,8	41,6	12,1
2016	206,2	21,0	9,6	13,5	81,2	1,3	2,2	3,4	19,6	42,5	11,9
2017	217,2	20,7	10,0	14,9	86,6	1,4	2,1	3,8	21,9	43,5	12,4
2018	227,4	20,7	10,4	16,7	92,3	1,5	2,1	3,9	23,0	44,1	12,7
2019	231,3	19,2	10,9	17,5	95,3	1,5	2,1	4,2	23,2	44,8	12,7
2020	218,2	21,0	10,4	17,9	83,8	1,6	2,0	3,7	20,3	45,9	11,6

Variação 2011/2021 (%)

Δ	7,4	-8,0	0,7	-6,2	15,6	48,9	-28,5	29,5	14,1	10,3	-5,8
----------	-----	------	-----	------	------	------	-------	------	------	------	------

Distribuição regional do Emprego (%)

2011	100,0	11,2	5,1	9,4	35,7	0,5	1,4	1,4	8,8	20,5	6,0
2020	100,0	9,6	4,8	8,2	38,4	0,7	0,9	1,7	9,3	21,0	5,3

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

Analisando o emprego por ramo de atividade, verificamos que os três ramos com maior peso no emprego da região, em 2020, são o “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração” (contando com 83 800 trabalhadores, 38,4% do total de emprego da Região do Algarve), “Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social” (com 45 900 trabalhadores, 21,0% do total da região) e “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (com 21 000 trabalhadores, 9,6% do total da região). Estes três ramos concentram, no seu conjunto, 69,0% do emprego da região. No extremo oposto, podemos verificar que os ramos de “Informação e comunicação” e “Atividades financeiras e de seguros” representam 0,7% e 0,9% do emprego da Região do Algarve, respetivamente.

Quando observamos a evolução setorial do emprego na região, percebemos que, entre 2011 e 2020, os ramos “Informação e comunicação” e “Atividades imobiliárias” tiveram um crescimento de 48,9% e 29,5%, respetivamente. Na Região do Algarve, o ramo “Atividades imobiliárias” tem crescido substancialmente devido à bolha especulativa que assola a região, com reflexos ao nível dos preços. É de destacar, igualmente, o desempenho dos ramos “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração” e “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio” que cresceram 15,6% e 14,1%, no período de referência. Já os ramos “Atividades financeiras e de seguros”, “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” e “Construção” tiveram as maiores quebras no número de trabalhadores da Região do Algarve, no valor de 28,5%, 8,0% e 6,2%, respetivamente. Note-se, também, a diminuição de pessoal ao serviço entre 2011 e 2020 do ramo “Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços” em 5,8%. Verificamos que este ramo foi particularmente sensível às crises de dívida soberana e da pandemia de COVID-19, perdendo tanto trabalhadores como importância relativa na economia da região no período de referência (-0,7 pp).

Ponderando o indicador VAB pelo indicador Emprego, é possível calcular a produtividade aparente do trabalho, conforme se apresenta na Tabela ALG 9 para a Região do Algarve, entre 2011 e 2020, por ramo de atividade.

Tabela ALG 9 – Produtividade da Região Algarve – VAB/Emprego (10³ €)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	31,8	9,7	32,7	21,6	31,5	84,0	84,1	371,6	20,2	29,6	18,9
2012	32,5	9,6	34,4	23,0	33,8	73,0	78,9	422,8	19,3	26,8	19,2
2013	34,0	11,1	35,4	23,2	34,8	74,5	72,4	433,7	20,3	28,2	18,8
2014	33,9	11,9	36,4	23,3	34,1	66,7	69,5	416,3	20,9	28,0	19,2
2015	34,6	12,2	40,8	22,4	34,4	69,9	80,2	403,9	20,9	28,2	20,1
2016	35,8	13,4	43,2	22,7	35,6	67,4	84,9	379,7	22,8	28,6	22,4
2017	36,7	14,7	41,6	23,9	36,5	62,0	93,0	366,9	23,3	29,4	23,6
2018	37,0	16,1	43,2	24,1	35,7	56,7	94,3	367,5	24,2	30,5	24,6
2019	38,3	18,6	41,8	25,0	36,2	58,5	106,5	362,1	26,2	31,5	25,5
2020	34,1	18,0	40,9	24,9	27,0	56,2	117,4	414,0	22,3	30,6	18,7

Varição 2011/2021 (%)

Δ	7,2	84,7	25,2	15,3	-14,3	-33,1	39,6	11,4	10,5	3,5	-0,9
---	-----	------	------	------	-------	-------	------	------	------	-----	------

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

De acordo com a informação reunida na Tabela ALG 9, a produtividade aparente do trabalho, na Região do Algarve, à semelhança da média do país, aumentou o seu valor, entre 2011 e 2020, de 31,8 para 35,4 mil euros, i.e., registou um incremento de 7,2%.

Quando analisamos a evolução da produtividade aparente do trabalho entre 2011 e 2020, percebemos que os ramos “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração”, “Informação e comunicação” e

“Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços” tiveram quebras de 14,3%, 33,1% e 0,9%, respetivamente. Todos os restantes ramos viram aumentar a sua produtividade, salientando-se os ramos de “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” e “Atividades financeiras e de seguros” que aumentaram o valor deste indicador em 84,7% e 39,6%, respetivamente.

Podemos, ainda, sublinhar a elevada produtividade aparente do trabalho dos ramos “Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição” (40,9 mil euros), “Informação e comunicação” (56,2 mil euros), “Atividades financeiras e de seguros” (117,4 mil euros) e “Atividades imobiliárias” (414,0 mil euros), todos com uma produtividade aparente do trabalho superior à média da região, em 2020.

A Tabela ALG 10 apresenta uma comparação entre a produtividade aparente do trabalho da Região do Algarve e a produtividade aparente do trabalho nacional, entre 2011 e 2020, por ramos de atividade.

Tabela ALG 10 – Produtividade por ramo de atividade na Região Algarve em relação à do País (em %)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	98,5	158,9	99,2	101,1	100,2	106,1	74,0	61,1	88,1	89,9	118,9
2012	101,2	160,1	102,9	101,2	103,2	99,3	78,2	61,4	86,1	88,4	120,9
2013	101,1	157,4	102,3	97,1	100,7	106,5	78,1	59,0	88,6	87,8	118,8
2014	101,2	160,9	102,8	99,7	101,9	100,6	74,2	59,3	92,3	88,6	120,3
2015	101,1	148,4	110,0	96,0	101,8	110,0	81,6	58,7	95,0	88,2	122,3
2016	102,8	152,0	114,7	96,3	105,2	103,8	84,7	58,5	101,1	88,6	132,0
2017	104,0	154,7	110,3	100,6	107,3	98,0	89,4	63,1	101,5	89,0	131,0
2018	102,5	161,7	112,6	97,7	105,6	93,5	89,6	63,8	98,0	89,9	129,3
2019	102,3	160,0	107,8	98,0	105,4	91,0	96,9	65,8	99,4	90,2	128,3
2020	94,8	158,3	108,6	97,3	93,5	85,6	104,9	73,6	85,6	88,2	105,7

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

Entre 2011 e 2020, a Região do Algarve registou uma produtividade aparente do trabalho tendencialmente superior à produtividade aparente do trabalho nacional. Contudo, com o impacto da pandemia em 2020, a região perdeu 7,5 pp neste indicador passando de 102,3% da média nacional em 2019, para 94,8%, em 2020. Entre 2011 e 2020, o valor deste indicador perdeu 3,7 pp.

Do ponto de vista setorial, verificamos que em 2020 os ramos “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, “Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição”, “Atividades financeiras e de seguros” e “Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços” obtiveram valores superiores aos da produtividade aparente do trabalho de cada um dos respetivos ramos no agregado nacional (158,3%, 108,6%, 104,9% e 105,7%, respetivamente).

É de destacar a evolução positiva deste indicador, entre 2011 e 2020, nos ramos “Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação,

tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição” (9,4 pp), “Atividades financeiras e de seguros” (30,9 pp) e “Atividades imobiliárias” (12,5 pp).

Pelo contrário, os ramos “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração” e “Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços” tiveram uma considerável diminuição neste indicador entre 2019 e 2020, levando a quebras de 6,7 pp e 13,2 pp, respetivamente. Este último ramo apresenta, todavia, uma tendência de convergência para a média nacional do indicador (tendo passado de 118,9%, em 2011, para 105,7%, em 2020), contrariamente ao primeiro que reflete valores da produtividade aparente do trabalho cada vez menos competitivos com a nacional (diminuindo de 100,2%, em 2011, para 93,5%, em 2020).

f. Retrato da Região Autónoma dos Açores

Com uma área de 2 322 km², a Região Autónoma dos Açores (R. A. dos Açores), dividida por nove ilhas, organizadas em três grupos, i.e., o Grupo Oriental (Santa Maria e São Miguel) o Grupo Central (Faial, Graciosa, Pico, São Jorge e Terceira), e o Grupo Ocidental (Corvo e Flores), apresentava, à data do último recenseamento uma população residente de 236 413 habitantes com uma densidade populacional de 101,8 hab/Km², inferior à média nacional de 111,7 hab/Km². É composta por uma NUTS III, que coincide com a NUTS II, com 6 cidades (onde se concentram cerca de 34% dos residentes) e 19 municípios.

O período entre 2011 e 2021 (anos dos dois últimos recenseamentos) registou uma quebra populacional de 4%, e um agravamento do índice de envelhecimento da região, que passou de 73,26 em para 113,19. Ou seja, embora o índice de envelhecimento da região seja ainda bastante inferior ao do país (182,07), e o mais baixo de todas as NUTS II, esta década marcou um ponto de inversão na proporção entre jovens e idosos, estando estes, agora, em maioria.

Na R. A. dos Açores o poder de compra é inferior à média nacional (situava-se, em 2019, em 88% desse valor) e representa 2,1% do poder do país no seu conjunto.

No período de referência o PIB a preços correntes da R. A. dos Açores registou um crescimento de 18,8% (a que corresponde uma média anual de 1,7%), i.e., ligeiramente inferior ao crescimento do PIB nacional (21,8%; i.e., uma média anual de 2,0%). A Tabela RAA 1 retrata esta evolução.

Tabela RAA 1– PIB a preços correntes (10⁶ €)

	País	Região A Açores	% do País
2011	176.096,2	3.722,3	2,1%
2012	168.295,6	3.569,4	2,1%
2013	170.492,3	3.652,8	2,1%
2014	173.053,7	3.685,8	2,1%
2015	179.713,2	3.824,3	2,1%
2016	186.489,8	3.973,1	2,1%
2017	195.947,2	4.110,6	2,1%
2018	205.184,1	4.284,6	2,1%
2019	214.374,6	4.487,3	2,1%
2020	200.518,9	4.163,1	2,1%
2021	214.470,7	4.421,5	2,1%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

Durante o período em análise, o PIB regional foi aumentando de forma sustentada, tendo apenas contraído nos anos de 2012 e 2020 (4% e 7%, respetivamente), acompanhando de forma próxima a tendência ao nível do país no seu conjunto. Ao longo da década, o contributo do PIB da região para o PIB nacional foi, consistentemente, de 2,1%.

Na Tabela RAA 2 apresenta-se a evolução do PIB regional, mas avaliado em termos per capita.

Tabela RAA 2– PIB por habitante a preços correntes (10³ €)

	País	Região A Açores	% do País
2011	16,7	15,1	90,2%
2012	16,0	14,4	90,2%
2013	16,3	14,8	90,5%
2014	16,6	14,9	89,9%
2015	17,4	15,5	89,3%
2016	18,1	16,2	89,4%
2017	19,0	16,8	88,5%
2018	20,0	17,6	88,0%
2019	20,8	18,5	88,8%
2020	19,5	17,2	88,0%
2021	20,8	18,3	87,8%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

Entre 2011 e 2021 a taxa de crescimento acumulada do PIB per capita na R. A. dos Açores foi 21,2%, ligeiramente inferior à nacional (24,6%). Menos positiva é a evolução da posição relativa deste indicador na R. A. dos Açores face ao total nacional, tendo vindo a descer desde o início da década, passando de 90,2% do nacional em 2011 para 87,8% da média nacional em 2021, apesar de ter subido em termos absolutos para 18,3 mil euros (que compara com 20,8 mil euros a nível nacional).

Em seguida a Tabela RAA 3 mostra a evolução no país e na R. A. dos Açores, da FBCF, i.e., de uma das componentes do PIB que permite perceber a dinâmica do Investimento na Região.

Tabela RAA 3– Formação Bruta da Capital Fixo a preços correntes (10⁶ €)

	País	Região A Açores	% do País	% do PIB da Região
2011	32.437,4	689,0	2,1%	18,5%
2012	26.631,5	633,3	2,4%	17,7%
2013	25.150,3	541,1	2,2%	14,8%
2014	26.012,7	494,0	1,9%	13,4%
2015	27.886,5	542,9	1,9%	14,2%
2016	28.893,4	544,4	1,9%	13,7%
2017	32.887,7	596,5	1,8%	14,5%
2018	35.953,4	631,7	1,8%	14,7%
2019	38.815,2	671,8	1,7%	15,0%
2020	38.509,8	711,7	1,8%	17,1%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

Ao longo da década, a FBCF, a preços correntes, cresceu escassos 3,3% (média anual de 0,4%), muito abaixo do crescimento registado no país (18,7% entre 2011 e 2020, i.e., uma média anual de 1,9%), fazendo com que o papel da FBCF na R. A. dos Açores no cômputo nacional se tenha deteriorado ao longo da década, representando em 2020, apenas 1,8%. De notar que entre 2011 e 2014 ocorreu uma descida de 28,3% no valor da FBCF na região, iniciando-se em 2015 um período de crescimento lento, mas sustentado, até 2020.

Em termos do PIB regional, a formação bruta de capital fixo registou, ao longo da década, uma queda prolongada que se iniciou em 2012, tendo passado de uma proporção de 18,5% em 2011 para valores em torno dos 14% até 2018. Desde esse ano que se verifica uma ligeira recuperação, e em 2020 a importância da FBCF no PIB regional já se aproximava dos valores de 2011, situando-se nos 17,7%. Outra variável essencial para a avaliação do desempenho económico é o Emprego. A Tabela RAA 4 apresenta a evolução do emprego (total e remunerado) na região, bem como a posição relativa da R. A. dos Açores no total nacional.

Tabela RAA 4– Emprego por indivíduos totais e remunerados (10³ pessoas)

	Total	Remunerado	Total	Remunerado
	País	País	Região A Açores	Região RA Açores
2011	4.776,7	3.985,4	112,5	88,0
2012	4.581,4	3.795,4	106,1	84,1
2013	4.450,2	3.711,1	102,1	81,5
2014	4.513,0	3.787,0	106,2	85,4
2015	4.575,8	3.876,4	112,6	92,0
2016	4.649,9	3.967,6	112,7	92,9
2017	4.802,6	4.111,9	113,7	93,8
2018	4.914,0	4.212,3	114,2	93,8
2019	4.952,8	4.260,1	114,9	94,9
2020	4.864,7	4.197,9	114,9	94,9

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

O emprego total na R. A. dos Açores aumentou 2,1% entre 2011 e 2020, ou seja, ligeiramente mais do que no país (1,8%). Em particular, o emprego remunerado registou um aumento de 7,8%, o que significa que o emprego não remunerado (cerca de 20% do total) teve um decréscimo (-18,4%). Depois da quebra a que se assistiu entre 2012 e 2014, em 2015 o emprego recuperou para os valores do início da década (cerca de 112 mil indivíduos) e desde então tem vindo a crescer de forma continuada, atingindo o seu máximo em 2021 (116 mil indivíduos). O peso do emprego regional no total nacional manteve-se estável ao longo do período, representando, em média, 2,4% do emprego nacional. A Tabela RAA 5 complementa a análise da evolução do emprego na R. A. dos Açores com as remunerações dos empregados, e a sua expressão nas remunerações totais nacionais e no VAB da região.

Tabela RAA 5– Remunerações dos empregados a preços correntes (10⁶ €)

	País	Região A Açores	% do País	% do VAB
2011	81.593,8	1.745,8	2,1%	53,6%
2012	75.313,4	1.571,8	2,1%	50,3%
2013	76.207,1	1.619,1	2,1%	50,5%
2014	76.351,1	1.616,9	2,1%	50,2%
2015	78.406,3	1.676,6	2,1%	50,3%
2016	81.213,5	1.729,7	2,1%	50,1%
2017	86.097,3	1.807,1	2,1%	50,8%
2018	91.633,1	1.885,6	2,1%	50,9%
2019	97.099,3	1.992,8	2,1%	51,3%
2020	97.123,6	2.015,4	2,1%	55,6%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

No período em análise, as remunerações dos empregados (em termos nominais) cresceram 15,4%, acompanhando, assim, a tendência nacional, mas com menor intensidade (no país, as remunerações cresceram 19,0%). Ainda assim, em 2012 a região registou uma quebra (-10,0%) da qual só recuperou em 2016, quando se aproximou dos valores de 2011 – tal como sucedeu, aliás, a nível nacional.

As remunerações dos empregados na R. A. dos Açores representam, a cada ano, 2,1% das remunerações totais auferidas pelos empregados no país. Combinando a informação das Tabelas RAA 4 e RAA 5, é possível calcular a remuneração média por trabalhador, permitindo perceber que, na R. A. dos Açores, esta se situa, invariavelmente, abaixo da média do país, sendo essa diferença mais elevada desde 2015 (em 2020, o diferencial era de 1 890 euros).

No que respeita ao peso das remunerações no VAB da R. A. dos Açores, em 2012 verificou-se uma quebra de 3,3 pp fixando-se essa proporção na ordem dos 50% até 2017, ano a partir do qual se assiste a uma recuperação (ainda que ténue). Em 2020 essa proporção aumentou de forma mais expressiva e atingiu o valor mais elevado do período 2011-2020.

i. Ramos de Atividade

A Tabela RAA 6 apresenta o VAB da R. A. dos Açores desagregado por ramos, a sua evolução na década 2011-2021 e a estrutura setorial da região no início e no fim do período em análise.

Tabela RAA 6– VAB da Região RA Açores por ramo de atividade (10⁶ €)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	3.257,2	251,0	263,2	186,3	802,2	65,0	98,8	377,6	119,8	987,4	105,9
2012	3.121,8	271,9	261,6	151,8	778,2	59,1	91,9	396,8	110,7	895,0	104,9
2013	3.209,0	273,8	280,5	130,1	801,0	55,6	73,5	423,7	113,0	952,5	105,3
2014	3.218,4	295,0	267,0	121,6	770,0	57,5	81,1	433,7	115,9	967,2	109,3
2015	3.330,1	298,6	276,8	123,3	801,3	55,3	86,7	441,3	120,7	1.008,6	117,4
2016	3.450,5	292,5	271,9	127,6	867,9	57,1	82,0	459,5	133,8	1.039,2	119,0
2017	3.557,9	308,3	264,3	137,3	907,8	57,4	87,0	472,5	145,8	1.056,9	120,7
2018	3.704,9	330,1	267,4	147,1	947,7	56,8	87,8	488,1	156,9	1.089,9	133,1
2019	3.882,8	330,1	275,0	157,9	1.001,2	62,4	89,2	508,1	167,1	1.148,0	143,8
2020	3.627,7	337,7	289,5	161,6	718,2	58,1	92,5	518,7	138,6	1.186,3	126,6
2021	3.828,0	354,2	286,6	173,9	823,7	58,9	88,7	536,4	147,9	1.230,9	126,9

Variação 2011/2021 (%)

Δ	17,5	41,1	8,9	-6,6	2,7	-9,4	-10,2	42,1	23,4	24,7	19,9
---	------	------	-----	------	-----	------	-------	------	------	------	------

Distribuição regional do VAB (%)

2011	100,0	7,7	8,1	5,7	24,6	2,0	3,0	11,6	3,7	30,3	3,2
2021	100,0	9,3	7,5	4,5	21,5	1,5	2,3	14,0	3,9	32,2	3,3

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

Entre 2011 e 2021, o VAB da R. A. dos Açores cresceu 17,5% face a 2011, o que corresponde a um crescimento médio anual de 1,6%. A evolução registada na região está em linha com a verificada a nível nacional (20,5%, ou seja, a uma média anual de 1,9%). O crescimento do VAB foi consistente ao longo da década, com exceção dos anos 2012 e 2020, acomodando os efeitos da intervenção financeira e da crise pandémica, respetivamente. Os anos de 2019 e 2021 registaram as taxas de crescimento do VAB mais elevadas da década (4,8% e 5,5%, respetivamente).

Durante este período, três ramos de atividade registaram uma contração do VAB, designadamente “Atividades financeiras e de seguros” (-10,2%), “Informação e comunicação” (-9,4%) e “Construção” (-6,4%). Assim, enquanto em 2011 representavam 10,7% do VAB regional, em 2021, representavam apenas 8,4%, tendo o ramo “Construção” registado a maior descida (-1,2 pp).

Todos os outros ramos de atividade registaram crescimentos do VAB, tendo ultrapassado 40% nas “Atividades imobiliárias” (42,1%) e na “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (41,1%), e 20% na “Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social” (24,7%) e “Atividades de consultoria, administrativas e dos serviços de apoio” (23,4%). Os ramos “Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social” e “Comércio por grosso e a retalho; reparação ; transportes; alojamento e restauração” concentram mais de 50% do VAB regional, embora o primeiro tenha registado um crescimento bastante mais expressivo entre 2011 e 2021 e, por isso, reforçado o seu contributo para o VAB regional, ao passo que no segundo se verificou um crescimento ligeiro (2,7%), que resultou na redução do seu peso relativo em 2021, face a 2011 (-3,1 pp).

Em complemento à análise anterior, a Tabela RAA 7 apresenta o peso que cada ramo de atividade tem no VAB nacional.

Tabela RAA 7– VAB da Região A Açores por ramo de atividade (em % da atividade nacional do ramo)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	2,1	7,8	1,0	2,2	2,2	1,1	0,9	2,3	1,1	3,1	2,4
2012	2,1	8,4	1,0	2,1	2,2	1,1	1,0	2,3	1,1	3,1	2,4
2013	2,1	7,7	1,1	1,9	2,2	1,1	0,9	2,3	1,1	3,1	2,5
2014	2,1	8,2	1,0	1,9	2,1	1,1	1,0	2,3	1,1	3,2	2,5
2015	2,1	7,9	1,0	1,9	2,1	1,0	1,1	2,3	1,1	3,3	2,6
2016	2,1	7,6	0,9	2,0	2,2	1,0	1,0	2,3	1,1	3,3	2,6
2017	2,1	7,5	0,9	2,0	2,2	1,0	1,0	2,2	1,1	3,2	2,4
2018	2,1	7,9	0,8	2,0	2,2	0,9	1,0	2,2	1,1	3,2	2,6
2019	2,1	7,4	0,9	2,0	2,2	0,9	1,0	2,2	1,1	3,2	2,6
2020	2,1	7,7	0,9	1,9	2,0	0,7	1,0	2,2	0,9	3,3	2,7
2021	2,1	7,5	0,9	1,9	2,1	0,7	1,0	2,2	0,9	3,3	2,8

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

O contributo do VAB da R. A. dos Açores para o VAB nacional manteve-se, consistentemente, em 2,1% entre 2011 e 2021. O ramo “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” na região tem um papel relativamente importante, contribuindo em mais de 7% para o VAB nacional do ramo. A “Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social” e “Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços” têm um peso ligeiramente superior ao do total da região, e os ramos “Comércio por grosso e a retalho; reparação; transportes; alojamento e restauração” e “Atividades imobiliárias” estão em linha com a média regional. Entre 2011 e 2021, o peso do VAB regional de cada um dos ramos no VAB nacional manteve-se relativamente constante, com variações inferiores 0,5 pp.

A Tabela RAA 8 apresenta os valores do emprego por ramo na região, bem como a sua evolução entre 2011 e 2021 e a estrutura setorial nesses dois anos.

Tabela RAA 8– Emprego - indivíduos totais da Região A Açores por ramo de atividade (10³ pessoas)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	112,5	20,3	9,1	11,4	25,3	0,8	1,4	0,2	6,1	29,6	8,3
2012	106,1	20,1	8,6	8,2	23,5	0,9	1,3	0,2	5,4	29,3	8,6
2013	102,1	19,3	8,3	6,9	22,3	0,8	1,4	0,3	5,1	29,0	8,8
2014	106,2	18,6	8,1	6,4	23,3	0,8	1,2	0,3	5,6	32,7	9,1
2015	112,6	18,1	8,5	6,5	24,8	0,8	1,2	0,3	5,9	36,8	9,8
2016	112,7	17,3	8,6	6,4	25,6	0,9	1,1	0,3	5,8	37,1	9,7
2017	113,7	16,7	8,8	7,0	26,9	0,9	1,1	0,3	6,6	36,0	9,4
2018	114,2	16,8	8,9	7,0	28,1	0,9	1,1	0,3	6,8	35,2	9,2
2019	114,9	15,6	9,0	7,2	28,9	1,0	1,1	0,4	6,6	35,8	9,3
2020	114,9	15,9	8,8	7,3	27,8	1,0	1,0	0,3	6,6	36,9	9,2

Variação 2011/2021 (%)

Δ	2,1	-21,6	-3,1	-36,0	9,8	23,8	-28,3	50,4	7,9	24,8	11,3
---	-----	-------	------	-------	-----	------	-------	------	-----	------	------

Distribuição regional do Emprego (%)

2011	100,0	18,0	8,1	10,1	22,5	0,7	1,2	0,2	5,4	26,3	7,4
2020	100,0	13,8	7,7	6,3	24,2	0,9	0,9	0,3	5,8	32,1	8,1

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

O aumento de 2,1% registado no emprego regional entre 2011 e 2021, correspondente a 2 371 indivíduos, é, fundamentalmente, o resultado combinado de forte crescimento nos ramos “Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social” (24,8%; 7 328 empregos) e “Comércio por grosso e a retalho; reparação; transportes; alojamento e restauração” (9,8%; 2 466 empregos) e de forte quebra nos ramos “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (21,6%; 4 386 empregos) e “Construção” (36%; 4 094 empregos).

Em termos relativos, outros três ramos, (“Atividades imobiliárias”, “Informação e comunicação” e “Atividades financeiras e de seguros”) registaram variações significativas (aumentos de 50,4% e 23,8% nos dois primeiros, e redução de 28,3% no último), mas com pouca expressão em termos absolutos dada a reduzida importância destes ramos de atividade no emprego regional (em conjunto, 2,1% do total). No ramo “Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços” o crescimento do emprego foi igualmente significativo (11,3%; 936 empregos).

A evolução por ramos provocou alterações na estrutura setorial do emprego em 2021 face a 2011. Fruto das variações ocorridas, os ramos “Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social” e “Comércio por grosso e a retalho; reparação; transportes; alojamento e restauração” reforçaram o seu peso no emprego total, em 5,8 pp e 1,7 pp, respetivamente e representavam, em conjunto, em 2020, 56,3% do emprego total da R. A. dos Açores (contra 48,8% em 2011). Pelo contrário, “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” e “Construção” reduziram a percentagem de empregos no total, em 4,2 pp e 3,8 pp, respetivamente, e representavam, em 2020, 20,2% do emprego, quando em 2011 concentravam 28,1% dos empregos na região.

A Tabela RAA 9 apresenta os níveis de produtividade por ramo de atividade ao longo da última década.

Tabela RAA 9– Produtividade da Região A Açores – VAB/Emprego (10³ €)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	28,9	12,4	28,9	16,4	31,7	79,4	70,8	1.641,6	19,6	33,4	12,7
2012	29,4	13,5	30,4	18,6	33,2	66,0	68,7	1.710,2	20,6	30,5	12,2
2013	31,4	14,2	33,6	18,9	35,9	67,3	54,4	1.668,0	22,0	32,9	12,0
2014	30,3	15,8	32,8	19,1	33,0	68,2	66,1	1.687,6	20,7	29,6	12,0
2015	29,6	16,5	32,7	19,1	32,4	66,4	70,2	1.744,2	20,6	27,4	12,0
2016	30,6	16,9	31,5	19,9	33,9	65,6	72,0	1.809,1	23,1	28,0	12,3
2017	31,3	18,5	30,1	19,7	33,7	64,9	79,3	1.393,9	22,0	29,3	12,9
2018	32,4	19,7	30,1	20,9	33,8	62,2	81,3	1.398,6	23,2	31,0	14,5
2019	33,8	21,2	30,5	21,9	34,7	62,5	83,2	1.369,5	25,2	32,1	15,4
2020	31,6	21,2	32,8	22,2	25,9	57,3	92,4	1.499,2	21,0	32,1	13,7

Variação 2011/2021 (%)

Δ	9,1	71,7	13,4	35,5	-18,4	-27,8	30,5	-8,7	7,2	-3,7	7,5
---	-----	------	------	------	-------	-------	------	------	-----	------	-----

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

Entre 2011 e 2020 a produtividade média da R. A. dos Açores aumentou 9,1%, de 28,9 mil euros para 31,6 mil euros por trabalhador. Este resultado é expectável atendendo à evolução do VAB e do emprego neste período (crescimento de 17,5% e 2,1%, respetivamente). A região acompanhou, assim, a tendência de crescimento verificada no país, cujo crescimento se cifrou nos 11,3%, entre 2011 e 2020. A tendência global de crescimento registada ao longo da década foi interrompida entre 2013 e 2015 e, novamente, em 2020, fruto dos contextos de crise de dívida soberana e pandémico, respetivamente.

Entre os ramos cuja produtividade mais cresceu entre 2011 e 2020, apenas as “Atividades financeiras e de seguros” têm uma produtividade superior à média regional (92,4 vs. 31,6 em 2020, respetivamente). Três ramos têm uma produtividade francamente superior à média regional - “Atividades financeiras e de seguros”, “Informação e comunicação” e “Atividades imobiliárias”, mas, entre estes, apenas no primeiro se verificou uma melhoria da produtividade na última década.

Note-se ainda que os dois principais ramos de atividade, em termos de VAB, “Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social” e “Comércio por grosso e a retalho; reparação ; transportes; alojamento e restauração” registaram uma quebra da produtividade em 2020 face a 2011 (-3,7% e -18,4%, respetivamente), embora a estas quebras não seja alheia, principalmente no ramo “Comércio por grosso e a retalho; reparação ; transportes; alojamento e restauração”, a situação pandémica. Com efeito, excluindo este último ano, a produtividade do ramo manteve-se relativamente estável, aproximando-se dos 34 mil euros por trabalhador entre 2016 e 2018, superando até esse valor em 2019.

Por fim, a Tabela RAA 10 posiciona a produtividade, por ramo, da R. A. dos Açores no contexto nacional.

Tabela RAA 10– Produtividade por ramo de atividade na Região A Açores em relação à do País (em %)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	89,7	202,3	87,7	76,5	101,0	100,4	62,3	270,0	85,2	101,4	80,1
2012	91,6	224,9	91,0	81,6	101,4	89,8	68,1	248,2	91,8	100,9	76,6
2013	93,4	202,5	97,2	79,0	104,0	96,2	58,7	226,9	96,1	102,4	76,2
2014	90,5	214,0	92,6	82,0	98,6	102,8	70,6	240,4	91,5	93,6	75,3
2015	86,4	199,8	88,2	81,7	95,7	104,5	71,4	253,3	93,3	85,7	73,0
2016	87,9	192,6	83,7	84,3	100,2	100,9	71,9	278,7	102,3	86,8	72,5
2017	88,6	194,3	80,0	82,9	99,0	102,6	76,2	239,9	95,9	88,7	71,5
2018	89,8	198,1	78,6	84,5	100,0	102,6	77,2	242,7	94,1	91,4	76,0
2019	90,2	182,8	78,7	85,6	101,0	97,3	75,7	249,0	95,6	91,7	77,7
2020	87,9	187,2	87,0	86,5	89,7	87,3	82,6	266,6	80,2	92,7	77,2

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

A produtividade do trabalho na R. A. dos Açores tem-se situado ligeiramente abaixo dos 90% da média nacional, tendo o maior hiato ocorrido em 2015 (14%) e o menor em 2013 (6,6%).

O ramo “Atividades Imobiliárias” destaca-se dos demais por apresentar uma produtividade média que foi, ao longo da década 2011-2020, cerca de 2,5 vezes superior à produtividade do ramo no país. Do mesmo modo, o ramo “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” regista, na R. A. dos Açores, uma produtividade que se aproxima do dobro da média nacional do ramo. Ambos os ramos assistiram, todavia, a uma redução dessa diferença entre 2011 e 2020 (-1,3% no primeiro, -7,4% no segundo).

g. Retrato da Região Autónoma da Madeira

A Região Autónoma da Madeira (R. A. da Madeira) é a mais pequena do país em área, com apenas 801 km², tendo uma população de 250 744 habitantes, o que corresponde a 2,4% da população portuguesa. Entre os dois registos censitários de 2011 e 2021, a população residente diminuiu 4%. A R. A. da Madeira compreende 11 municípios, sendo o mais populoso o do Funchal, com 105 782 habitantes e o menos populoso, Porto Moniz, com 2 517 habitantes. A diminuição da população foi uma característica verificada em todos os concelhos. No entanto, esta continua a ser uma região marcada por uma elevada densidade populacional, situando-se em 313,0 hab/Km², i.e., o triplo da verificada no país (112,2 hab/Km²).

Tabela RAM 1 – PIB a preços correntes (10⁶ €)

	País	Região A Madeira	% do País
2011	176.096,2	4.440,1	2,5%
2012	168.295,6	4.062,7	2,4%
2013	170.492,3	4.143,4	2,4%
2014	173.053,7	4.202,3	2,4%
2015	179.713,2	4.313,2	2,4%
2016	186.489,8	4.477,6	2,4%
2017	195.947,2	4.783,6	2,4%
2018	205.184,1	4.940,4	2,4%
2019	214.374,6	5.126,4	2,4%
2020	200.518,9	4.449,6	2,2%
2021	214.470,7	4.895,9	2,3%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

Em termos económicos, o PIB a preços correntes da R. A. da Madeira manteve alguma estabilidade entre 2011 e 2021, tendo variado entre os 4 062,7 milhões de euros em 2012 e os 5 126,4 milhões de euros em 2019, o ano imediatamente anterior à eclosão da pandemia do COVID-19. Em 2020, o PIB reduziu-se (em termos absolutos e relativos), e apesar do crescimento verificado em 2021, ainda se mantém a níveis inferiores aos de 2019. Quando comparado com o país, o PIB da R. A. da Madeira, que correspondia em 2011 a 2,5% do país, manteve-se praticamente estável em praticamente todo o período observado, baixando para 2,2% em 2020 e recuperando 0,1 pp em 2021.

Tabela RAM 2 – PIB por habitante a preços correntes (10³ €)

	País	Região A Madeira	% do País
2011	16,7	16,7	99,9%
2012	16,0	15,4	96,3%
2013	16,3	15,8	96,9%
2014	16,6	16,2	97,4%
2015	17,4	16,7	96,2%
2016	18,1	17,5	96,8%
2017	19,0	18,8	98,9%
2018	20,0	19,4	97,2%
2019	20,8	20,2	97,0%
2020	19,5	17,5	89,8%
2021	20,8	19,3	92,8%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

O PIB per capita em termos nominais da R. A. da Madeira cresceu, passando de 16,7 mil euros em 2011 para 19,3 mil euros em 2021, com um máximo de 20,2 mil euros em 2019. Com a exceção dos anos de 2012 e de 2020, há um crescimento consistente. No entanto, se em 2011, este indicador era muito semelhante à média nacional, em 2021 ele correspondia a apenas 92,8% do PIB per capita português. Tendo atingido os 96,2% do PIB per capita nacional em 2015, a partir daí, assistiu-se a uma convergência para a média durante dois anos, 2016-2017, para depois voltar a divergir, verificando-se

uma redução acentuada em 2020, em que houve uma perda de 7,2 pp, seguida de uma nova recuperação em 2021 para 92,8% (7,1 pp abaixo do registado em 2011).

Tabela RAM 3 – Formação Bruta da Capital Fixo a preços correntes (10⁶ €)

	País	Região A Madeira	% do País	% do PIB da Região
2011	32.437,4	1.100,3	3,4%	24,8%
2012	26.631,5	564,8	2,1%	13,9%
2013	25.150,3	501,1	2,0%	12,1%
2014	26.012,7	562,8	2,2%	13,4%
2015	27.886,5	546,3	2,0%	12,7%
2016	28.893,4	563,6	2,0%	12,6%
2017	32.887,7	684,7	2,1%	14,3%
2018	35.953,4	749,8	2,1%	15,2%
2019	38.815,2	838,4	2,2%	16,4%
2020	38.509,8	795,0	2,1%	17,9%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

A FBCF na R. A. da Madeira diminuiu no período em análise, passando de 1 100,3 milhões de euros em 2011, para 795,0 milhões em 2020, evolução em sentido contrário à registada no país. Por essa razão, o seu peso relativo no país diminuiu de 3,4% para 2,1% e em termos do PIB da região, passou de 24,8% para 17,9%. Este comportamento resulta da forte diminuição verificada no ano de 2012, (-48,7%). Esta quebra foi parcialmente compensada por um crescimento de 40,8% até 2020, tendo sido atingido o máximo em 2019, com 838,4 milhões de euros. Depois da forte quebra registada em 2012, o peso no país manteve-se estável, variando entre 2,0% e 2,2%. O mesmo não aconteceu ao seu peso no PIB da região. Entre 2011 e 2013, caiu 12,7 pp, tendo depois recuperado em 2014, para voltar a cair até 2016, para os 12,6%. A partir daí, o peso relativo no PIB esteve sempre a crescer, tendo atingido os 17,9%, o segundo resultado mais elevado em todo o período.

Tabela RAM 4 – Emprego por indivíduos totais e remunerados (10³ pessoas)

	Total	Remunerado	Total		Remunerado	
	País	País	Região A Madeira	% do País	Região RA Madeira	% do País
2011	4.776,7	3.985,4	125,9	2,6%	98,7	2,5%
2012	4.581,4	3.795,4	119,7	2,6%	92,9	2,4%
2013	4.450,2	3.711,1	114,1	2,6%	88,8	2,4%
2014	4.513,0	3.787,0	115,8	2,6%	91,4	2,4%
2015	4.575,8	3.876,4	116,0	2,5%	92,5	2,4%
2016	4.649,9	3.967,6	117,6	2,5%	94,6	2,4%
2017	4.802,6	4.111,9	122,3	2,5%	98,1	2,4%
2018	4.914,0	4.212,3	123,5	2,5%	99,2	2,4%
2019	4.952,8	4.260,1	123,1	2,5%	99,7	2,3%
2020	4.864,7	4.197,9	120,2	2,5%	97,6	2,3%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

O emprego, total e remunerado, na R. A. da Madeira teve uma ligeira redução entre 2011 e 2020 correspondente a 5,7 mil empregos (o que representou uma queda de 4,5%) e 1,1 mil empregos remunerados (uma queda de 1,1%). Houve, portanto, uma evolução em sentido contrário à registada no país, com variações positivas em ambos indicadores. Quando comparado com o total nacional, a R. A. da Madeira viu o seu peso reduzir-se ligeiramente de 2,6% para 2,5%. Em termos de emprego remunerado, o peso no país, oscilou entre 2,5%, registado em 2011, e os 2,3%, em 2018 e 2019. Para complementar a informação sobre o emprego, propõe-se agora a ponderação das remunerações por ramo de atividade na R. A. da Madeira.

Tabela RAM 5 – Remunerações dos empregados a preços correntes (10⁶ €)

	País	Região A Madeira	% do País	% do VAB
2011	81.593,8	2.004,0	2,5%	51,1%
2012	75.313,4	1.793,0	2,4%	50,1%
2013	76.207,1	1.781,8	2,3%	48,6%
2014	76.351,1	1.767,4	2,3%	47,8%
2015	78.406,3	1.805,3	2,3%	47,7%
2016	81.213,5	1.874,3	2,3%	47,8%
2017	86.097,3	1.967,8	2,3%	47,0%
2018	91.633,1	2.067,3	2,3%	47,9%
2019	97.099,3	2.174,1	2,2%	48,6%
2020	97.123,6	2.140,4	2,2%	54,7%

Fonte: INE – Contas Regionais (2023)

As remunerações dos empregados na R. A. da Madeira aumentaram, tendo-se verificado, no entanto, dois subperíodos distintos. De 2011 até 2014 houve uma redução, tendo a partir daí aumentado, numa base anual. No entanto, as remunerações só voltaram a ultrapassar as registadas em 2011 no ano de 2018, um ano mais tarde do que aconteceu no país. A importância nas remunerações na R. A. da Madeira relativamente ao país reduziu-se de 2,5% para 2,2%. No que respeita às remunerações em percentagem do VAB, apesar de terem baixado até 2017, a partir desse ano aumentaram, tendo atingido em 2020 os 54,7%, superior ao verificado em 2011.

i. Ramos de Atividade

Seguidamente, passamos a analisar a distribuição do VAB da R. A. da Madeira em valor absoluto e em percentagem do peso na região, partindo-se para tal da Tabela RAM 6, em que é apresentado o VAB da R. A. da Madeira por ramo de atividade.

Tabela RAM 6 – VAB da Região RA Madeira por ramo de atividade (10⁶ €)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	3.921,4	68,1	249,2	277,7	1.214,5	71,1	159,1	399,8	229,8	1.146,6	105,5
2012	3.576,3	72,0	229,5	242,2	1.078,3	59,7	133,8	416,5	226,5	1.015,4	102,3
2013	3.665,9	73,7	251,1	205,7	1.126,2	57,1	118,9	441,7	230,4	1.058,5	102,5
2014	3.699,6	70,4	245,4	203,2	1.157,5	58,3	120,4	448,5	238,4	1.052,1	105,4
2015	3.784,1	75,3	260,8	197,7	1.192,6	57,9	120,9	458,1	247,8	1.073,2	99,8
2016	3.922,0	75,3	261,8	197,8	1.276,8	59,7	131,2	466,5	250,5	1.097,8	104,7
2017	4.183,3	80,3	268,0	205,5	1.388,7	62,7	134,8	488,3	310,3	1.128,5	116,1
2018	4.315,2	80,0	273,7	232,3	1.402,1	68,9	116,4	510,7	353,0	1.163,8	114,2
2019	4.475,3	81,2	289,2	244,6	1.419,6	79,1	126,8	532,3	360,8	1.228,5	113,2
2020	3.914,0	74,4	259,8	250,4	951,8	108,1	126,6	532,9	235,8	1.274,3	99,8
2021	4.284,5	76,4	287,9	276,3	1.120,4	112,4	125,5	556,9	284,7	1.344,8	99,1

Variação 2011/2021 (%)

Δ	9,3	12,1	15,5	-0,5	-7,7	58,0	-21,1	39,3	23,9	17,3	-6,0
Distribuição regional do VAB (%)											
2011	100,0	1,7	6,4	7,1	31,0	1,8	4,1	10,2	5,9	29,2	2,7
2021	100,0	1,8	6,7	6,4	26,2	2,6	2,9	13,0	6,6	31,4	2,3

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

O VAB da R. A. da Madeira aumentou de 3 921,4 milhões de euros em 2011 para 4 284,5 milhões em 2021. Apesar de ter crescido neste período, o VAB em 2021 foi inferior ao registado em 2018 e 2019. Esta evolução não foi transversal em todos os ramos, assinalando-se uma redução do VAB no ramo “Atividades financeiras e de seguros” (21,1%), no “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração” (7,7%) e nas “Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços” (6,0%). Estes ramos reduziram, conseqüentemente, o peso que tinham na economia, tendo este passado de 37,8% em 2011 para 31,4% em 2021. Em todos os outros ramos houve um aumento do VAB, com a taxa de crescimento mais elevada a ser registada no ramo “Informação e comunicação” (58,0%), depois nas “Atividades imobiliárias” (39,3%) e “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio” (23,9%). Esta análise pode ser complementada com a interpretação do peso setorial da R. A. da Madeira na atividade nacional do ramo.

Tabela RAM 7 – VAB da Região A Madeira por ramo de atividade (em % da atividade nacional do ramo)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	2,5	2,1	1,0	3,3	3,3	1,2	1,5	2,4	2,1	3,6	2,4
2012	2,4	2,2	0,9	3,4	3,0	1,1	1,4	2,4	2,3	3,5	2,4
2013	2,4	2,1	1,0	3,0	3,0	1,1	1,4	2,4	2,3	3,5	2,4
2014	2,4	2,0	0,9	3,2	3,1	1,1	1,5	2,4	2,2	3,5	2,4
2015	2,4	2,0	0,9	3,1	3,1	1,1	1,5	2,4	2,2	3,5	2,2
2016	2,4	2,0	0,9	3,0	3,2	1,1	1,6	2,3	2,1	3,5	2,3
2017	2,5	2,0	0,9	3,0	3,3	1,1	1,6	2,3	2,4	3,5	2,3
2018	2,4	1,9	0,9	3,1	3,2	1,1	1,3	2,3	2,5	3,4	2,2
2019	2,4	1,8	0,9	3,0	3,2	1,1	1,4	2,3	2,3	3,5	2,1
2020	2,2	1,7	0,8	3,0	2,6	1,4	1,4	2,3	1,6	3,6	2,1
2021	2,3	1,6	0,9	3,1	2,9	1,3	1,4	2,3	1,8	3,6	2,2

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

O peso da R. A. da Madeira no conjunto do país, medido em termos do VAB, diminuiu, quer no total da atividade económica, quer genericamente nos ramos, com a exceção do ramo “Informação e comunicação”, cujo peso aumentou 0,1 pp, e do ramo “Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social”, cujo peso se manteve constante. Em termos de pontos percentuais, a maior redução verificou-se no ramo “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (0,5 pp) e no “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração” (0,4 pp). A Tabela RAM 8 mostra a distribuição setorial do emprego total.

Tabela RAM 8 – Emprego - indivíduos totais da Região A Madeira por ramo de atividade (10³ pessoas)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	125,9	21,8	8,6	10,7	34,0	0,9	1,5	0,9	8,4	32,0	7,2
2012	119,7	21,6	7,8	8,0	32,7	0,9	1,4	0,8	7,5	32,0	7,1
2013	114,1	20,3	7,1	6,7	31,9	0,8	1,2	0,8	7,4	31,1	6,8
2014	115,8	19,1	7,2	6,4	32,8	0,9	1,1	0,8	7,7	32,8	7,1
2015	116,0	17,9	7,3	6,4	33,8	0,9	1,1	0,8	8,0	32,7	7,1
2016	117,6	17,1	7,6	5,9	34,7	1,0	1,6	0,9	8,5	33,0	7,2
2017	122,3	18,5	7,7	6,6	36,6	1,2	1,6	1,0	9,3	32,6	7,2
2018	123,5	17,7	7,9	7,2	37,5	1,2	1,5	1,1	10,0	32,3	7,1
2019	123,1	16,2	7,9	7,7	38,3	1,2	1,7	1,2	9,5	32,4	7,0
2020	120,2	15,9	7,4	8,0	36,5	1,4	1,3	1,2	8,9	32,9	6,8

Varição 2011/2021 (%)

Δ	-4,5	-27,1	-14,1	-25,6	7,4	55,5	-10,4	44,1	5,7	2,6	-5,0
---	------	-------	-------	-------	-----	------	-------	------	-----	-----	------

Distribuição regional do Emprego (%)

2011	100,0	17,3	6,8	8,5	27,0	0,7	1,2	0,7	6,7	25,4	5,7
2020	100,0	13,2	6,1	6,6	30,4	1,1	1,1	1,0	7,4	27,3	5,7

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

O emprego total, entre 2011 e 2020, caiu 4,5%. A diminuição mais forte ocorreu até 2013, tendo posteriormente recuperado até 2018, ano em que se registou o maior volume de emprego, e voltado a diminuir em 2019 e 2020.

A queda registada entre 2011 e 2020, deve-se sobretudo ao decréscimo verificado no ramo “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (-27,1%), “Construção” (-25,6%), “Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição” (-14,1%) e “Atividades financeiras e de seguros” (-10,4%). Estes ramos representavam 33,8% do emprego em 2010, tendo passado a ter um peso de 27,0%. Os ramos com o crescimento mais elevado no emprego foram “Informação e comunicação” (55,5%) e “Atividades imobiliárias” (44,1%). O forte crescimento destes ramos não se repercutiu no crescimento do emprego na R. A. da Madeira dado o seu peso relativamente reduzido (1,4% em 2011 e 2,1% em 2021).

Na Tabela RAM 9 podemos analisar a produtividade medida em termos de VAB por indivíduos totais ao nível dos ramos.

Tabela RAM 9 – Produtividade da Região A Madeira – VAB/Emprego (10³ €)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	31,1	3,1	29,1	25,9	35,7	80,0	108,9	464,9	27,4	35,8	14,7
2012	29,9	3,3	29,3	30,3	33,0	67,7	96,9	508,0	30,1	31,8	14,5
2013	32,1	3,6	35,5	30,8	35,3	67,9	97,8	549,4	31,0	34,0	15,1
2014	31,9	3,7	34,3	31,7	35,3	66,4	107,4	532,6	31,1	32,0	14,9
2015	32,6	4,2	35,7	31,1	35,3	65,5	110,5	556,0	31,0	32,8	14,1
2016	33,4	4,4	34,3	33,3	36,8	59,5	84,2	525,4	29,3	33,3	14,6
2017	34,2	4,3	34,9	31,1	38,0	53,8	83,6	480,6	33,4	34,6	16,1
2018	34,9	4,5	34,8	32,1	37,4	56,0	79,3	468,5	35,1	36,0	16,1
2019	36,3	5,0	36,8	31,9	37,0	64,8	75,2	448,5	37,9	37,9	16,1
2020	32,6	4,7	35,3	31,5	26,1	78,2	96,7	430,1	26,6	38,8	14,6

Varição 2011/2021 (%)

Δ	4,5	49,9	21,4	21,2	-27,0	-2,2	-11,2	-7,5	-2,9	8,4	-0,3
----------	-----	------	------	------	-------	------	-------	------	------	-----	------

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

A produtividade medida em termos de VAB por indivíduos totais aumentou no total da economia, e nos ramos “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” e “Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição”, sendo este aumento explicado quer pelo aumento do VAB quer pela diminuição do emprego. De forma distinta, no ramo “Construção”, o aumento da produtividade resultou de uma diminuição quer no VAB quer no emprego. Apenas no ramo “Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social” o aumento da produtividade resultou de um aumento quer do VAB, quer no emprego, mas em que VAB cresceu relativamente mais do que o emprego. O ramo “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” é o que regista a taxa de crescimento da produtividade mais elevada (49,9%). Mas,

o efeito em termos agregados é relativamente reduzido, dado que a produtividade é a mais baixa de todos os ramos.

Na Tabela RAM 10 procedemos à comparação entre a produtividade por ramo de atividade na R. A. da Madeira com a do País.

Tabela RAM 10 – Produtividade por ramo de atividade na Região A Madeira em relação à do País (em %)

	Total	A	B + C + D + E	F	G + H + I	J	K	L	M + N	O + P + Q	R + S + T + U
2011	96,5	51,1	88,2	121,3	113,6	101,1	95,8	76,5	119,6	108,7	92,2
2012	93,0	55,4	87,6	133,1	100,8	92,1	96,1	73,7	134,5	105,0	91,3
2013	95,4	51,8	102,5	128,8	102,2	97,1	105,5	74,7	135,2	106,0	95,8
2014	95,4	49,8	96,9	135,7	105,6	100,1	114,7	75,9	137,1	101,4	93,5
2015	95,4	51,0	96,2	133,1	104,3	103,1	112,4	80,8	140,5	102,6	85,7
2016	95,8	50,2	91,0	141,2	108,6	91,5	84,0	80,9	129,7	103,0	85,9
2017	96,8	45,6	92,5	131,1	111,6	85,1	80,4	82,7	145,4	104,6	89,4
2018	96,7	45,4	90,6	130,0	110,8	92,4	75,3	81,3	142,5	106,2	84,6
2019	97,0	43,2	95,0	125,1	107,8	100,9	68,4	81,5	143,9	108,3	81,0
2020	90,6	41,3	93,6	122,7	90,3	119,2	86,4	76,5	102,0	111,8	82,4

Fonte: INE – Contas Regionais (2023) e Cálculos próprios

De uma forma geral, assistiu-se a um processo de divergência nos níveis de produtividade registados na R. A. da Madeira relativamente aos do país. Este processo de divergência verifica-se no total da economia, mas também nos ramos “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração”, “Atividades financeiras e de seguros”, “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades administrativas e dos serviços de apoio” e “Atividades artísticas e de espetáculos; reparação de bens de uso doméstico e outros serviços”. Este processo de divergência é particularmente visível no ramo “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de alojamento e restauração”, em que a produtividade na R. A. da Madeira quando comparada com o país, desce 23,3 pp, para 90,3%, em 2021. De salientar também que, no ramo “Informação e comunicação”, onde a produtividade já era maior na R. A. da Madeira, a diferença com o país aumentou mais 18,1 pp. A mesma evolução também se verificou nos ramos “Construção” e “Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação, saúde humana e ação social”, embora nestes o aumento não tenha sido tão forte.

3. Comércio inter-regional – enquadramento

Um modelo I-O uni-regional, i.e. para uma região ou país, descreve as interdependências intersectoriais no seio dessa economia, mas não reconhece as interconexões com outras regiões ou países. Já os modelos I-O multi-regionais, cuja estrutura mais simples é a de um modelo bi-regional, estendem o alcance dos modelos uni-regionais, incorporando também as interações (entre indústrias e famílias) entre as regiões consideradas, e considerando também as inter-relações inter-regionais, ou seja, o modo como os choques, positivos ou negativos, ocorridos em cada região contagiam a(s) outra(s), e como regressam também, em *feedback*, à região originalmente atingida (Miller e Blair, 2022). Assim, na aplicação de modelos I-O multi-regionais, é crucial a estimação do comércio inter-regional (e, conseqüentemente, da procura interna intra-regional) que afeta os diferentes produtos e seus usos em cada uma das regiões consideradas.

a. A (in)disponibilidade de estatísticas

Para construir um modelo I-O bi-regional é crucial proceder à distribuição dos diferentes fluxos pelas regiões, nomeadamente, e no caso em apreço, considerando (cada) uma das regiões NUTS II portuguesa (que designaremos, genericamente, por “*Região R*”) e uma outra região que agrega todas as outras regiões NUTS II e assim esgota a economia portuguesa (e que designaremos por região “*Resto de Portugal*” (*RP*)). Contudo, essa afetação às regiões tem de ser efetuada num contexto de informação muito escassa no plano regional.

No caso português dispõe-se, basicamente, de informação sobre a produção total dos ramos, o consumo intermédio total a preços de aquisição e o VAB, assim como, de modo isolado, sobre as remunerações pagas aos trabalhadores por conta de outrem, para os 125 ramos de atividade e as regiões NUTS II, com base nas Contas Regionais portuguesas. Foi ainda possível obter informação do lado da oferta, conducente a diferentes estruturas, entre as diferentes regiões, dos 431 produtos principais produzidos em cada ramo. Para muitos ramos de atividade essas estruturas foram inferidas do emprego, a partir dos Quadros do Pessoal do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (GEP-MTSS, 2022), mas no caso da agricultura, em que a um só ramo no modelo correspondem 63 produtos distintos, foi possível beneficiar de informação direta do Recenseamento Agrícola de 2019 (INE, 2021). Também o Inquérito às Despesas das Famílias 2015-2016 (INE, 2017) foi explorado de modo a obter as estruturas de consumo privado para as sete regiões, e fundamentalmente para as diferenciar entre os diferentes grupos etários e diferentes tipos de fontes de rendimento em que classificámos os agregados familiares.

Sublinha-se, no entanto, que a estimativa do comércio inter-regional é normalmente a tarefa mais difícil e mais sensível na construção de um modelo I-O multi-regional. A razão é a inexistência de um valor nacional – o comércio inter-regional para o país como um todo é zero – que sirva como âncora das estimativas regionais, ou seja que nos dê a escala do fenómeno. Com efeito, tipicamente (e é esse o caso português), conhecem-se os fluxos de transações de e para outros países (as exportações e importações internacionais), mas não os fluxos de transações que ocorrem entre as diferentes regiões do mesmo país (as exportações e importações inter-regionais).

b. A importância das transações inter-regionais

No entanto, a especificidade dos modelos bi-regionais, como os aqui considerados, em que o país se reparte somente em duas regiões R e RP , constitui uma vantagem. De facto, em qualquer modelo de I-O multi-regional é possível conhecer, por produto, as exportações inter-regionais líquidas de importações. Tal acontece, pelo chamado “método do resíduo”, em que todas as componentes da oferta e da procura de cada produto são estimadas para a região, pelo que a diferença entre as duas estimativas corresponde ao comércio inter-regional líquido.

Mas tipicamente importa conhecer não apenas os fluxos líquidos (i.e., exportações menos importações, para cada produto), como também os valores brutos das exportações e das importações, por produto, das regiões. Tal acontece porque, geralmente, os modelos multi-regionais têm por objetivo calcular impactos de choques ocorridos na procura final sobre a produção local, e tal depende de qual o grau de abastecimento local em cada transação induzida pelo choque. Ou seja, retirar as importações brutas por inteiro, sejam elas internacionais ou inter-regionais, é fundamental para isolar o efeito na economia local (seja qual seja o valor das exportações).

Ora, no caso dos modelos bi-regionais, não só os “resíduos” surgem simétricos, produto a produto (se as metodologias de estimação dos outros fluxos nas duas regiões tiverem sido consistentes), como também basicamente se sabe – porque só há duas regiões – qual a região de destino de cada exportação e a região de origem de cada importação. Esta estimação da origem e destino de todos os fluxos de comércio inter-regional é muito importante, pois permite descrever a interação entre as regiões, incluindo o impacto noutras regiões dum choque ocorrido numa, e o *feedback* deste efeito sobre a região onde o choque originalmente ocorre.

c. Aspetos metodológicos associados à estimação do comércio inter-regional em Portugal

Importa, pois, apresentar sucintamente a metodologia de distribuição dos fluxos económicos pelas regiões – i.e., a metodologia de estimação do comércio inter-regional, reconhecendo-se desde já que a abordagem adotada, apesar de confiar nas estatísticas disponíveis, sempre que elas existem, recorre também com frequência, quando a disponibilidade estatística não é suficiente, a hipóteses por nós consideradas plausíveis (e cuja razoabilidade é sublinhada, e.g., em Sargento et al. (2012)). Este procedimento não é, todavia, exclusivo deste nosso trabalho, sendo ao contrário a regra em trabalhos do mesmo tipo em todos os países do mundo (e.g: Lahr (1993), Hulu e Hewings (1993), Eding *et al.* (1997), Schwarm *et al.* (2006), Li et al. 2022). A alternativa, face à inexistência de informação regional nas estatísticas oficiais, com o detalhe requerido, seria a geração de informação própria, o que obviamente envolveria um custo (e uma logística) geralmente considerados in comportáveis.

Como acima referido, começou-se por estimar o comércio inter-regional líquido de cada produto através do “método do resíduo”. Do ponto de vista regional, resulta claro que se numa dada região há mais oferta (*incluindo importações internacionais*) que procura (*incluindo exportações internacionais*) de um certo produto, então é porque essa região exporta (mais do que importa) esse produto inter-regionalmente. Este método é também frequentemente referido como o método da balança de mercadorias, pois assenta no equilíbrio que deve ser mantido entre a oferta total e procura total de

cada produto, em cada região, sendo a diferença/"resíduo", as exportações líquidas (de importações) (inter)regionais. Seguindo Madsen e Jensen-Butler (1999), o primeiro procedimento na estimação do comércio inter-regional consistiu então na computação das exportações líquidas, de cada um dos 431 produtos, para cada uma das sete regiões NUTS II portuguesas.

No entanto, é também necessário conhecer o valor bruto das exportações e das importações a partir da balança comercial líquida, no que é conhecido na literatura pelo problema do *cross-hauling*, para se poder estimar a matriz de comércio inter-regional envolvendo as regiões e, desse modo, se derivar uma estrutura I-O multi-regional. De um modo relativamente simplificado, pode dizer-se que o problema do *cross-hauling* resulta da constatação que os agentes económicos de uma dada região podem importar um produto que também exportam (e vice-versa), fenómeno que aliás tem tendência para aumentar com a globalização crescente a que se vem assistindo, quer do ponto de vista das cadeias de produção, quer do lado da procura, com os consumidores a poderem adquirir produtos a partir de múltiplas origens (seja da própria região, seja de outras regiões, do próprio país ou de outros países).

Assim, houve também que adotar um procedimento de estimativa dos valores brutos do comércio inter-regional. No essencial, o procedimento proposto determina importações inter-regionais brutas, através da adoção de uma tipologia de produtos, e a assunção de hipóteses diferenciadas (assumidas como plausíveis) consoante a classificação de cada produto. Numa segunda etapa as exportações brutas são determinadas residualmente, pela diferença entre o valor líquido do saldo do comércio inter-regional do produto, já conhecido previamente, e a estimativa das importações brutas.

A ideia de uma tipologia de produtos assenta na hipótese que a maioria destes (431) bens ou serviços pode ser incluída numa de duas categorias extremas, para as quais existe uma solução relativamente simples de estimativa das importações brutas inter-regionais:

- *Produtos A*, regionalmente não transacionáveis, i.e., produtos que têm necessariamente de ser produzidos na mesma região em que são consumidos, e não são por isso sujeitos a comércio inter-regional (exemplos de produtos A são a construção de edifícios, os serviços de comércio a retalho (exceto combustíveis), a administração pública, a educação, e vários serviços pessoais). As importações inter-regionais de produtos A são consideradas nulas em ambas as regiões, *R* e *RP*, pelo que também não há exportações inter-regionais.

- *Produtos B*, plenamente transacionáveis, internacional e inter-regionalmente, que se movem entre as regiões a um custo nulo ou não significativo, em particular num país pequeno como Portugal; nestes produtos considera-se que não há motivo para a procura preferir o abastecimento local, pelo que é satisfeita por este ou por importações da outra região, na proporção do output regional do produto em questão (a maioria dos produtos industriais é suposto cair nesta categoria).

O problema, porém, é que existem outros produtos que, mesmo não sendo muito numerosos, significam por vezes um valor muito elevado de transações, que não se ajustam a esta classificação binária. Por este motivo criámos um terceiro tipo "intermédio" de produtos, ditos:

- *Produtos C*, regionalmente transacionáveis entre locais específicos por razões diversas, entre os quais incluímos produtos com custo de transporte elevado, ou outros que por qualquer razão idiossincrática têm uma procura caracterizada por uma forte preferência local; incluíram-se também,

entre os produtos C, alguns produtos que dissemos sujeitos a um “efeito-sede”: estes são produtos cuja procura é geralmente manifestada localmente, mas que é satisfeita por empresas de âmbito nacional, em que uma parte significativa do processo de produção decorre nas sedes das empresas, sede nacional ou sedes regionais, quase sempre localizadas na região Área Metropolitana de Lisboa mas também na Região Norte; esta participação das “sedes” no processo produtivo é julgada equivalente a uma exportação inter-regional da região da sede para a dos seus estabelecimentos. Como exemplo podemos considerar um produto conhecido de todos, as Telecomunicações. Para disponibilizar este serviço, a indústria dos Serviços de Telecomunicações tem funcionários e lojas em todas as regiões do país, mas alguns dos serviços especializados e mais bem remunerados estão concentrados ou em Lisboa ou no Porto. Assim, quando pagamos pelo serviço, uma pequena parte corresponde à prestação do serviço local, mas outra corresponde à atividade gerada na sede, que caso estejamos fora de Lisboa, muito provavelmente acontecerá noutra região.

Os serviços financeiros mais relevantes, assim como os serviços postais, de comunicação (media) e de telecomunicações, são exemplo de produtos sujeitos ao “efeito-sede”. Dois outros produtos: “consultoria e programação informática” e “serviços de publicidade”; por terem uma distribuição de produção por região muito semelhante à dos produtos com “efeito-sede” foram tratados pelo mesmo procedimento.

Uma miscelânea de outros produtos, porém, foram também classificados como produto C, sendo de referir a quase totalidade dos produtos da agricultura e da silvicultura, serviços como os transportes, o comércio por grosso e a saúde humana, e alguns produtos industriais peculiares como a panificação. Nestes produtos, o que se assumiu geralmente foi que 50% de procura correspondia no mínimo a fornecimentos locais, a que acrescia entre os restantes 50% uma percentagem igual ao peso do output da região no país.

A metodologia proposta produz, pois, numa primeira estimativa, por produtos, o valor das importações inter-regionais brutas das duas regiões R e RP . As exportações inter-regionais são obtidas residualmente, como já foi dito, já que o fluxo de exportações líquidas entre as duas regiões era conhecido previamente, antes de termos implementado o procedimento de cálculo das importações brutas.

O problema, porém, é que embora esta abordagem tome como ponto de partida, uma estimativa do comércio inter-regional líquido, exatamente simétrica na ótica das duas regiões, não é verdade para a maioria dos produtos, que as importações brutas que estimamos para cada região coincidam com as exportações brutas que deduzimos para a outra. Há, pois, que proceder a um ajustamento final de consistência entre as duas regiões. Este procedimento iterativo consiste no aumento simultâneo das exportações e importações inter-regionais de um produto numa região, combinado com uma redução também simultânea, para o mesmo produto, das exportações e importações na outra região, até que os fluxos brutos do comércio inter-regional se igualem. A distribuição do ónus deste ajustamento entre as duas regiões foi feita tendo em conta o output relativo do produto nas duas regiões. No final do processo, e tratando-se de um modelo bi-regional, os fluxos inter-regionais estimados são consistentes em ambas as regiões.

As opções metodológicas tomadas, em particular no que respeita a uma calibragem plausível do comércio inter-regional estabelecido entre cada dois espaços $R-RP$, no âmbito de cada um dos sete modelos bi-regionais, permite, na secção seguinte, apresentar alguns resultados no que respeita às respetivas relações de comércio (inter-regional), complementando a caracterização das regiões, apresentada na secção 2, com uma abordagem distinta e que não é possível obter a partir das estatísticas oficiais disponíveis.

4. Caracterização (setorial) do comércio inter-regional

Depois de caracterizada a evolução de cada uma das regiões que compõem o território português, e considerando as hipóteses subjacentes à estimação do comércio regional descritas na Secção 3, procede-se, na presente secção, à caracterização do comércio inter-regional, considerando, para o efeito, um exercício de modelação no âmbito do projeto *PRemMIA*.

É importante recordar que esta informação constitui um elemento de grande potencial para a análise da realidade das economias regionais e complementa a análise parcial de comércio regional que pode ser feita a partir das estatísticas oficiais disponibilizadas pelo INE. De facto, do ponto de vista oficial, o que nos é possível conhecer será uma visão parcial, nomeadamente porque limitada ao comércio internacional das regiões portuguesas. Acresce que o INE apenas disponibiliza dados rigorosos sobre o comércio internacional de produtos, não existindo estimativas do comércio internacional de serviços para NUTS II. Esta restrição limita, inclusive, a análise do comércio internacional entre as regiões, uma vez que o comércio de serviços, entre países e também, como veremos de seguida, entre regiões, pode assumir uma importância crescente nas economias mais desenvolvidas e marcadamente terciárias.

Desta forma, antecipa-se que as conclusões a retirar deste exercício possam ser um importante contributo para entender melhor as interdependências sectoriais e regionais na economia portuguesa. Em primeiro lugar, é apresentado um saldo “mais completo” da balança comercial de cada região, que integra as trocas internacionais, mas também o comércio inter-regional e o turismo. Posteriormente, são apresentados os principais produtos de exportações e importações inter-regionais. Por fim, com o objetivo de conhecer melhor a “base económica” de cada região, são detalhados quais os produtos em que a região apresenta maiores valores de exportações líquidas totais (internacionais e inter-regionais) e exportações líquidas negativas. Por fim, ilustra-se a relevância de cada uma das indústrias exportadoras para a região.

Num mundo cada vez mais interdependente e onde os produtos que consumimos são mais complexos, a natureza das cadeias de valor e a forma como, em termos inter-regionais e internacionais, estão interligadas é condição necessária para perspetivar melhores políticas públicas e o desenho de instrumentos capazes de contribuir para um crescimento económico sustentável e duradouro. Em suma, este trabalho complementa o conhecimento atual das economias regionais em Portugal ao usar um método robusto para estimar as ligações intersectoriais entre as regiões e as dependências existentes entre os diferentes agentes económicos.

a. O comércio inter-regional e a base económica da Região Norte

i. Balança comercial

Na Tabela NOR 11 podemos observar as balanças comerciais da Região Norte, quer em termos inter-regionais quer internacionais. Sendo esta a primeira região analisada, importa compreender como algumas métricas consideradas são estimadas. O saldo inter-regional corresponde à diferença entre as exportações e importações inter-regionais, ou seja, às trocas comerciais entre a Região Norte e as

restantes regiões portuguesas como um todo. Da mesma forma, o saldo internacional de bens e serviços corresponde à leitura simples das trocas comerciais entre a Região Norte e o Estrangeiro. O Consumo dos não-residentes em território nacional (também designado por consumo dos turistas estrangeiros) corresponde, em termos macroeconómicos, a exportações internacionais da economia portuguesa. Em sentido contrário, o consumo de residentes portugueses no estrangeiro corresponde ao dinheiro gasto pelos portugueses a fazer turismo no exterior. Da mesma forma, tal deve ser incluído nas importações internacionais da economia portuguesa com origem, no caso da Tabela NOR 11, no Norte do País. É do balanço do saldo internacional de bens e serviços com as exportações associadas às vindas de turistas e as importações associadas ao consumo dos portugueses no exterior que se estabelece a rubrica “Saldo Internacional de Bens e Serviços com Turismo”. Por fim, a soma dos saldos internacionais e inter-regionais permitirá estimar o saldo internacional e inter-regional da Região Norte.

Tabela NOR 11 – Balança Comercial da Região Norte (10⁶ €)

	Valor	% do VAB da Região
Exportações Inter-regionais	19.678,7	39,4%
Importações Inter-regionais	22.270,2	44,6%
Saldo Inter-regional	-2.591,6	
Exportações Internacionais	24.106,9	48,3%
Importações Internacionais	25.220,9	50,5%
Saldo Internacional de Bens e Serviços	-1.114,0	
Consumo dos Não-residentes em Território Nacional	726,6	1,5%
Consumo dos Residentes no Estrangeiro	1.015,0	2,0%
Saldo Internacional de Bens e Serviços com Turismo	-1.402,4	
Saldo Internacional e Inter-regional da Região Norte	-3.994,0	

Fonte: Cálculos próprios (PREMMIA)

Um dos resultados mais salientes nesta tabela é que a Região Norte apresenta um défice em cada uma das balanças aqui consideradas: balança inter-regional (-5,2% do VAB gerado na região); balança internacional de bens e serviços (-2,2%); e balança de bens e serviços relacionados com turismo (-0,6%). Deve assinalar-se que o maior défice é o da balança inter-regional. No entanto, se olharmos para o peso global das exportações e importações em termos absolutos, ele é maior na componente internacional do que na componente inter-regional. Ou seja, apesar da exposição da Região Norte ao comércio internacional ser maior, quando comparada com a exposição ao comércio inter-regional, o défice maior é obtido com a exposição ao comércio inter-regional.

Estes agregados macroeconómicos podem ser naturalmente associados a realidades distintas em termos sectoriais. Como se viu anteriormente, a Região Norte é caracterizada por ter uma concentração mais elevada do que a média nacional na indústria transformadora e na construção.

ii. Comércio inter-regional

Na Tabela NOR 12 podemos analisar algumas características dos principais produtos de exportação inter-regional da Região Norte e verificar a importância de alguns destes produtos.

Tabela NOR 12 – Principais produtos na Região Norte de exportação inter-regional (10⁶ €)

Top 10 Produtos	Valor das Exportações Inter-regionais	Produção Total	% da Produção desses Produtos	% do VAB Regional das Export. Inter-regio.
Eletricidade, gás, vapor e ar frio	2.956,0	4.121,1	71,7%	5,9%
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	2.215,3	4.652,0	47,6%	4,4%
Produtos têxteis, vestuário e de couro	1.320,8	9.380,1	14,1%	2,6%
Serviços de alojamento e restauração	1.143,4	3.839,7	29,8%	2,3%
Serviços financeiros e de seguros	1.122,5	2.575,3	43,6%	2,2%
Produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	1.040,5	4.116,1	25,3%	2,1%
Produtos de madeira, pasta de papel, papel cartão e seus artigos e impressão	975,3	3.027,6	32,2%	2,0%
Produtos de borracha, de plástico e de outras matérias não metálicas	911,6	3.129,8	29,1%	1,8%
Serviços de transportes e armazenagem	876,2	4.308,3	20,3%	1,8%
Outros produtos da indústria transformadora; reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	803,4	2.302,2	34,9%	1,6%

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

Quando considerada em termos inter-regionais, na base económica da Região Norte destacam-se dois produtos de exportação inter-regional: “Eletricidade, gás, vapor e ar frio” e “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”. No caso da “Eletricidade, gás, vapor e ar frio” refira-se que o valor das exportações corresponde a 71,7% da produção desses produtos e que no caso dos “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”, as exportações inter-regionais correspondem a 47,6% da produção desses produtos, quase metade. Nos produtos “Eletricidade, gás, vapor e ar frio” destaca-se a eletricidade produzida, que representa 39% das exportações destes produtos, sendo ela feita a partir de fontes hídricas, mas também do gás natural e de fontes eólicas. A distribuição de eletricidade representa 55% das exportações inter-regionais e este valor resulta do facto de muitas empresas de eletricidade terem, hoje, as suas sedes e escritórios na Região Norte. Nos “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”, mais de 60% das exportações concentram-se em oito tipos de produtos. Os dois subprodutos mais importantes, “Pão e outros produtos de padaria e de pastelaria, frescos” e “Carne preparada e conservada exceto de aves de capoeira” representam 27% das exportações inter-regionais e os restantes seis, “Manteiga, queijo, iogurtes e outros produtos lácteos n.e.”, “Produtos à base de carne”, “Cerveja”, “Vinhos generosos e licorosos”, “Alimentos compostos para animais”, e “Leite e natas”, asseguram 35,8%.

Os “Produtos têxteis, vestuário e de couro” estão em terceiro no lugar na hierarquia das exportações inter-regionais, com um valor de 1 320,8 milhões de euros. No entanto, estas exportações inter-regionais representam apenas 14,1% da produção total desses produtos, na Região Norte, o que é uma característica diferente dos dois produtos anteriores, em que perto de metade da produção, no

caso dos “Produtos alimentares, bebidas e tabaco” ou 71,7%, no caso da “Eletricidade, gás, vapor e ar frio”, foi exportada para outras regiões do território nacional. Uma razão para a reduzida importância do peso relativo do comércio inter-regional nos “Produtos têxteis, vestuário e couro” reside na maior abertura deste sector ao mercado internacional, facto que será analisado nas próximas tabelas. Nas exportações inter-regionais, destacam-se os subprodutos "Outro vestuário exterior" e "Calçado e suas partes", que contribuem com 59,6% das exportações destes produtos.

Nas exportações inter-regionais devem referir-se também os “Serviços de alojamento e restauração”, o quarto produto mais exportado. O valor exportado foi de 1 134,4 milhões de euros, que corresponde a 29,8% da produção destes produtos, revelando também uma orientação exportadora interessante e para a qual contribui a visita de turistas provenientes de outras regiões do país. No conjunto destes dez produtos, 26,8% do VAB gerado na região teve como destino exportações inter-regionais.

Da mesma forma que há produtos em que a Região Norte se destaca como produtora e que tem de exportar em termos inter-regionais, há outros que são importados de outras regiões do país. Na Tabela NOR 13, destacamos agora os principais produtos de importação inter-regional.

Tabela NOR 13 – Principais produtos na Região Norte de importação inter-regional (10⁶ €)

Top 10 Produtos	Valor
Eletricidade, gás, vapor e ar frio	3.116,8
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	2.364,8
Serviços financeiros e de seguros	2.289,2
Serviços de alojamento e restauração	1.268,8
Serviços de transportes e armazenagem	1.183,0
Produtos da Agricultura, floresta e pesca	1.089,6
Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos	983,1
Produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	951,5
Serviços jurídicos, de contabilidade, gestão, arquitetura, engenharia e de ensaios e análises técnicas	945,8
Serviços de telecomunicações	884,9

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

Na lista dos dez principais produtos importados de outras regiões do país, há apenas quatro que não são idênticos aos das exportações inter-regionais: "Produtos da Agricultura, floresta e pesca"; "Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos"; "Serviços jurídicos, de contabilidade, gestão, arquitetura, engenharia e de ensaios e análises técnicas"; e "Serviços de telecomunicações". Isto significa que quando uma agregação de produtos como esta aqui apresentada é composta por diferentes produtos especializados ou por produtos de natureza heterogénea, haverá trocas comerciais (*cross-hauling*) de produtos da mesma categoria, mas distintos.

Assim, o principal produto exportado em termos inter-regionais é também o principal produto importado de outras regiões nacionais: “Eletricidade, gás, vapor e ar frio”. Uma possível explicação é que a Região Norte concentra aproximadamente 35% da população nacional e 30% do VAB, gerando, por isso, muitas necessidades de energia, que têm de ser satisfeitas no seu ponto de consumo, quer seja pelas famílias, quer seja pelas atividades económicas. Uma outra razão é que a Eletricidade é um bem

transacionável entre regiões. Ou seja, uma parte da produção da Região Norte é para satisfazer o consumo no Resto do País e, em sentido contrário, uma parte do que é consumido na Região Norte provém do Resto do País. De facto, também neste grupo, o principal subproduto importado de outras regiões nacionais é a “Eletricidade distribuída”, correspondendo a 65,6% do total importado neste grupo, ou seja, encontramos aqui o valor pago pela utilização das redes que transportam a energia para a sua utilização final, unidades produtivas e famílias, e que pertencem a empresas que não estão sediadas na região Norte. 17,2% referem-se à importação inter-regional de “Gás produzido e distribuído” e 16,9% à importação de “Eletricidade produzida”.

No que respeita aos “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”, 43,0% das importações correspondem a: “Pão e outros produtos de padaria e de pastelaria, frescos”; “Carne preparada e conservada exceto de aves de capoeira”; “Carne preparada e conservada de aves de capoeira”; e “Alimentos compostos para animais”. Em quarto lugar nas importações inter-regionais encontramos os “Serviços financeiros e de seguros”, que compreendem as “atividades de intermediação monetária realizadas por instituições monetárias diferentes do banco central”. Uma razão para o volume de importações inter-regionais destes produtos é, como veremos mais à frente, a concentração da sede e dos serviços especializados prestados por estas empresas na Área Metropolitana de Lisboa. No que respeita às importações inter-regionais de “Serviços de alojamento e restauração”, elas advêm da procura e usufruto deste tipo de serviços noutras regiões nacionais por residentes da Região Norte. Este é o terceiro produto com mais importações inter-regionais. Dentro destes destacam-se os “Serviços de restauração e similares”, com 42,8% das importações, seguindo-se os “Serviços de estabelecimentos hoteleiros” e os “Outros serviços de alojamento”, a quem cabe a parte restante, respetivamente 28,9% e 28,4%.

A maior parcela dos “Serviços de transporte e armazenagem” que é importada refere-se aos “Serviços de transporte rodoviário de mercadorias e serviços de mudanças”, com 41,3% das importações do referido produto, pois ao comércio inter-regional de produtos com existência física está, necessariamente, associado o seu transporte e também o seu armazenamento durante o processo de transporte, com o custo associado, que nestas situações será assegurado por empresas não sediadas na região Norte.

Nos produtos da “Agricultura, floresta e pesca”, o que tem maior valor nas importações inter-regionais é a “Cortiça natural em bruto ou simplesmente preparada”, que atinge 14% do valor total. A elevada importação inter-regional (com origem na Região do Alentejo) explica-se por ser uma matéria-prima na produção da indústria transformadora ligada aos produtos de cortiça. Os restantes quatro produtos que completam os dez principais produtos de importação inter-regional são: “Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos”, “Produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos”, “Serviços jurídicos, de contabilidade, gestão, arquitetura, engenharia e de ensaios e análises técnicas” e “Serviços de telecomunicações”.

iii. Produtos mais importantes, em termos de Exportações Líquidas globais (inter-regionais e internacionais)

Como já anteriormente argumentado, o comércio inter-regional é apenas uma das vertentes das interdependências entre as regiões e o exterior. A Tabela NOR 14 apresenta uma visão mais completa

dos produtos que são exportados ou importados pela região, tanto em termos inter-regionais como internacionais. Assim, são representados os dez produtos com as maiores exportações globais líquidas positivas, considerando também as exportações e importações internacionais.

Tabela NOR 14 – Principais produtos na Região Norte em termos de exportações líquidas globais positivas (10⁶ €)

Top 10 Produtos	Total	Export. totais	Import. totais	Produção	% da Produção desses produtos	% do VAB Regio. das Export. Líquidas
Produtos têxteis, vestuário e de couro	3.796,5	7.220,8	3.424,3	9.380,1	40,5%	7,6%
Produtos de madeira, pasta de papel, papel cartão e seus artigos e impressão	893,3	2.364,0	1.470,7	3.027,6	29,5%	1,8%
Produtos de borracha, de plástico e de outras matérias não metálicas	703,1	2.570,7	1.867,7	3.129,8	22,5%	1,4%
Material de transporte	600,3	3.548,4	2.948,1	4.009,9	15,0%	1,2%
Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos	437,6	1.563,5	1.125,9	10.594,7	4,1%	0,9%
Serviços de alojamento e restauração	289,8	1.693,1	1.403,3	3.839,7	7,5%	0,6%
Outros produtos da indústria transformadora; reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	238,1	1.555,7	1.317,7	2.302,2	10,3%	0,5%
Construção	231,6	274,8	43,2	7.319,4	3,2%	0,5%
Serviços de transportes e armazenagem	186,8	1.800,4	1.613,6	4.308,3	4,3%	0,4%
Serviços de saúde humana	128,0	411,3	283,3	4.520,8	2,8%	0,3%

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

Os “Produtos têxteis, vestuário e de couro” destacam-se como a classe de produtos de maior exportação líquida global positiva, com um valor consideravelmente superior ao produto colocado em segundo lugar, e são, simultaneamente, o de maior exportação total e importação total. O saldo total é de 3 796,5 milhões de euros, que representa 40,5% da produção desses produtos e 7,6% do VAB gerado na região Norte. Os restantes produtos desta tabela têm um peso consideravelmente inferior. São eles: “Produtos de madeira, pasta de papel, papel cartão e seus artigos e impressão”, “Produtos de borracha, de plástico e de outras matérias não metálicas” e “Material de transporte”. O seu peso na produção é, respetivamente, 29,5%, 22,5% e 15,0%.

O subproduto que mais contribui para o saldo global favorável dos “Produtos têxteis, vestuário e de couro” é o “Calçado e suas partes”, que apresentou um saldo de 1 654,3 milhões de euros, para valores globais de exportações e importações de 2 064,8 e 410,4 milhões de euros, respetivamente. Neste produto, as transações são maioritariamente internacionais, representando 85,6% das exportações totais e 95,5% das importações totais. O mesmo padrão pode ser observado no conjunto dos produtos que fazem parte desta categoria: 82% das exportações são internacionais e 88% das importações são internacionais.

iv. Dependência de produtos do exterior, em termos de Exportações Líquidas globais (inter-regionais e internacionais)

A Tabela NOR 15 apresenta informação sobre os dez produtos, agora com as maiores exportações globais, em termos absolutos, líquidas negativas.

Tabela NOR 15 – Principais produtos na Região Norte em termos de exportações líquidas globais negativas (10⁶ €)

<i>Bottom 10 Produtos</i>	Total	Export. Totais	Import. Totais
Produtos químicos e fibras artificiais e sintéticas	-2.078,2	768,8	2.847,0
Serviços financeiros e de seguros	-1.275,8	1.206,7	2.482,5
Produtos da Agricultura, floresta e pesca	-1.267,0	737,2	2.004,3
Produtos da indústria extrativa	-1.053,4	168,1	1.221,4
Produtos da indústria de outras máquinas e equipamentos	-908,7	1.015,8	1.924,5
Produtos informáticos, de comunicação, eletrónicos e óticos	-891,2	1.263,4	2.154,6
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	-819,4	3.486,3	4.305,6
Produtos farmacêuticos de base e preparações farmacêuticas	-547,1	215,0	762,1
Serviços de telecomunicações	-490,3	492,9	983,2
Produtos elétricos	-353,3	988,5	1.341,8

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

No grupo de produtos com maiores exportações líquidas globais negativas, em termos absolutos, encontramos os “Produtos químicos e fibras artificiais e sintéticas”, sendo que as importações são sobretudo internacionais (82,7% do total), por oposição às exportações, das quais quase metade tem destino internacional e a outra metade o resto do País. Analisando os produtos com maior detalhe, destaca-se um subproduto, pelo seu saldo negativo de 898,3 milhões de euros: “Matérias plásticas em formas primárias”. Em segundo lugar, aparece “Outros produtos químicos, n.e.” com um saldo negativo de 390,1 milhões de euros, sendo o saldo internacional negativo de 802,4 milhões de euros. No grupo dos “Serviços financeiros e de seguros” o saldo negativo é explicado sobretudo pelo comércio inter-regional, com um saldo negativo de 1 166,7 milhões de euros. Nos “Serviços financeiros e de seguros” os subprodutos que apresentam as maiores exportações líquidas globais negativas são “Outros serviços de intermediação monetária” e “Outros serviços de crédito”, com um saldo negativo de 551,0 e 363,4 milhões de euros, respetivamente.

v. Contributo setorial para a criação de emprego das exportações inter-regionais

Para se compreender qual o peso dos sectores exportadores na economia, a Tabela NOR 16 apresenta alguns indicadores macroeconómicos para as dez indústrias com maior saldo exportador global líquido positivo.

É importante notar que estes valores estão na lógica da indústria/ramos de atividade e não na lógica do produto (como aconteceu nas Tabelas NOR 11, NOR 12, NOR 13, NOR 14 e NOR 15). Esse facto está na origem da pequena discrepância existente na coluna “Produção” desta tabela e nas tabelas anteriores. Neste caso, mostramos o total de produção (comumente designado de volume de

receitas), o VAB (a parte que resulta da produção depois de descontado o consumo intermédio de *inputs*) e a forma em como o VAB se divide entre remuneração do trabalho, rendimento misto e excedente bruto de exploração (EBE). O EBE é calculado pela diferença entre o VAB e os custos com o pessoal e os impostos sobre produtos, líquidos de subsídios. O rendimento misto é o rendimento do trabalho por conta própria que tem características de ordenados e salários, bem como características de lucro, não sendo, por isso, estritamente apenas salário ou apenas lucro. Consequentemente, o EBE adicionado do rendimento misto representa a totalidade do valor afeto à remuneração do fator capital e do trabalho por conta própria. Por fim, são apresentados os valores do Emprego a Tempo Completo total (ETC) e do Emprego a Tempo Completo remunerado (ETCr) para cada um dos sectores.

Tabela NOR 16 – Produção, VAB, remunerações e emprego dos sectores exportadores líquidos na Região Norte

Top 10 Produtos	Produção		VAB		Remunerações		Rend. Misto + EBE		ETC		ETCr	
	Valor (10 ⁶ €)	%	Valor (10 ⁶ €)	%	Valor (10 ⁶ €)	%	Valor (10 ⁶ €)	%	Valor (10 ³ p.)	%	Valor (10 ³ p.)	%
Produtos têxteis, vestuário e de couro	9.619,5	9,2	3.573,7	7,2	2.233,1	8,5	1.339,1	5,7	186,3	11,3	173,3	12,8
Produtos de madeira, pasta de papel, papel cartão e seus artigos e impressão	3.188,3	3,1	993,3	2,0	498,7	1,9	488,4	2,1	29,3	1,8	27,6	2,0
Produtos de borracha, de plástico e de outras matérias não metálicas	3.147,2	3,0	1.067,0	2,1	440,3	1,7	615,2	2,6	23,1	1,4	22,5	1,7
Material de transporte	4.524,1	4,3	763,0	1,5	483,6	1,8	276,3	1,2	23,5	1,4	23,3	1,7
Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos	11.567,4	11,1	6.946,5	13,9	3.838,7	14,7	3.051,5	13,0	245,7	14,9	228,8	16,9
Serviços de alojamento e restauração	3.747,9	3,6	2.049,3	4,1	1.018,5	3,9	1.018,6	4,3	75,9	4,6	62,1	4,6
Outros produtos da indústria transformadora; reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	2.081,8	2,0	797,4	1,6	502,1	1,9	293,3	1,3	36,9	2,2	33,3	2,5
Construção	7.086,8	6,8	2.563,6	5,1	1.714,1	6,5	825,6	3,5	117,3	7,1	102,7	7,6
Serviços de transportes e armazenagem	4.404,1	4,2	1.818,0	3,6	948,8	3,6	838,1	3,6	44,8	2,7	43,1	3,2
Serviços de saúde humana	4.556,0	4,4	2.562,9	5,1	1.966,5	7,5	587,4	2,5	78,0	4,7	68,8	5,1

Fonte: Cálculos próprios (PREMMIA)

No seu conjunto, estas dez indústrias asseguram 51,6% da produção regional, 46,4% do VAB, 52,1% das remunerações, 52,2% do emprego a tempo completo e 39,9% das remunerações de todos os outros fatores de produção (rendimento misto e EBE). Em termos setoriais, o ramo das “Vendas por grosso e a retalho; restauração de veículos e motociclos” destaca-se na importância regional da sua produção e do VAB que gera, assim como na importância que tem no rendimento misto e EBE, bem como no emprego gerado. Este resultado pode ser diretamente associado ao facto de se localizarem na Região Norte as sedes das maiores empresas nacionais deste setor. O ramo dos “Produtos têxteis, vestuário e de couro” também se destaca, nestes itens, embora com menor expressão, logo seguido da “Construção”.

Em três dos ramos identificados, o peso das remunerações nas remunerações totais da região é superior ao peso do trabalho a tempo completo remunerado na região: “Material de Transporte”, “Serviços de transporte e armazenagem” e “Serviços de saúde humana”.

O ramo que gera o maior rendimento misto adicionado do EBE é o das “Vendas por grosso e a retalho; restauração de veículos e motociclos”, sendo a sua importância relativa de 13,0% do conjunto do rendimento misto adicionado do EBE na Região Norte, mas que é inferior ao VAB do ramo, calculado relativamente ao VAB regional. No entanto, há três ramos em que a parte do EBE adicionado do rendimento misto do ramo na região é maior do que a parte do VAB regional, o que pode indiciar também uma melhor remuneração média dos fatores de produção (capital e trabalho por conta própria) neste ramo, quando se compara com a média regional.

b. O comércio inter-regional e a base económica da Região Centro

i. Balança comercial

A Tabela CEN 11 sumaria a Balança Comercial da Região Centro, tanto em valor como em percentagem do VAB da Região, em 2017, distinguindo entre comércio inter-regional e internacional de bens e serviços, e turismo.

Tabela CEN 11 – Balança Comercial da Região Centro (10⁶ €)

	Valor	% do VAB da Região
Exportações Inter-regionais	16.227,4	50,9%
Importações Inter-regionais	16.312,5	51,2%
Saldo Inter-regional	-85,1	
Exportações Internacionais	13.992,8	43,9%
Importações Internacionais	15.808,8	49,6%
Saldo Internacional de Bens e Serviços	-1.816,0	
Consumo dos Não-residentes em Território Nacional	426,0	1,3%
Consumo dos Residentes no Estrangeiro	607,1	1,9%
Saldo Internacional de Bens e Serviços com Turismo	-1.997,1	
Saldo Internacional e Inter-regional da Região Centro	-2.082,2	

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

Como é possível verificar pela leitura da Tabela CEN 11, a produção na Região Centro está mais exposta, em termos diretos, ao comércio inter-regional do que ao comércio internacional de bens e serviços. Na verdade, esta região apresenta cerca de 16,3 mil milhões de euros de exportações inter-regionais e apenas 13,9 mil milhões de euros de exportações internacionais. O mesmo padrão é observado nas importações. Em termos de balança, enquanto a balança comercial inter-regional é praticamente equilibrada, a balança comercial em termos internacionais é, tal como a do país, deficitária. No caso da Região Centro é ainda mais deficitária quando se inclui o turismo, uma vez que se estima que a despesa dos turistas estrangeiros na Região seja inferior à despesa que os residentes

fazem no exterior. Em síntese, a Balança Comercial da Região Centro é deficitária num valor ligeiramente superior a 2 mil milhões de euros.

ii. Comércio inter-regional

Na Tabela CEN 12 observamos com maior detalhe quais os produtos que mais contribuem para o valor das exportações inter-regionais da Região para o resto do País.

Tabela CEN 12 – Principais produtos na Região Centro de exportação inter-regional (10⁶ €)

Top 10 Produtos	Valor das Exportações Inter-regionais	Produção Total	% da Produção desses Produtos	% do VAB Regional das Export. Inter-regio.
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	2.581,7	4.506,8	57,3%	8,1%
Eletricidade, gás, vapor e ar frio	2.490,9	3.089,3	80,6%	7,8%
Serviços de alojamento e restauração	1.133,3	2.635,7	43,0%	3,6%
Produtos de borracha, de plástico e de outras matérias não metálicas	1.096,0	3.442,7	31,8%	3,4%
Produtos da Agricultura, floresta e pesca	1.029,4	2.614,6	39,4%	3,2%
Serviços de transportes e armazenagem	996,9	3.321,7	30,0%	3,1%
Produtos de madeira, pasta de papel, papel cartão e seus artigos e impressão	936,3	2.875,0	32,6%	2,9%
Produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	895,2	2.830,3	31,6%	2,8%
Serviços financeiros e de seguros	604,0	1.082,7	55,8%	1,9%
Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos	542,6	6.836,2	7,9%	1,7%

Fonte: Cálculos próprios (PREMMIA)

Observando a Tabela CEN 12 depreende-se que os “Produtos alimentares, bebidas e tabaco” se destacam com um dos principais produtos de exportação inter-regional. De facto, na Região Centro mais de metade da produção destes produtos tem como destino os mercados localizados no resto do país. Dos produtos que contribuem para este valor de exportações destacam-se os baseados na produção animal, nomeadamente a produção de carne, mas também dos seus derivados, como a manteiga, e ainda o pão, diferentes tipos de vinho e a produção de produtos para animais. Em seguida, aparece como principal produto de exportação a “Eletricidade, gás, vapor e ar frio”. Naturalmente, neste caso, o principal subproduto de exportação é a eletricidade produzida, uma vez que na Região Centro se encontram importantes barragens e centrais de produção de energia que abastecem todo o país. Em terceiro lugar, os “Serviços de alojamento e restauração” revelam a importância do turismo da Região, em especial na satisfação da procura dos residentes nacionais que aqui se deslocam por motivos de trabalho ou de lazer. Em quarto lugar, aparece um dos produtos-chave da Região e que mais tem crescido de forma consistente nos últimos anos, os “Produtos de borracha, de plástico e de outras matérias não metálicas”. Estes correspondem a um conjunto de produtos que incorpora segmentos e subprodutos da conhecida Indústria dos moldes que tem uma presença significativa nas sub-regiões de Leiria e de Aveiro.

Em quinto lugar aparecem os produtos do setor primário, com um volume de exportações inter-regionais acima de mil milhões de euros. Estes são particularmente relevantes na Região Centro e o valor de exportações respeita a produtos associados à produção de aves (as exportações de carne de aves e ovos superam os 220 milhões de euros), à pesca e aos produtos da silvicultura. Os “Produtos da madeira, pasta de papel e cartão e seus artigos e impressão” são os restantes produtos em destaque e que pertencem ao grupo mais vasto da indústria transformadora. Em termos de serviços, além dos produtos do alojamento e restauração, que são a origem de exportações em todas as regiões do país, a Região Centro caracteriza-se pela capacidade exportadora em “Serviços de Transporte e Armazenagem”. Neste caso, destacam-se particularmente os “Serviços de Transporte de Mercadorias Rodoviários” em que a região é fortemente exportadora.

Tal como existem produtos exportados em termos inter-regionais, a Região Centro também precisa de importações de outras regiões para satisfazer quer o seu consumo, quer a sua produção. A Tabela CEN 13 mostra os principais produtos importados.

Tabela CEN 13 – Principais produtos na Região Centro de importação inter-regional (10⁶ €)

Top 10 Produtos	Valor
Eletricidade, gás, vapor e ar frio	2.355,8
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	1.719,4
Serviços financeiros e de seguros	1.514,9
Serviços de transportes e armazenagem	811,5
Produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	802,2
Serviços de alojamento e restauração	763,0
Produtos da Agricultura, floresta e pesca	737,5
Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos	691,8
Produtos de coque e refinados petrolíferos	687,7
Produtos de madeira, pasta de papel, papel cartão e seus artigos e impressão	659,4

Fonte: Cálculos próprios (PREMMIA)

Na Tabela CEN 13, a “Eletricidade, gás, vapor e ar frio” (que se destacou como um dos principais produtos exportados) é também um dos principais produtos importados. No entanto, se as exportações inter-regionais correspondiam a eletricidade produzida, as importações correspondem à eletricidade distribuída e está associada à presença de empresas que têm a sua sede e a maioria da sua atividade fora desta região. Da mesma forma, os “Produtos alimentares, bebidas e tabaco” que são um importante produto exportador da Região, também são um dos mais importados. Neste caso, a forte procura que gera importações corresponde especificamente a certas bebidas alcoólicas, aos cereais e produtos agrícolas. Em terceiro lugar estão os “Serviços financeiros e de seguros”. Uma vez mais, apesar de estes serviços existirem na Região, estando as sedes localizadas fora dela faz com que a Região dependa de serviços especializados que estão localizados maioritariamente na Região da Área Metropolitana de Lisboa e na Região Norte. Uma nota importante também para a necessidade de importação de “Produtos de coque e refinados petrolíferos”. Estes produtos são produzidos apenas residualmente na Região e, portanto, o seu consumo está, em larga medida, dependente de importações inter-regionais.

iii. Produtos mais importantes, em termos de Exportações Líquidas globais (inter-regionais e internacionais)

Em síntese, importa salientar que a análise das duas tabelas anteriores torna evidente que há produtos com fortes trocas comerciais em termos inter-regionais, e que podem ser simultaneamente exportados e importados pelas regiões. Além disso, o comércio internacional de produtos revela que certos produtos estão mais orientados para o mercado internacional do que para o mercado nacional. Dependendo dos casos, a Região Centro tem uma balança excedentária ou deficitária. Assim, a Tabela CEN 14 destaca os principais produtos com exportações totais líquidas positivas. Ou seja, considerando o mercado inter-regional e internacional, apresenta os produtos que estão mais orientados para a procura localizada fora da Região Centro.

Tabela CEN 14 – Principais produtos na Região Centro em termos de exportações líquidas globais positivas (10⁶ €)

Top 10 Produtos	Total	Export. totais	Import. totais	Produção	% da Produção desses produtos	% do VAB Regio. das Export. Líquidas
Produtos de borracha, de plástico e de outras matérias não metálicas	1.703,6	3.036,9	1.333,3	3.442,7	49,5%	5,3%
Produtos de madeira, pasta de papel, papel cartão e seus artigos e impressão	1.110,8	2.373,0	1.262,2	2.875,0	38,6%	3,5%
Serviços de alojamento e restauração	637,8	1.477,1	839,3	2.635,7	24,2%	2,0%
Serviços de transportes e armazenagem	604,1	1.636,6	1.032,5	3.321,7	18,2%	1,9%
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	408,2	3.627,5	3.219,3	4.506,8	9,1%	1,3%
Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos	350,8	1.129,0	778,2	6.836,2	5,1%	1,1%
Produtos elétricos	312,2	967,6	655,3	1.048,8	29,8%	1,0%
Outros produtos da indústria transformadora; reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	299,5	1.153,2	853,7	1.463,4	20,5%	0,9%
Eletricidade, gás, vapor e ar frio	198,6	2.599,1	2.400,5	3.089,3	6,4%	0,6%
Construção	129,5	154,2	24,7	3.705,1	3,5%	0,4%

Fonte: Cálculos próprios (PREMMIA)

Segundo a Tabela CEN 14, quando se procede ao balanço das trocas comerciais contabilizando o comércio inter-regional e internacional, sobressai a importância dos “Produtos de borracha, de plástico e de outras matérias-primas não metálicas”. De facto, o excedente comercial destes produtos corresponde quase a 50% do valor total da sua produção. Logo de seguida surgem os “Produtos da madeira, pasta de papel, papel-cartão e seus artigos de impressão”. Neste caso, o excedente comercial é também superior a 1,1 mil milhões de euros e corresponde a 38,6% da produção desses produtos. Nos produtos da indústria transformadora há ainda a destacar os “Produtos alimentares, bebidas e tabaco” com um superavit de 400 mil milhões de euros, os “Produtos elétricos” com mais de 310 milhões de euros de superavit e os “Outros produtos da indústria transformadora” com perto de

300 milhões de euros de excedente. Quando contabilizadas todas as exportações inter-regionais e internacionais (incluindo os turistas), os “Serviço de alojamento e restauração” aparecem como o terceiro produto com maiores exportações líquidas. É importante notar que entre o volume de exportações e importações (sobretudo) inter-regionais de “Eletricidade, Gás, Vapor e Ar frio”, a Região Centro acaba por ter um saldo positivo de 200 milhões de euros que corresponde a 6,4% do sector e a 0,6% do VAB regional.

iv. Dependência de produtos do exterior, em termos de Exportações Líquidas globais (inter-regionais e internacionais)

Na Tabela CEN 15 analisamos agora os produtos onde a Região Centro apresenta maior défice, ou seja, exportações líquidas negativas.

Tabela CEN 15 – Principais produtos na Região Centro em termos de exportações líquidas globais negativas (10⁶ €)

<i>Bottom 10</i> Produtos	Total	Export. Totais	Import. Totais
Produtos da indústria de outras máquinas e equipamentos	-1.074,0	651,4	1.725,4
Produtos de coque e refinados petrolíferos	-1.045,9	16,3	1.062,1
Serviços financeiros e de seguros	-965,2	642,6	1.607,8
Material de transporte	-694,8	1.767,5	2.462,3
Serviços de telecomunicações	-578,2	117,7	695,9
Produtos químicos e fibras artificiais e sintéticas	-560,6	1.502,4	2.062,9
Produtos informáticos, de comunicação, eletrónicos e óticos	-493,6	282,2	775,8
Serviços jurídicos, de contabilidade, gestão, arquitetura, engenharia e de ensaios e análises técnicas	-353,6	343,8	697,4
Serviços administrativos e de apoio	-330,1	443,5	773,6
Produtos farmacêuticos de base e preparações farmacêuticas	-327,8	217,5	545,4

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

Um importante défice da Região Centro está associado aos “Produtos da Indústria de outras máquinas e equipamentos” onde o total de exportações internacionais é largamente insuficiente para compensar a procura regional, tendo a região que importar cerca de 1,7 mil milhões de euros. O segundo produto mais importado corresponde aos “Produtos de coque e refinados de petróleo”. Neste caso, a dependência face à Região do Alentejo e a ausência de uma refinaria na Região justifica o resultado também negativo de mais de mil milhões de euros. Além destes produtos industriais, a Região é também largamente dependente em termos de produtos associados ao “Material de Transporte”, “Produtos químicos e fibras Artificiais e sintéticas” (nestes dois primeiros casos existe uma elevada produção na Região, mas as importações são manifestamente superiores às exportações), “Produtos informáticos, de comunicação, eletrónicos e óticos” e “Produtos farmacêuticos de base e preparações farmacêuticas”. Importa notar que a Região é particularmente dependente dos produtos que, apesar de serem parcialmente produzidos à escala local, têm uma parte da sua produção (e em especial das suas sedes) em Lisboa. O défice nos “Serviços Financeiros e de seguros” e nos “Serviços de telecomunicações” ultrapassa os 500 milhões de euros. Já os “Serviços jurídicos, de contabilidade,

gestão, arquitetura, engenharia e de ensaios e análises técnicas” e os “Serviços Administrativos e de Apoio” apresentam um défice regional que ultrapassa os 300 milhões de euros.

v. Contributo setorial para a criação de emprego das exportações inter-regionais

Por fim, importa perceber como é que as indústrias que produzem estes produtos se posicionam no quadro regional, em termos dos principais indicadores macroeconómicos. Assim, a Tabela CEN 16 sintetiza o emprego, VAB e remunerações das principais indústrias exportadoras líquidas na Região.

Tabela CEN 16 – Produção, VAB, remunerações e emprego dos setores exportadores líquidos na Região Centro

Top 10 Produtos	Produção		VAB		Remunerações		Rend. Misto + EBE		ETC		ETCr	
	Valor (10 ⁶ €)	%	Valor (10 ⁶ €)	%	Valor (10 ⁶ €)	%	Valor (10 ⁶ €)	%	Valor (10 ³ p.)	%	Valor (10 ³ p.)	%
Produtos de borracha, de plástico e de outras matérias não metálicas	3.563,8	5,4	1.204,7	3,8	636,4	4,1	557,3	3,4	32,6	3,5	32,0	4,1
Produtos de madeira, pasta de papel, papel cartão e seus artigos e impressão	3.079,0	4,7	715,2	2,2	268,1	1,7	439,8	2,7	15,2	1,6	14,4	1,8
Serviços de alojamento e restauração	2.587,9	3,9	1.525,0	4,8	645,4	4,1	870,4	5,4	49,1	5,3	38,9	5,0
Serviços de transportes e armazenagem	3.393,7	5,1	1.413,5	4,4	760,7	4,9	632,1	3,9	35,3	3,8	34,1	4,4
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	4.467,9	6,8	965,0	3,0	465,1	3,0	492,5	3,0	31,9	3,4	30,3	3,9
Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos	7.384,3	11,2	4.433,3	13,9	2.187,5	14,1	2.209,4	13,6	143,5	15,4	133,6	17,2
Produtos elétricos	1.112,4	1,7	271,1	0,9	169,0	1,1	101,1	0,6	7,6	0,8	7,6	1,0
Outros produtos da indústria transformadora; reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	1.229,9	1,9	484,8	1,5	320,1	2,1	163,7	1,0	19,8	2,1	18,1	2,3
Eletricidade, gás, vapor e ar frio	3.058,9	4,6	1.059,5	3,3	76,3	0,5	944,2	5,8	1,5	0,2	1,5	0,2
Construção	3.510,7	5,3	1.370,3	4,3	853,6	5,5	503,4	3,1	65,9	7,1	53,5	6,9

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

Na sua totalidade, estes produtos correspondem a 50,5% da produção, 42,2% do VAB, 41% das remunerações, 42,7% do Rendimento Misto e EBE e 43% do Emprego Total da Região Centro. Verifica-se que, apesar da excecional capacidade exportadora da indústria dos “Produtos de borracha, de plástico e de outras matérias não metálicas”, esta representa apenas pouco mais de 5% da produção da região, menos de 4% do VAB regional e cerca de 3,5% do emprego. De modo análogo, a indústria dos “Produtos de madeira, pasta de papel, papel-cartão e seus artigos e impressão” representa 2,2% do VAB regional e 1,6% do emprego total. Em termos dos sectores com maiores exportações líquidas, o maior criador de emprego e contribuinte para o VAB é o das “Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos” que corresponde a cerca de 13,9% do VAB, 15,4% do emprego total e 17,2% do emprego remunerado. Importa também destacar a particularidade do sector da “Eletricidade, gás, vapor e ar frio”. Apesar de representar quase 5% da produção regional, este sector exportador não é particularmente criador de emprego.

c. O comércio inter-regional e a base económica da Área Metropolitana de Lisboa

i. Balança comercial

A Tabela AML 11 apresenta a Balança Comercial da Região da A. M. de Lisboa, em valor absoluto e em percentagem do VAB da região, em 2017.

Tabela AML 11 – Balança Comercial da Região AM Lisboa (10⁶ €)

	Valor	% do VAB da Região
Exportações Inter-regionais	26.027,9	42,7%
Importações Inter-regionais	21.742,2	35,7%
Saldo Inter-regional	4.285,7	
Exportações Internacionais	19.125,3	31,4%
Importações Internacionais	26.897,0	44,2%
Saldo Internacional de Bens e Serviços	-7.771,7	
Consumo dos Não-residentes em Território Nacional	2.062,5	3,4%
Consumo dos Residentes no Estrangeiro	1.083,6	1,8%
Saldo Internacional de Bens e Serviços com Turismo	-6.792,9	
Saldo Internacional e Inter-regional da Região AM Lisboa	-2.507,2	

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

A nível inter-regional, a Região da A. M. de Lisboa reflete um forte volume de exportações exclusivamente para território nacional, no valor de 26 027,9 milhões de euros (42,7% do VAB), acompanhado de um elevado volume de importações, no valor de 21 742,2 milhões de euros (35,7% do VAB). A região apresenta-se, assim, como uma região exportadora em contexto inter-regional, com um superavit de 4 285,7 milhões de euros.

Já a nível internacional, a Região da A. M. de Lisboa apresenta défice nas exportações líquidas, no valor de 7 771,7 milhões de euros. De facto, a região apresenta importações no valor de 26 897,0 milhões de euros (44,2% do VAB) e exportações de apenas 19 125,3 milhões de euros (31,4% do VAB). Quando considerados os consumos de não-residentes em território nacional (2 062,5 milhões de euros, 3,4% do VAB) e o consumo dos residentes no estrangeiro (1 083,6 milhões de euros, 1,8% do VAB), percebe-se que o turismo afeta positivamente o saldo internacional.

De um ponto de vista global, verificamos que a Região da A. M. de Lisboa é uma região tendencialmente importadora que apresenta um défice na Balança Comercial de 2 507,2 milhões de euros.

ii. Comércio inter-regional

Em termos das trocas de produtos que influenciam este resultado, a Tabela AML 10 apresenta os dez principais produtos de exportação inter-regional da Região da A. M. de Lisboa, em 2017, considerando

o valor de produção total de cada produto, o seu valor de exportações inter-regionais e o peso que este tem na produção total do respetivo produto e no VAB da região.

Tabela AML 12 – Principais produtos na Região AM Lisboa de exportação inter-regional (10⁶ €)

Top 10 Produtos	Valor das Exportações Inter-regionais	Produção Total	% da Produção desses Produtos	% do VAB Regional das Export. Inter-regio.
Eletricidade, gás, vapor e ar frio	3.940,3	6.149,8	64,1%	6,5%
Serviços financeiros e de seguros	3.846,2	9.121,7	42,2%	6,3%
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	1.982,0	4.719,0	42,0%	3,3%
Serviços de alojamento e restauração	1.930,1	6.141,1	31,4%	3,2%
Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos	1.908,3	13.989,2	13,6%	3,1%
Serviços de telecomunicações	1.622,4	3.625,8	44,7%	2,7%
Serviços jurídicos, de contabilidade, gestão, arquitetura, engenharia e de ensaios e análises técnicas	1.532,9	5.952,7	25,8%	2,5%
Serviços de transportes e armazenagem	1.367,3	10.381,5	13,2%	2,2%
Serviços administrativos e de apoio	997,9	6.623,5	15,1%	1,6%
Produtos de coque e refinados petrolíferos	781,7	2.589,4	30,2%	1,3%

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

No topo da importância das exportações inter-regionais surge o produto “Eletricidade, gás, vapor e ar frio”, com um valor de 3 940,3 milhões de euros, do qual cerca de 75% advêm da exportação de “Eletricidade distribuída”. Este fenómeno deve-se essencialmente ao efeito de sede que a região concentra. Ou seja, sendo a sede da E-REDES e de outras empresas do sector na Região da A. M. de Lisboa, e sendo uma parte dos salários e lucros aí distribuídos, isso significa que uma parte da atividade que se localiza na Região serve para responder à procura que existe noutras regiões. Isso é o que motiva as exportações inter-regionais líquidas. A exportação inter-regional deste primeiro produto representa 64,1% de um total de produção de 6 149,8 milhões de euros e 6,5% do VAB da região.

Em segundo lugar na tabela figura o produto “Serviços financeiros e de seguros” com um valor de exportações inter-regionais de 3 846,2 milhões de euros, 42,2% da produção do produto e 6,3% do VAB da região. Os subprodutos “Outros serviços de intermediação monetária” e “Outros serviços de crédito” contribuem fortemente para este valor, representando mais de 65% do total de exportações inter-regionais deste produto. Uma vez mais, está bem patente o efeito de sede da Região da A. M. de Lisboa.

É, ainda, de destacar a importância dos “Produtos alimentares, bebidas e tabaco” na Região da A. M. de Lisboa, com um valor de 1 982,0 milhões de euros (3,3% do VAB da região e 42,0% da produção do produto). Particularmente no que concerne a “Pão e outros produtos de padaria e de pastelaria, frescos”, “Carne preparada e conservada exceto de aves de capoeira”, “Alimentos compostos para animais” e “Cerveja”, verificamos que o agregado destes quatro produtos perfaz 40% do volume de exportações inter-regionais de “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”.

O produto “Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos” é especialmente influenciado por “Venda por grosso, exceto de veículos automóveis e motociclos”, cujo valor total representa mais de 90% das exportações inter-regionais do produto. É de salientar, contudo, que as

exportações inter-regionais deste produto apenas representam 13,6% da sua produção, valor consideravelmente inferior ao dos restantes produtos cimeiros. Mais uma vez, e tal como no caso da Região Norte, a natureza exportadora deste produto nesta região deve-se à localização de sedes de algumas empresas nacionais deste sector. Nota, ainda, para a importância relativa dos “Serviços de telecomunicações” que exportam 44,7% da sua produção para território nacional.

As exportações inter-regionais destes dez primeiros produtos representam 15,8% do total de produção da região. No total, a Região da A. M. de Lisboa exporta para as restantes regiões portuguesas cerca de 20,6% da sua produção total.

Tabela AML 13 – Principais produtos na Região AM Lisboa de importação inter-regional (10⁶ €)

Top 10 Produtos	Valor
Eletricidade, gás, vapor e ar frio	4.122,3
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	2.601,9
Serviços de alojamento e restauração	1.674,9
Serviços de transportes e armazenagem	1.189,2
Produtos da Agricultura, floresta e pesca	1.182,6
Serviços financeiros e de seguros	1.017,4
Produtos de madeira, pasta de papel, papel cartão e seus artigos e impressão	880,6
Produtos de borracha, de plástico e de outras matérias não metálicas	853,5
Produtos de coque e refinados petrolíferos	786,2
Produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	687,8

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

A Tabela AML 13 apresenta os dez produtos com maior volume de importações inter-regionais na Região da A. M. de Lisboa, em 2017. O produto com um maior destaque nas importações inter-regionais da Região da A. M. de Lisboa é “Eletricidade, gás, vapor e ar frio”, com um valor de 4 122,3 milhões de euros. Este valor é particularmente impulsionado pela “Eletricidade produzida” (cerca de 55%) e pela “Eletricidade distribuída” (cerca de 40%). Ou seja, mesmo que a Eletricidade seja um bem exportado ele é igualmente importado nomeadamente na sua forma de “produção”, pois a produção de eletricidade na Região da A. M. de Lisboa é praticamente inexistente.

Os “Produtos alimentares, bebidas e tabaco” têm também um forte peso nas importações inter-regionais da Região da A. M. de Lisboa, representando 2 601,9 milhões de euros. Entre eles destacam-se os produtos “Pão e outros produtos de padaria e de pastelaria, frescos”, “Carne preparada e conservada de aves de capoeira”, “Carne preparada e conservada exceto de aves de capoeira” e “Manteiga, queijo, iogurtes e outros produtos lácteos n.e.”, que, no agregado, representam mais de 35% do valor importado.

O terceiro produto com maior volume de importações inter-regionais da Região da A. M. de Lisboa é “Serviços de alojamento e restauração” com um valor de 1 674,9 milhões de euros. Todos os subprodutos associados a este produto apresentam uma forte componente importadora na ótica inter-regional. Desagregando o produto “Serviços de alojamento e restauração”, percebemos que os “Serviços de estabelecimentos hoteleiros” representam 36% do volume de importações, os “Serviços de restauração e similares” um peso de 34% e os “Outros serviços de alojamento” um peso de 30%. Este valor corresponde, na sua maioria, à aquisição de serviços de alojamento das empresas e famílias da Região da A. M. de Lisboa no resto do País. Destaca-se, ainda, o volume de importações inter-regionais dos produtos “Serviços de transportes e armazenagem” (1 189,2 milhões de euros),

“Produtos da Agricultura, floresta e pesca” (1 182,6 milhões de euros) e “Serviços financeiros e de seguros” (1 017,4 milhões de euros). Em suma, no seu agregado, os dez produtos referidos na Tabela AML 14 abrangem 69,0% do total de importações inter-regionais da Região da A. M. de Lisboa.

iii. Produtos mais importantes, em termos de Exportações Líquidas globais (inter-regionais e internacionais)

Tabela AML 14 – Principais produtos na Região AM Lisboa em termos de exportações líquidas globais positivas (10⁶ €)

Top 10 Produtos	Total	Export. totais	Import. totais	Produção	% da Produção desses produtos	% do VAB Regio. das Export. Líquidas
Serviços de transportes e armazenagem	3.495,1	5.993,5	2.498,4	10.381,5	33,7%	5,7%
Serviços financeiros e de seguros	2.817,1	4.176,4	1.359,2	9.121,7	30,9%	4,6%
Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos	2.663,9	3.310,8	646,9	13.989,2	19,0%	4,4%
Serviços de alojamento e restauração	1.573,2	3.470,4	1.897,2	6.141,1	25,6%	2,6%
Serviços de telecomunicações	1.395,8	1.879,2	483,4	3.625,8	38,5%	2,3%
Serviços jurídicos, de contabilidade, gestão, arquitetura, engenharia e de ensaios e análises técnicas	1.222,1	2.125,1	903,0	5.952,7	20,5%	2,0%
Serviços de informação	521,1	1.310,2	789,1	3.123,3	16,7%	0,9%
Outros serviços de consultoria, científicos e afins	494,3	1.212,5	718,2	2.747,8	18,0%	0,8%
Serviços administrativos e de apoio	431,5	1.941,1	1.509,7	6.623,5	6,5%	0,7%
Produtos de coque e refinados petrolíferos	298,6	2.113,3	1.814,7	2.589,4	11,5%	0,5%

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

A Tabela AML 14 apresenta os dez principais produtos com exportações líquidas globais positivas na Região da A. M. de Lisboa, em 2017. Ou seja, combina os valores das exportações e importações inter-regionais, apresentados nas tabelas anteriores, com o valor das trocas internacionais.

O produto com maior destaque nesta seriação é “Serviços de transportes e armazenagem”, com um valor de exportações líquidas global de 3 495,1 milhões de euros, que corresponde a 33,7% da produção total deste produto na região e a 5,7% do VAB regional. Em particular, verificamos a importância dos serviços associados ao Aeroporto de Lisboa para o saldo positivo deste produto na Região da A. M. de Lisboa. De facto, o segmento principal do valor desta rubrica advém de “Serviços de transporte aéreo de passageiros” e de “Serviços de aluguer de meio de transporte aéreo de passageiros e mercadorias, com operador”. Note-se que a nível de comércio inter-regional, os “Serviços de transportes e armazenagem” não têm um peso expressivo na balança comercial da região. Todavia, têm um grande peso a nível de comércio internacional, representando cerca de 22% do volume total de exportações internacionais da Região da A. M. de Lisboa. A natureza internacional deste comércio deve-se ao pagamento de “slots” por companhias aéreas estrangeiras bem como às exportações internacionais associadas ao “Transporte Aéreo”.

O segundo produto com exportações líquidas globais mais elevadas da Região da A. M. de Lisboa é “Serviços financeiros e de seguros”. Ao contrário dos “Serviços de transportes e armazenagem”, que beneficiam especialmente do comércio internacional, os “Serviços financeiros e de seguros”

apresentam um saldo positivo de 2 817,1 milhões de euros (30,9% da produção total do produto de 4,6% do VAB regional), devido ao peso das exportações inter-regionais (92,1% das exportações totais do produto na região).

O terceiro produto que surge destacado na tabela é “Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos” com um valor de exportações líquidas globais de 2 663,9 milhões de euros, o que representa 19,0% da produção e 4,4% do VAB da Região da A. M. de Lisboa. Este produto sofre uma influência equilibrada do comércio inter-regional e do comércio internacional. Do total de exportações de 3 310,8 milhões de euros na região, 57,6% correspondem a exportações inter-regionais e 42,4% a exportações internacionais.

Merecem também destaque os “Serviços de alojamento e restauração”, com um saldo global de 1 573,2 milhões de euros (25,6% da produção e 2,6% do VAB da região) que, em parte, contribuem para o consumo dos turistas na A. M. de Lisboa. Adicionalmente, há ainda a destacar os “Serviços de telecomunicações” com um saldo de 1 395,8 milhões de euros (38,5% da produção e 2,3% do VAB da região) e “Serviços jurídicos, de contabilidade, gestão, arquitetura, engenharia e de ensaios e análises técnicas” com um saldo de 1 222,1 milhões de euros (20,5% da produção e 2,0% do VAB da região).

iv. Dependência de produtos do exterior, em termos de Exportações Líquidas globais (inter-regionais e internacionais)

No outro lado da balança estão os produtos que apresentam exportações líquidas negativas na Região da A. M. de Lisboa, ou seja, cujo volume de importações é superior ao de exportações. A Tabela AML 15 apresenta os dez produtos com maior défice na balança de bens e serviços, isto é, com o menor valor de exportações líquidas globais.

Tabela AML 15 – Principais produtos na Região AM Lisboa em termos de exportações líquidas globais negativas (10⁶ €)

<i>Bottom 10 Produtos</i>	Total	Export. Totais	Import. Totais
Material de transporte	-3.780,4	2.003,2	5.783,5
Produtos da indústria extrativa	-2.640,5	66,1	2.706,6
Produtos da Agricultura, floresta e pesca	-1.994,1	208,3	2.202,4
Produtos têxteis, vestuário e de couro	-1.440,4	164,8	1.605,1
Produtos informáticos, de comunicação, eletrónicos e óticos	-1.208,0	591,5	1.799,5
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	-1.100,4	3.644,1	4.744,5
Produtos químicos e fibras artificiais e sintéticas	-1.048,7	962,1	2.010,8
Produtos de borracha, de plástico e de outras matérias não metálicas	-869,4	735,0	1.604,4
Produtos elétricos	-616,1	358,0	974,1
Produtos da indústria de outras máquinas e equipamentos	-534,3	218,4	752,7

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

Com um saldo de -3 780,4 milhões de euros, o produto “Material de transporte” é o que apresenta o valor mais reduzido de exportações líquidas globais. Este produto destaca-se, assim, como um grande importador, especialmente na componente de comércio internacional. Os produtos “Veículos

automóveis ligeiros de passageiros”, “Outros componentes e acessórios para veículos automóveis” e “Veículos automóveis para o transporte de mercadorias” assumem grande relevância, uma vez que, no seu conjunto, absorvem mais de 85% das importações totais do “Material de transporte” (5 783,5 milhões de euros). Este resultado acontece apesar do grande volume de produção de automóveis no complexo Autoeuropa localizado na Península de Setúbal. Ou seja, sendo este um local de produção de veículos automóveis, a necessidade de *inputs* e o consumo das indústrias, serviços e famílias que se localizam nesta região acabam por superar a produção aí existente.

Em segundo lugar, os “Produtos da indústria extrativa” apresentam um grande peso nas importações internacionais (2 637,6 milhões de euros) e, conseqüentemente, nas importações totais (2 706,6 milhões de euros), existindo apenas uma compensação residual a nível de exportações, o que gera um saldo negativo de 2 640,5 milhões de euros. Uma parte deste resultado é explicada pela imputação de importações associadas ao negócio da produção de produtos refinados de petróleo e da produção de gás, que têm uma parte da sua atividade, em particular as suas sedes, localizadas na Região da A. M. de Lisboa.

Em terceiro lugar surgem os “Produtos da Agricultura, floresta e pesca” que assumem um valor de importações totais (2 202,4 milhões de euros) muito superior ao valor de exportações totais (66,1 milhões de euros), resultando num saldo negativo de 1 994,1 milhões de euros. A tendência importadora de “Produtos da Agricultura, floresta e pesca” deriva praticamente tanto das importações inter-regionais (54%) quanto das importações internacionais (46%).

São de salientar, ainda, os défices na balança comercial dos “Produtos têxteis, vestuário e de couro” (1 440,4 milhões de euros), “Produtos informáticos, de comunicação, eletrónicos e óticos” (1 208,0 milhões de euros) e “Produtos alimentares, bebidas e tabaco” (1 100,4 milhões de euros).

v. Contributo setorial para a criação de emprego das exportações inter-regionais

Após este balanço de produtos, importa perceber qual é, então, o impacto regional das indústrias que produzem os principais produtos de exportação e que, como tal, consubstanciam o que é normalmente designado como a “base económica” da Região. Estes resultados são apresentados na Tabela AML 16. Esta tabela apresenta, para as dez indústrias que produzem os produtos com maior saldo exportador global líquido, os valores de Produção, VAB, Remunerações, Rendimento Misto adicionado do EBE, Emprego equivalente a tempo completo e Emprego equivalente a tempo completo remunerado, bem como o peso que cada um dos indicadores tem no respetivo total.

Tabela AML 16 – Produção, VAB, remunerações e emprego dos setores exportadores líquidos na Região AM Lisboa

Top 10 Produtos	Produção		VAB		Remunerações		Rend. Misto + EBE		ETC		ETCr	
	Valor (10 ⁶ €)	%	Valor (10 ⁶ €)	%	Valor (10 ⁶ €)	%	Valor (10 ⁶ €)	%	Valor (10 ³ p.)	%	Valor (10 ³ p.)	%
Serviços de transportes e armazenagem	10.726,7	8,5	3.864,0	6,3	2.198,1	6,8	1.605,8	5,8	67,7	5,6	66,0	5,3
Serviços financeiros e de seguros	9.591,2	7,6	5.274,6	8,7	2.506,6	7,7	2.487,2	8,9	44,5	3,7	43,8	3,5
Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos	15.702,5	12,5	8.819,1	14,5	4.608,8	14,2	4.143,1	14,9	212,4	17,6	197,8	16,0
Serviços de alojamento e restauração	6.066,7	4,8	3.151,7	5,2	1.768,4	5,5	1.363,0	4,9	109,6	9,1	97,2	7,8
Serviços de telecomunicações	3.834,5	3,0	1.651,6	2,7	383,3	1,2	1.183,3	4,2	9,3	0,8	9,2	0,7
Serviços jurídicos, de contabilidade, gestão, arquitetura, engenharia e de ensaios e análises técnicas	5.525,8	4,4	2.514,8	4,1	1.864,8	5,8	646,9	2,3	71,2	5,9	55,1	4,4
Serviços de informação	2.996,1	2,4	1.586,9	2,6	1.252,4	3,9	340,8	1,2	36,3	3,0	34,8	2,8
Outros serviços de consultoria, científicos e afins	1.973,2	1,6	616,3	1,0	380,3	1,2	237,8	0,9	18,2	1,5	16,5	1,3
Serviços administrativos e de apoio	5.630,0	4,5	3.452,2	5,7	2.375,3	7,3	1.061,7	3,8	19,5	1,6	158,4	12,8
Produtos de coque e refinados petrolíferos	2.670,6	2,1	309,4	0,5	55,2	0,2	245,2	0,9	0,7	0,1	0,7	0,1

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

De forma sucinta, podemos salientar o peso da indústria “Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos” em todos os indicadores. Este produto tem os valores de produção (15 702,5 milhões de euros) e de VAB (8 819,1 milhões de euros) mais elevados da seleção. Verificamos, também, que o valor das Remunerações representa 4 608,8 milhões de euros e que o rendimento misto acrescido de EBE tem um valor de 4 143,1 milhões de euros. A nível de emprego, este produto absorve um grande volume de trabalhadores (cerca de 212 400 indivíduos equivalentes a tempo completo, dos quais 197 800 são remunerados).

Salientam-se, ainda, os “Serviços de alojamento e restauração”, os “Serviços jurídicos, de contabilidade, gestão, arquitetura, engenharia e de ensaios e análises técnicas” e os “Serviços de transportes e armazenagem” que absorvem igualmente um elevado volume de emprego. Já no que respeita ao rendimento misto e EBE, verificamos valores mais elevados nos “Produtos de coque e refinados petrolíferos”, “Serviços de telecomunicações” e “Serviços financeiros e de seguros”.

d. O comércio inter-regional e a base económica da Região do Alentejo

i. Balança comercial

Na Tabela ALE 11 podemos observar a balança comercial da Região do Alentejo com a desagregação das trocas inter-regionais, internacionais e associadas ao turismo.

Tabela ALE 11 – Balança Comercial da Região Alentejo (10⁶ €)

	Valor	% do VAB da Região
Exportações Inter-regionais	8.474,3	76,2%
Importações Inter-regionais	6.357,1	57,2%
Saldo Inter-regional	2.117,2	
Exportações Internacionais	5.559,6	50,0%
Importações Internacionais	6.956,9	62,6%
Saldo Internacional de Bens e Serviços	-1.397,3	
Consumo dos Não-residentes em Território Nacional	97,6	0,9%
Consumo dos Residentes no Estrangeiro	197,8	1,8%
Saldo Internacional de Bens e Serviços com Turismo	-1.497,5	
Saldo Internacional e Inter-regional da Região Alentejo	619,7	

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

A Região Alentejo regista um superavit de 619,7 milhões de euros na sua balança comercial, o que representa 4,8% do PIB regional. Ainda assim, o contributo das balanças aqui analisadas é distinto, já que tanto a balança internacional de bens e serviços como a balança de bens e serviços relacionados com turismo registam um saldo deficitário (-1 397,3 e -100,2 milhões de euros, respetivamente), sendo o excedente da balança inter-regional (2 117,2 milhões de euros) que anula os défices das restantes. No total das exportações sobressai o peso das exportações inter-regionais (60,0%), que mostra que a Região Alentejo é, maioritariamente, exportadora para o território nacional.

ii. Comércio inter-regional

A Tabela ALE 12 apresenta os dez principais produtos de exportação inter-regional do Alentejo.

Tabela ALE 12 – Principais produtos na Região Alentejo de exportação inter-regional (10⁶ €)

Top 10 Produtos	Valor das Exportações Inter-regionais	Produção Total	% da Produção desses Produtos	% do VAB Regional das Export. Inter-regio.
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	1.660,0	2.696,9	61,6%	14,9%
Produtos de coque e refinados petrolíferos	1.376,0	3.061,3	44,9%	12,4%
Produtos da Agricultura, floresta e pesca	1.361,0	2.580,6	52,7%	12,2%
Eletricidade, gás, vapor e ar frio	1.155,6	1.276,8	90,5%	10,4%
Serviços de alojamento e restauração	452,0	948,3	47,7%	4,1%
Serviços de transportes e armazenagem	446,9	1.155,8	38,7%	4,0%
Produtos químicos e fibras artificiais e sintéticas	277,8	1.135,6	24,5%	2,5%
Serviços financeiros e de seguros	205,9	332,0	62,0%	1,9%
Produtos de madeira, pasta de papel, papel cartão e seus artigos e impressão	197,9	377,0	52,5%	1,8%
Produtos de borracha, de plástico e de outras matérias não metálicas	174,7	496,1	35,2%	1,6%

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

Em termos do valor de exportações inter-regionais destacam-se, a larga distância dos demais, quatro produtos: “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”; “Produtos de coque e refinados petrolíferos”; “Produtos da Agricultura, floresta e pesca” e “Eletricidade, gás, vapor e ar frio”. Em conjunto, representam cerca de dois terços das exportações inter-regionais (8 474 milhões de euros) e um quinto da produção total da região (25 066 milhões de euros), o que traduz a preponderância destes quatro produtos na economia da Região Alentejo.

Nos “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”, três subprodutos representam quase um terço das exportações inter-regionais, designadamente “Carne preparada e conservada (exceto de aves de capoeira)”, “Vinhos de qualidade produzidos em região demarcada” e “Pão e outros produtos de padaria”. O mesmo acontece nos “Produtos da Agricultura, floresta e pesca”; neste caso, “Suínos, vivos”, “Azeitonas para produção de azeite” e “Cortiça natural em bruto ou simplesmente preparada” são os principais exportadores para outras regiões do território nacional. De entre os “Produtos de coque e refinados petrolíferos”, a produção de “Gasóleos” absorve mais de 60% das exportações inter-regionais e no produto “Eletricidade, gás, vapor e ar frio”, a produção elétrica também corresponde a quase dois terços das exportações inter-regionais.

A forte vocação exportadora destes produtos está também patente na expressão que as suas exportações inter-regionais têm no VAB do Alentejo, variando entre 10,4% na “Eletricidade, gás, vapor e ar frio” e 14,9% nos “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”.

Com efeito, olhando estes quatro produtos (à exceção dos “Produtos de coque e refinados petrolíferos”), mais de metade da produção destina-se a ser exportada para outras regiões do país, com particular expressão na “Eletricidade, gás, vapor e ar frio”, na central termoelétrica de Sines, onde a parte da produção destinada a exportação atinge 90,5%. Note-se que, com o encerramento desta central em janeiro de 2021, a produção de eletricidade na região tenderá a diminuir, e, conseqüentemente, também as exportações deste produto. A produção de origem térmica representava, em 2020, 61% da produção elétrica na região (DGEG, 2023), proporção que é, já, inferior ao registado em anos anteriores, devido ao aumento da geração a partir de fontes renováveis (DGEG, *vários anos*).

A orientação predominantemente exportadora para outras regiões do país é também a realidade de outros dois produtos inseridos no top dez das exportações inter-regionais, designadamente os “Serviços financeiros e de seguros” e os “Produtos de madeira, pasta de papel, papel cartão e seus artigos e impressão”, que exportam para outras regiões do país mais de metade da produção realizada na Região Alentejo (62,0% e 52,5%, respetivamente). Neste último, destaca-se a “Indústria de preparação da cortiça e seus artigos”, que concentra mais de metade da produção.

No que concerne aos principais produtos de importação inter-regional, destacam-se três, embora as diferenças face ao restante *top 10* não sejam tão significativas como no caso das exportações. A Tabela ALE 13 lista os dez produtos com maior valor de importações inter-regionais.

Tabela ALE 13 – Principais produtos na Região Alentejo de importação inter-regional (10⁶ €)

Top 10 Produtos	Valor
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	1.036,6
Eletricidade, gás, vapor e ar frio	889,7
Serviços financeiros e de seguros	615,1
Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos	380,5
Serviços de transportes e armazenagem	325,2
Produtos da Agricultura, floresta e pesca	291,2
Produtos de madeira, pasta de papel, papel cartão e seus artigos e impressão	255,1
Serviços jurídicos, de contabilidade	251,5
Serviços de alojamento e restauração	239,6
Serviços de telecomunicações	236,7

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

Note-se que os dois maiores importadores inter-regionais – “Produtos alimentares, bebidas e tabaco” e “Eletricidade, gás, vapor e ar frio” – são também dos principais exportadores inter-regionais da Região do Alentejo. Isto acontece porque, como já foi referido anteriormente, a existência de subprodutos diferentes em termos de natureza ou de especificidade, dentro de cada categoria de produtos representada nas Tabelas, acaba por potenciar o comércio entre as regiões.

No que respeita aos “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”, o principal subproduto importado são “Alimentos compostos para animais” (input para a produção de “Suínos vivos”, um dos produtos mais exportados em termos inter-regionais), seguido de “Pão e outros produtos de padaria” e de “Carne preparada e conservada (exceto de aves de capoeira)”. Em conjunto, estes três subprodutos representam metade das importações inter-regionais de “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”.

No que concerne à “Eletricidade, gás, vapor e ar frio”, a esmagadora maioria (três quartos) das importações inter-regionais são de “Eletricidade distribuída”. Ou seja, a Região exporta eletricidade para a rede, mas depois tem um défice no que toca aos serviços de transporte e distribuição, uma vez que estes tendem a estar concentrados, em termos da sua produção e VAB, nos locais onde estão as sedes das empresas de distribuição. Por fim, nos “Serviços financeiros e de seguros” destacam-se as importações de “Outros serviços de intermediação monetária” e “Outros serviços de crédito”, que representam 70% do total e correspondem às agências bancárias localizadas na região, mas que têm as sedes localizadas nas outras regiões do País.

iii. Produtos mais importantes, em termos de Exportações Líquidas globais (inter-regionais e internacionais)

Observando agora o volume total de transações – inter-regionais e internacionais – por produto, a Tabela ALE 14 apresenta os dez produtos com maior valor de exportações líquidas globais positivas.

Tabela ALE 14 – Principais produtos na Região Alentejo em termos de exportações líquidas globais positivas (10⁶ €)

Top 10 Produtos	Total	Export. totais	Import. totais	Produção	% da Produção desses produtos	% do VAB Regio. das Export. Líquidas
Produtos de coque e refinados petrolíferos	2.386,5	2.945,9	559,4	3.061,3	78,0%	21,5%
Produtos da Agricultura, floresta e pesca	918,7	1.708,0	789,2	2.580,6	35,6%	8,3%
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	741,8	2.426,1	1.684,2	2.696,9	27,5%	6,7%
Serviços de alojamento e restauração	276,0	540,4	264,4	948,3	29,1%	2,5%
Eletricidade, gás, vapor e ar frio	271,2	1.210,5	939,3	1.276,8	21,2%	2,4%
Serviços de transportes e armazenagem	268,8	661,1	392,3	1.155,8	23,3%	2,4%
Produtos de borracha, de plástico e de outras matérias não metálicas	89,0	472,1	383,0	496,1	17,9%	0,8%
Construção	36,4	44,1	7,8	966,4	3,8%	0,3%
Serviços públicos de defesa; segurança social obrigatória	24,3	37,3	13,0	1.148,0	2,1%	0,2%
Outros serviços	22,0	32,9	10,9	234,0	9,4%	0,2%

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

A larga distância dos demais, destacam-se os “Produtos de coque e refinados petrolíferos”, com o maior saldo exportador líquido, essencialmente devido a dois produtos: “Gasóleos” e “Gasolina sem chumbo”. Com efeito, nestes produtos, a produção regional é quase na totalidade destinada a exportação (45% para outras regiões do país e 50% para fora do país), e o volume de importações é relativamente baixo, o que resulta num saldo exportador líquido muito significativo, que corresponde a 78% do valor da produção regional destes produtos e 21% do VAB da Região Alentejo.

Para outros seis produtos, as exportações líquidas têm um peso relevante na produção regional, rondando e, essencialmente, ultrapassando os 20%. Já em termos de VAB, o seu peso é bem mais diminuto, destacando-se apenas os “Produtos da Agricultura, floresta e pesca” e os “Produtos alimentares, bebidas e tabaco” com 8,3% e 6,7%, respetivamente.

Nos “Produtos da Agricultura, floresta e pesca”, cinco subprodutos concentram um saldo exportador líquido que é cerca de dois terços do saldo total: “Suínos, vivos”, “Azeitonas para produção de azeite”, “Tomate”, “Cortiça natural em bruto ou simplesmente preparada” e “Outro gado bovino e búfalos, exceto vitelos e vitelas, vivos”. As exportações líquidas destes produtos representam 35,6% da produção regional e 8,3% do VAB.

No que concerne aos “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”, cujo saldo exportador líquido representa 27,5% da produção regional e 6,7% do VAB regional, destacam-se os saldos positivos dos seguintes subprodutos: “Outros produtos hortícolas e frutos preparados e conservados”, “Vinhos de qualidade produzidos em região demarcada”, “Vinhos de mesa”, “Carne preparada e conservada exceto de aves de capoeira” e “Azeite virgem e Produtos à base de carne”.

Os três produtos com maior volume de exportações líquidas de importações são também aqueles que ocupam lugares cimeiros em termos de exportações inter-regionais, embora em termos de comércio internacional exibam situações bem distintas. Enquanto os “Produtos de coque e refinados petrolíferos” apresentam uma balança comercial francamente excedentária com o exterior, nos “Produtos

alimentares, bebidas e tabaco” o excedente é relativamente pequeno (15% das exportações internacionais) e nos “Produtos da Agricultura, floresta e pesca” regista-se mesmo um défice.

iv. Dependência de produtos do exterior, em termos de Exportações Líquidas globais (inter-regionais e internacionais)

No outro extremo, destacam-se os produtos com o maior saldo importador. A Tabela ALE 15 apresenta os dez produtos cujo valor das exportações líquidas globais é menor.

Tabela ALE 15 – Principais produtos na Região Alentejo em termos de exportações líquidas globais negativas (10⁶ €)

<i>Bottom 10</i> Produtos	Total	Export. Totais	Import. Totais
Produtos da indústria extrativa	-1.920,7	535,2	2.455,9
Serviços financeiros e de seguros	-428,0	225,4	653,5
Material de transporte	-235,0	222,2	457,3
Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos	-225,5	176,8	402,3
Produtos têxteis, vestuário e de couro	-218,4	45,4	263,8
Serviços jurídicos, de contabilidade, gestão, arquitetura, engenharia e de ensaios e análises técnicas	-148,3	136,2	284,5
Serviços de telecomunicações	-147,9	110,3	258,1
Produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	-126,7	224,4	351,1
Produtos farmacêuticos de base e preparações farmacêuticas	-115,0	15,4	130,4
Produtos da indústria de outras máquinas e equipamentos	-114,3	35,7	150,0

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

A razoável distância dos restantes, destacam-se os “Produtos da indústria extrativa”, com o maior saldo importador. Para este resultado contribuem o elevado saldo importador líquido de “Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crude”, matéria-prima para a refinaria de Sines, que é, ainda assim, ligeiramente atenuado pelo saldo exportador líquido dos “Minérios metálicos”, nomeadamente fruto das atividades das minas de Neves Corvo, Aljustrel e São Domingos. O segundo lugar é ocupado pelos “Serviços financeiros e de seguros”, que é, aliás, um dos produtos com maior valor de importações inter-regionais e que, mais uma vez, está associado ao excedente que se verifica na Região da A. M. de Lisboa, onde se encontram os serviços especializados e a sede das empresas deste sector.

v. Contributo setorial para a criação de emprego das exportações inter-regionais

Por fim, a Tabela ALE 16 resume alguns indicadores para as indústrias que produzem os produtos com maior saldo exportador global líquido. Em conjunto, estes setores representam 59% da produção e 48% do VAB regional. Os “Produtos de coque e refinados petrolíferos” representam 12,8% da produção da região, mas concorrem com apenas 3,3% para o VAB, empregando menos de 500 trabalhadores a tempo completo, o que se traduz no fraco peso das remunerações do setor no total regional (menos de 1%).

Tabela ALE 16 – Produção, VAB, remunerações e emprego dos setores exportadores líquidos na Região
Alentejo

Top 10 Produtos	Produção		VAB		Remunerações		Rend. Misto + EBE		ETC		ETCr	
	Valor (10 ⁶ €)	%	Valor (10 ⁶ €)	%	Valor (10 ⁶ €)	%	Valor (10 ⁶ €)	%	Valor (10 ³ p.)	%	Valor (10 ³ p.)	%
Produtos de coque e refinados petrolíferos	3.203,2	12,8	369,2	3,3	34,6	0,7	323,8	5,1	0,5	0,1	0,5	0,2
Produtos da Agricultura, floresta e pesca	2.778,5	11,1	1.225,4	11,0	404,9	8,2	1.083,2	17,1	43,9	11,8	32,6	13,1
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	2.645,9	10,6	531,9	4,8	248,3	5,0	278,5	4,4	15,0	4,0	14,5	5,8
Serviços de alojamento e restauração	933,1	3,7	563,4	5,1	216,2	4,4	343,8	5,4	16,2	4,4	12,4	5,0
Eletricidade, gás, vapor e ar frio	1.326,4	5,3	442,3	4,0	31,3	0,6	395,8	6,2	0,6	0,2	0,6	0,2
Serviços de transportes e armazenagem	1.155,2	4,6	565,6	5,1	232,6	4,7	322,7	5,1	10,4	2,8	10,0	4,0
Produtos de borracha, de plástico e de outras matérias não metálicas	509,0	2,0	143,4	1,3	67,1	1,4	75,5	1,2	3,5	1,0	3,4	1,4
Construção	884,3	3,5	396,3	3,6	224,8	4,5	167,6	2,6	15,2	4,1	12,7	5,1
Serviços públicos de defesa; segurança social obrigatória	1.237,4	4,9	942,3	8,5	715,3	14,5	231,9	3,7	26,3	7,1	26,3	10,6
Outros serviços	212,5	0,8	129,5	1,2	60,9	1,2	80,6	1,3	6,7	1,8	3,9	1,6

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

Os “Produtos da Agricultura, floresta e pesca” assumem um papel preponderante em todos os indicadores apresentados, representando na ordem dos 11% da produção e do VAB regional, 17,1% do valor do rendimento misto e do EBE e 8,2% do valor de remunerações do fator trabalho. Concentrando 13,1% do emprego total remunerado da região, a remuneração por trabalhador neste setor terá valores inferiores à média regional. Nesta lista há ainda a destacar o desempenho do ramo dos “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”, que concorre com 10,6% para a produção da Região Alentejo, mas apenas 4,8% do VAB, sendo o terceiro setor que mais emprego concentra na região. Por fim, o ramo “Eletricidade, gás, vapor e ar frio” representa 6,2% do rendimento misto e do EBE na região, mas os seus contributos para a produção, VAB e emprego são relativamente diminutos.

e. O comércio inter-regional e a base económica da Região do Algarve

i. Balança comercial

Tabela ALG 11 – Balança Comercial da Região Algarve (10⁶ €)

	Valor	% do VAB da Região
Exportações Inter-regionais	2.899,5	36,3%
Importações Inter-regionais	5.235,9	65,6%
Saldo Inter-regional	-2.336,5	
Exportações Internacionais	892,4	11,2%
Importações Internacionais	1.971,4	24,7%
Saldo Internacional de Bens e Serviços	-1.079,0	
Consumo dos Não-residentes em Território Nacional	2.063,1	25,8%
Consumo dos Residentes no Estrangeiro	134,2	1,7%
Saldo Internacional de Bens e Serviços com Turismo	849,9	
Saldo Internacional e Inter-regional da Região Algarve	-1.486,6	

Fonte: Cálculos próprios (PREMMIA)

A nível internacional, a Região do Algarve apresenta um défice nas exportações líquidas, no valor de 1 079,0 milhões de euros. De facto, a região regista importações no valor de 1 971,4 milhões de euros (24,7% do VAB) e exportações de apenas 892,4 milhões de euros (24,7% do VAB). Quando considerados os consumos de não-residentes em território nacional (2 062,5 milhões de euros, 25,8% do VAB) e o consumo dos residentes no estrangeiro (134,2 milhões de euros, 1,7% do VAB), percebe-se o papel que o turismo tem na economia da região e no seu saldo internacional, que aumenta para 849,9 milhões de euros. O impacto do turismo torna, assim, a região superavitária na Balança Comercial Internacional (contabilizado o consumo final de turistas).

De um ponto de vista global, verificamos que a Região do Algarve é uma região tendencialmente importadora que apresenta um défice na Balança Comercial Global de 1 486,6 milhões de euros.

ii. Comércio inter-regional

Feita uma análise agregada da Balança Comercial da região, a Tabela ALG 12 apresenta os dez principais produtos de exportação inter-regional da Região do Algarve, em 2017, considerando o valor de produção total de cada produto, o seu valor de exportações inter-regionais e o peso que este tem na produção total do respetivo produto e no VAB da região.

Tabela ALG 12 – Principais produtos na Região Algarve de exportação inter-regional (10⁶ €)

Top 10 Produtos	Valor das Exportações Inter-regionais	Produção Total	% da Produção desses Produtos	% do VAB Regional das Export. Inter-regio.
Serviços de alojamento e restauração	1.170,0	3.148,4	37,2%	14,7%
Eletricidade, gás, vapor e ar frio	326,2	341,4	95,5%	4,1%
Produtos da Agricultura, floresta e pesca	230,3	435,0	52,9%	2,9%
Serviços de transportes e armazenagem	158,0	552,2	28,6%	2,0%
Serviços financeiros e de seguros	147,4	266,9	55,2%	1,8%
Serviços artísticos, recreativos e de espetáculos	139,6	265,5	52,6%	1,7%
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	132,2	218,6	60,5%	1,7%
Serviços administrativos e de apoio	123,1	628,6	19,6%	1,5%
Serviços jurídicos, de contabilidade, gestão, arquitetura, engenharia e de ensaios e análises técnicas	81,4	279,2	29,2%	1,0%
Outros serviços de consultoria, científicos e afins	68,7	158,4	43,4%	0,9%

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

No topo das exportações inter-regionais surge o produto “Serviços de alojamento e restauração”, com um valor de 1 170,0 milhões de euros, do qual cerca de 56% advêm da exportação de “Serviços de estabelecimentos hoteleiros”, 40% de “Outros serviços de alojamento” e 4% de “Serviços de restauração e similares”. Estes resultados devem-se ao marco turístico nacional (e internacional) que a Região do Algarve representa. A exportação inter-regional deste primeiro produto representa 37,2% de um total de produção de 3 148,4 milhões de euros e 14,7% do VAB da região. Por fim, é importante notar a diferença de magnitude que existe entre o volume de exportações inter-regionais dos produtos associados ao setor do turismo e o dos restantes produtos.

Em segundo lugar na Tabela ALG 12 figura o produto “Eletricidade, gás, vapor e ar frio” com um valor de exportações inter-regionais de 326,2 milhões de euros, 95,5% da sua produção e 4,1% do VAB da região. Os subprodutos “Eletricidade distribuída” e “Gás produzido e distribuído” contribuem fortemente para este valor de exportação, representando mais de 80% do total de exportações inter-regionais deste produto. É, ainda, de destacar a importância dos “Produtos da Agricultura, floresta e pesca”, com um valor de 230,3 milhões de euros (2,9% do VAB da região e 52,9% da produção do produto). Particularmente no que concerne a “Citrinos” (onde se incluem as clássicas laranjas do Algarve), “Flores e botões de flores, de corte; sementes de flores”, “Peixes frescos ou refrigerados” e “Moluscos e outros invertebrados aquáticos, vivos, frescos ou refrigerados”, verificamos que o agregado destes quatro subprodutos perfaz mais de 50% do volume de exportações inter-regionais de “Produtos da Agricultura, floresta e pesca”.

O produto “Serviços de transportes e armazenagem” é especialmente influenciado por “Serviços auxiliares dos transportes aéreos e do transporte espacial” e “Serviços de transporte rodoviário de mercadorias e serviços de mudanças”, cujo valor agregado representa cerca de 60% das exportações inter-regionais do produto. É de salientar que as exportações inter-regionais deste produto apenas representam 28,6% da sua produção e 2,0% do VAB da região.

As exportações inter-regionais destes dez primeiros produtos representam 20,0% do total de produção da região. No total, a Região do Algarve exporta para as restantes regiões portuguesas cerca de 22,4% da sua produção total.

Tabela ALG 13 – Principais produtos na Região Algarve de importação inter-regional (10⁶ €)

Top 10 Produtos	Valor
Serviços de alojamento e restauração	1.396,7
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	744,5
Eletricidade, gás, vapor e ar frio	416,1
Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos	392,8
Serviços financeiros e de seguros	330,1
Serviços de transportes e armazenagem	263,9
Serviços administrativos e de apoio	149,4
Produtos de coque e refinados petrolíferos	138,5
Serviços jurídicos, de contabilidade, gestão, arquitetura, engenharia e de ensaios e análises técnicas	134,5
Produtos da Agricultura, floresta e pesca	132,8

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

A Tabela ALG 13 apresenta os dez produtos com maior volume de importações inter-regionais na Região do Algarve, em 2017.

O produto com maior destaque nas importações inter-regionais da Região do Algarve é o de “Serviços de alojamento e restauração”, com um valor de 1 396,7 milhões de euros. Este valor é particularmente elevado devido aos três subprodutos que lhe dão origem, sendo estes, aliás, os subprodutos mais importados da região. De facto, cerca de 35% das importações inter-regionais de “Serviços de alojamento e restauração” advêm de “Outros serviços de alojamento”, 35% de “Serviços de estabelecimentos hoteleiros” e 30% de “Serviços de restauração e similares”.

Os “Produtos alimentares, bebidas e tabaco” têm o segundo volume de importações inter-regionais mais elevado da Região, representando 744,5 milhões de euros. Aqui, destacam-se os subprodutos “Pão e outros produtos de padaria e de pastelaria, frescos”, “Carne preparada e conservada de aves de capoeira”, “Carne preparada e conservada exceto de aves de capoeira” e “Cerveja”, que, no agregado, representam mais de 40% do valor importado em termos inter-regionais.

O terceiro produto com maior volume de importações inter-regionais da Região do Algarve é “Eletricidade, gás, vapor e ar frio” com um valor de 416,1 milhões de euros. Desagregando este produto, percebemos que a “Eletricidade distribuída” representa mais de 70% do volume de importações deste produto e a “Eletricidade produzida” cerca de 20%.

Destacam-se, ainda, os volumes de importações inter-regionais dos produtos “Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos” (392,8 milhões de euros), “Serviços financeiros e de seguros” (330,1 milhões de euros) e “Serviços de transportes e armazenagem” (263,9 milhões de euros). No conjunto, os dez produtos referidos na Tabela ALG 13 abrangem 78,3% do total de importações inter-regionais da Região do Algarve.

iii. Produtos mais importantes, em termos de Exportações Líquidas globais (inter-regionais e internacionais)

Considerando agora um perfil mais completo do comércio e ponderando as componentes do comércio inter-regional e do comércio internacional, a Tabela ALG 14 apresenta os dez principais produtos com exportações líquidas globais positivas na Região do Algarve, em 2017.

Tabela ALG 14 – Principais produtos na Região Algarve em termos de exportações líquidas globais positivas (10⁶ €)

Top 10 Produtos	Total	Export. totais	Import. totais	Produção	% da Produção desses produtos	% do VAB Regio. das Export. Líquidas
Serviços de alojamento e restauração	1.203,9	2.737,0	1.533,1	3.148,4	38,2%	15,1%
Produtos da Agricultura, floresta e pesca	136,8	377,0	240,2	435,0	31,4%	1,7%
Serviços administrativos e de apoio	109,2	332,5	223,3	628,6	17,4%	1,4%
Serviços artísticos, recreativos e de espetáculos	89,3	184,5	95,2	265,5	33,6%	1,1%
Construção	43,9	50,0	6,1	1.015,4	4,3%	0,6%
Serviços de transportes e armazenagem	31,8	362,5	330,7	552,2	5,7%	0,4%
Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos	13,8	418,3	404,5	1.346,8	1,0%	0,2%
Serviços de educação	10,7	23,7	13,0	390,3	2,7%	0,1%
Serviços públicos de defesa; segurança social obrigatória	10,6	13,5	3,0	532,1	2,0%	0,1%
Outros serviços	6,5	13,4	7,0	182,5	3,6%	0,1%

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

O principal produto em termos de exportações totais corresponde aos “Serviços de alojamento e restauração”, com um valor global de exportações líquidas de 1 203,9 milhões de euros, o correspondente a 38,2% da produção total deste produto na região e a 15,1% do VAB regional. Em particular, verificamos a importância dos serviços associados ao turismo e, em particular, à hotelaria, para o saldo positivo deste produto na Região do Algarve. De facto, o segmento principal do valor desta rubrica advém de “Serviços de estabelecimentos hoteleiros”.

O segundo produto com exportações líquidas globais mais elevadas da Região do Algarve é “Produtos da Agricultura, floresta e pesca”. Este produto apresenta um saldo positivo de 136,8 milhões de euros (31,4% da produção total do produto e 1,7% do VAB regional), especialmente devido à produção de “Citrinos”, “Bagas e frutos”, “Moluscos e outros invertebrados aquáticos, vivos, frescos ou refrigerados” e “Flores e botões de flores, de corte; sementes de flores”. No seu conjunto, estes quatro subprodutos representam mais de 55% do total de exportações de “Produtos da Agricultura, floresta e pesca” na região.

São, ainda, de salientar os produtos “Serviços administrativos e de apoio”, com um saldo global de 109,2 milhões de euros (17,4% da produção e 1,4% do VAB da região) e “Serviços artísticos, recreativos e de espetáculos” com um saldo de 89,3 milhões de euros (33,6% da produção e 1,1% do VAB da região).

iv. Dependência de produtos do exterior, em termos de Exportações Líquidas globais (inter-regionais e internacionais)

A Tabela ALG 15 apresenta os dez produtos que mais contribuem para o défice na balança comercial, isto é, com o menor valor de exportações líquidas globais.

Tabela ALG 15 – Principais produtos na Região Algarve em termos de exportações líquidas globais negativas (10⁶ €)

<i>Bottom 10</i> Produtos	Total	Export. Totais	Import. Totais
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	-926,9	192,8	1.119,7
Produtos têxteis, vestuário e de couro	-324,2	10,3	334,5
Produtos de coque e refinados petrolíferos	-203,4	4,3	207,7
Serviços financeiros e de seguros	-194,5	158,9	353,4
Material de transporte	-158,1	3,3	161,5
Outros produtos da indústria transformadora; reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	-144,1	48,3	192,4
Produtos de borracha, de plástico e de outras matérias não metálicas	-134,1	63,0	197,1
Produtos químicos e fibras artificiais e sintéticas	-133,5	26,1	159,6
Produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	-92,9	47,8	140,7
Produtos de madeira, pasta de papel, papel cartão e seus artigos e impressão	-92,8	35,0	127,8

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

Com um saldo de -926,9 milhões de euros, os “Produtos alimentares, bebidas e tabaco” apresentam o valor mais reduzido de exportações líquidas globais. Neste sentido, o produto apresenta-se como um grande importador, especialmente na componente de comércio inter-regional. Os subprodutos “Carne preparada e conservada exceto de aves de capoeira”, “Carne preparada e conservada de aves de capoeira”, “Cerveja”, “Manteiga, queijo, iogurtes e outros produtos lácteos n.e.” e “Pão e outros produtos de padaria” assumem aqui grande relevância, uma vez que, no seu conjunto, absorvem cerca de 40% das importações totais do “Produtos alimentares, bebidas e tabaco” (1 119,7 milhões de euros).

Em segundo lugar, os “Produtos têxteis, vestuário e de couro” também apresentam um elevado peso nas importações totais (334,5 milhões de euros), existindo apenas uma compensação residual a nível de exportações (10,3 milhões de euros), o que gera um saldo negativo de 324,2 milhões de euros. Este produto não tem potencial exportador na Região do Algarve e os subprodutos “Outro vestuário exterior” e “Calçado e suas partes” apresentam um grande impacto nas importações do produto na região (mais de 50%).

Em terceiro lugar, surgem os “Produtos de coque e refinados petrolíferos”, que assumem um valor de importações totais (207,7 milhões de euros) muito superior ao valor de exportações totais (4,3 milhões de euros), resultando num saldo negativo de 203,4 milhões de euros. A natureza importadora de “Produtos de coque e refinados petrolíferos” deriva especialmente das importações inter-regionais (66,7%), não obstante a existência de importações internacionais (33,3%). Os subprodutos “Gasóleos” e “Gasolina sem chumbo” são aqueles que mais contribuem para o elevado défice na balança comercial dos “Produtos de coque e refinados petrolíferos”.

São de salientar, ainda, os défices na balança comercial dos “Serviços financeiros e de seguros” (194,5 milhões de euros), “Material de transporte” (158,1 milhões de euros) e “Outros produtos da indústria transformadora; reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos” (144,1 milhões de euros).

v. **Contributo setorial para a criação de emprego das exportações inter-regionais**

A Tabela ALG 16 apresenta os valores de Produção, VAB, Remunerações, Rendimento Misto adicionado do EBE, Emprego equivalente a tempo completo e Emprego equivalente a tempo completo remunerado das dez indústrias que produzem os principais produtos com exportações líquidas globais positivas, na Região do Algarve, em 2017.

Tabela ALG 16 – Produção, VAB, remunerações e emprego dos setores exportadores líquidos na Região Algarve

Top 10 Produtos	Produção		VAB		Remunerações		Rend. Misto + EBE		ETC		ETCr	
	Valor (10 ⁶ €)	%	Valor (10 ⁶ €)	%	Valor (10 ⁶ €)	%	Valor (10 ⁶ €)	%	Valor (10 ³ p.)	%	Valor (10 ³ p.)	%
Serviços de alojamento e restauração	3.185,4	24,7	1.906,1	23,9	702,4	20,8	1.189,4	26,0	42,4	21,6	35,1	20,4
Produtos da Agricultura, floresta e pesca	464,5	3,6	304,0	3,8	75,7	2,2	280,9	6,1	12,6	6,4	5,5	3,2
Serviços administrativos e de apoio	523,0	4,1	329,7	4,1	170,9	5,0	155,1	3,4	5,1	2,6	10,7	6,2
Serviços artísticos, recreativos e de espetáculos	278,9	2,2	153,0	1,9	77,7	2,3	81,2	1,8	4,6	2,3	3,9	2,3
Construção	983,2	7,6	354,8	4,4	185,8	5,5	166,0	3,6	15,0	7,7	12,3	7,1
Serviços de transportes e armazenagem	567,2	4,4	294,2	3,7	126,2	3,7	162,9	3,6	6,2	3,2	6,0	3,5
Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos	1.534,7	11,9	961,8	12,0	512,1	15,1	443,0	9,7	34,6	17,6	32,2	18,7
Serviços de educação	428,3	3,3	386,0	4,8	344,1	10,2	52,9	1,2	13,7	7,0	12,9	7,5
Serviços públicos de defesa; segurança social obrigatória	602,1	4,7	462,1	5,8	350,9	10,4	116,7	2,6	12,5	6,4	12,5	7,3
Outros serviços	158,6	1,2	98,2	1,2	32,3	1,0	69,9	1,5	4,7	2,4	2,3	1,3

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

De forma sucinta, podemos salientar o peso que o setor “Serviços de alojamento e restauração” possui em todos os indicadores. Este setor tem os valores de produção (3 185,4 milhões de euros) e de VAB (1 906,1 milhões de euros) mais elevados da seleção. Verificamos, também, que o valor das Remunerações ascende a 702,4 milhões de euros e que o rendimento misto acrescido de EBE tem um valor de 1 189,4 milhões de euros. A nível de emprego, este setor absorve um grande volume de trabalhadores: 42 400 indivíduos equivalentes a tempo completo, dos quais 35 100 são remunerados. Salientam-se, ainda, os setores “Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos”, “Construção” e “Serviços de educação” que absorvem igualmente um elevado volume de emprego. Destacam-se, também, os “Serviços administrativos e de apoio” e os “Serviços públicos de defesa; segurança social obrigatória” no que respeita a remunerações, e os “Serviços administrativos e de

apoio” e os “Serviços de transportes e armazenagem”, no que concerne ao rendimento misto acrescido de EBE, pois revelam valores consideravelmente acima dos restantes setores quando ponderados pelo emprego equivalente a tempo completo e pelo emprego equivalente a tempo completo renumerado.

f. O comércio inter-regional e a base económica da Região Autónoma dos Açores

i. Balança comercial

A Região Autónoma dos Açores tem uma balança comercial deficitária, no montante de 243 milhões de euros, que corresponde a 5,9% do PIB regional (Tabela RAA 11).

Tabela RAA 11 – Balança Comercial da Região A Açores (10⁶ €)

	Valor	% do VAB da Região
Exportações Inter-regionais	1.782,3	50,1%
Importações Inter-regionais	1.864,0	52,4%
Saldo Inter-regional	-81,7	
Exportações Internacionais	659,3	18,5%
Importações Internacionais	877,3	24,7%
Saldo Internacional de Bens e Serviços	-217,9	
Consumo dos Não-residentes em Território Nacional	122,3	3,4%
Consumo dos Residentes no Estrangeiro	65,6	1,8%
Saldo Internacional de Bens e Serviços com Turismo	-161,3	
Saldo Internacional e Inter-regional da Região A Açores	-243,0	

Fonte: Cálculos próprios (PREMMIA)

No total das exportações, é de salientar o peso das exportações inter-regionais, que revela que a Região A. dos Açores é, maioritariamente, exportadora para o território nacional. Do mesmo modo, as importações da região têm origem, na sua grande maioria, em outras regiões portuguesas. Este é o resultado de défices nas balanças inter-regional e internacional (-81,7 milhões de euros e -217,9 milhões de euros, respetivamente), que o excedente na balança de bens e serviços relacionados com turismo (56,7 milhões de euros) não é suficiente para anular. O comércio internacional tem, assim, uma expressão relativamente fraca na economia da Região A. dos Açores.

ii. Comércio inter-regional

A balança inter-regional é marcada pela expressão de diferentes produtos e sectores. Assim, começamos a nossa análise por apresentar os dez principais produtos de exportação inter-regional da Região A. dos Açores. A Tabela RAA 12 sumaria estes valores.

Tabela RAA 12 – Principais produtos na Região A Açores de exportação inter-regional (10⁶ €)

<i>Top 10 Produtos</i>	Valor das Exportações Inter-regionais	Produção Total	% da Produção desses Produtos	% do VAB Regional das Export. Inter-regio.
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	387,8	565,2	68,6%	10,9%
Produtos da Agricultura, floresta e pesca	266,1	468,6	56,8%	7,5%
Serviços de alojamento e restauração	240,4	415,8	57,8%	6,8%
Serviços financeiros e de seguros	97,6	120,7	80,8%	2,7%
Serviços de transportes e armazenagem	79,1	456,7	17,3%	2,2%
Serviços administrativos e de apoio	64,1	176,0	36,4%	1,8%
Serviços de telecomunicações	51,9	80,8	64,2%	1,5%
Produtos de borracha, de plástico e de outras matérias não metálicas	35,9	45,4	79,2%	1,0%
Serviços jurídicos, de contabilidade, gestão, arquitetura, engenharia e de ensaios e análises técnicas	34,4	122,7	28,0%	1,0%
Serviços artísticos, recreativos e de espetáculos	21,2	58,1	36,4%	0,6%

Fonte: Cálculos próprios (PREMMIA)

Três categorias de produtos concentram metade das exportações inter-regionais da Região A. dos Açores, designadamente “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”, “Produtos da Agricultura, floresta e pesca” e “Serviços de alojamento e restauração”. Nos três casos, a exportação inter-regional é o destino de mais de metade da produção na região e, por outro lado, o seu valor conjunto perfaz cerca de 25% do VAB regional.

Nos “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”, destacam-se claramente três subprodutos, que são responsáveis por quase dois terços das exportações inter-regionais: “Alimentos compostos para animais”, “Manteiga, queijo, iogurtes e outros produtos lácteos n.e.” e “Leite e natas”. Por seu turno, nos “Produtos da Agricultura, floresta e pesca” destaca-se o “Leite cru de gado leiteiro”, que representa metade das exportações para outras regiões do país. A importância relativa destes dois produtos é reveladora da importância da atividade pecuária nesta região. O terceiro produto com maior relevo em termos de exportações inter-regionais, “Serviços de alojamento e restauração”, é repartido pelos “Serviços de restauração e similares” e “Serviços de estabelecimentos hoteleiros” e “Outros serviços de alojamento”, traduzindo a importância que o turismo tem na Região A. dos Açores.

A Tabela RAA 13 lista os dez produtos com maior valor de importações inter-regionais.

Tabela RAA 13 – Principais produtos na Região A Açores de importação inter-regional (10⁶ €)

Top 10 Produtos	Valor
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	296,1
Serviços financeiros e de seguros	179,6
Serviços de alojamento e restauração	155,0
Serviços de transportes e armazenagem	126,2
Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos	103,9
Produtos da Agricultura, floresta e pesca	93,5
Produtos de coque e refinados petrolíferos	69,7
Serviços de telecomunicações	66,4
Serviços jurídicos, de contabilidade, gestão, arquitetura, engenharia e de ensaios e análises técnicas	56,9
Serviços administrativos e de apoio	51,9

Fonte: Cálculos próprios (PREMMIA)

No que concerne aos principais produtos de importação inter-regional, há a assinalar que, entre os três principais, dois são, também, dos principais exportadores, nomeadamente “Produtos alimentares, bebidas e tabaco” e “Serviços de alojamento e restauração”.

No que respeita aos “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”, os subprodutos com maior peso no total são “Alimentos compostos para animais” (*input* para as atividades pecuárias de onde provém a maior parte das exportações inter-regionais, conforme descrito acima) e “Pão e outros produtos de padaria e de pastelaria, frescos”. A estes dois somam-se “Carne preparada e conservada exceto de aves de capoeira” e “Carne preparada e conservada de aves de capoeira”, ambos com idêntica expressão no total. Em conjunto, estes quatro subprodutos totalizam mais de 40% das importações inter-regionais da Região A. dos Açores.

Os “Serviços financeiros e de seguros” registam o segundo maior volume de importações inter-regionais, fundamentalmente explicado por “Outros serviços de intermediação monetária” e “Outros serviços de crédito”, que representam perto de 70% destas importações. Por fim, quanto aos “Serviços de alojamento e restauração”, há uma relativa preponderância das importações de “Serviços de estabelecimentos hoteleiros” e “Outros serviços de alojamento”, que é explicada pelo importante volume de deslocações dos residentes na Região A. dos Açores a outras regiões do país e, mais uma vez, pela natureza insular deste território.

iii. Produtos mais importantes, em termos de Exportações Líquidas globais (inter-regionais e internacionais)

Considerando agora o volume total de transações – inter-regionais e internacionais, a Tabela RAA 14 apresenta os dez produtos com maior valor de exportações líquidas globais positivas.

Tabela RAA 14 – Principais produtos na Região A Açores em termos de exportações líquidas globais positivas (10⁶ €)

<i>Top 10 Produtos</i>	Total	Export. totais	Import. totais	Produção	% da Produção desses produtos	% do VAB Regio. das Export. Líquidas
Serviços de transportes e armazenagem	179,0	371,0	192,0	456,7	39,2%	5,0%
Serviços de alojamento e restauração	164,3	331,6	167,2	415,8	39,5%	4,6%
Produtos da Agricultura, floresta e pesca	129,4	316,0	186,7	468,6	27,6%	3,6%
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	57,2	538,2	481,0	565,2	10,1%	1,6%
Serviços públicos de defesa; segurança social obrigatória	15,0	17,2	2,2	557,9	2,7%	0,4%
Outros serviços	13,5	16,8	3,3	99,1	13,6%	0,4%
Serviços administrativos e de apoio	11,7	89,4	77,7	176,0	6,7%	0,3%
Serviços artísticos, recreativos e de espetáculos	10,7	26,4	15,8	58,1	18,3%	0,3%
Construção	9,3	11,3	2,0	367,4	2,5%	0,3%
Serviços de educação	4,9	10,9	6,0	275,7	1,8%	0,1%

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

Neste aspeto, destacam-se três produtos, todos no *top 10* das exportações inter-regionais, em particular: “Serviços de transportes e armazenagem”, “Serviços de alojamento e restauração” e “Produtos da agricultura, floresta e pesca”.

A importância do primeiro decorre, essencialmente, da natureza insular da região, e da necessidade de ligação às restantes regiões do território nacional, e ao estrangeiro. Três subprodutos assumem um papel preponderante para o desempenho deste, a saber: “Serviços de transporte aéreo de passageiros”, “Serviços de aluguer de meio de transporte aéreo de passageiros e mercadorias, com operador” e “Serviços de transporte marítimo de mercadorias”. No que concerne aos “Serviços de alojamento e restauração”, os “Serviços de restauração e similares” assumem um papel de relevo para o saldo exportador líquido destes produtos. Por último, para o desempenho dos “Produtos da agricultura, floresta e pesca” contribuem maioritariamente para o saldo exportador líquido três subprodutos: “Leite cru de gado leiteiro” (a franca distância dos demais), “Peixes frescos ou refrigerados” e “Outro gado bovino e búfalos, exceto vitelos e vitelas, vivos”.

O saldo exportador destes produtos corresponde a fatias significativas do valor da produção, rondando os 40% nos dois primeiros e 30% no terceiro, mas a uma pequena parte do VAB regional, na ordem dos 5%. Os restantes sete produtos do *top 10* de exportadores líquidos regionais apresentam saldos relativamente diminutos, e, conseqüentemente, correspondem a partes negligenciáveis do VAB da região e a frações reduzidas da produção.

Note-se que os “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”, por serem, simultaneamente, um dos principais exportadores e importadores, têm um saldo exportador líquido positivo relativamente baixo, correspondente a 1,6% do VAB da Região A. dos Açores e 10,1% da produção regional.

iv. Dependência de produtos do exterior, em termos de Exportações Líquidas globais (inter-regionais e internacionais)

No outro extremo, destacam-se os produtos com o maior saldo importador. A Tabela RAA 15 apresenta os dez com menor valor das exportações líquidas globais.

Tabela RAA 15 – Principais produtos na Região A Açores em termos de exportações líquidas globais negativas (10⁶ €)

<i>Bottom 10</i> Produtos	Total	Export. Totais	Import. Totais
Produtos de coque e refinados petrolíferos	-122,9	1,8	124,6
Serviços financeiros e de seguros	-89,9	101,0	190,9
Produtos têxteis, vestuário e de couro	-73,4	5,5	78,9
Material de transporte	-70,6	1,2	71,9
Produtos químicos e fibras artificiais e sintéticas	-57,2	5,0	62,2
Outros produtos da indústria transformadora; reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	-45,5	23,8	69,3
Produtos de madeira, pasta de papel, papel cartão e seus artigos e impressão	-45,1	23,7	68,8
Produtos farmacêuticos de base e preparações farmacêuticas	-42,9	3,0	45,9
Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos	-37,8	70,6	108,4
Produtos de borracha, de plástico e de outras matérias não metálicas	-37,1	44,6	81,8

Fonte: Cálculos próprios (PREMMIA)

Os “Produtos de coque e refinados petrolíferos” são os que apresentam o maior saldo exportador líquido negativo (em termos absolutos), essencialmente devido à importação de combustível associado ao transporte aéreo, e de “Gasóleos”. Em segundo lugar, os produtos dos “Serviços financeiros e de seguros”, devido à importação líquida de “Outros serviços de intermediação monetária” e “Outros serviços de crédito”. “Produtos têxteis, vestuário e de couro” e “Material de transporte” são igualmente importadores líquidos. No primeiro, destacam-se os subprodutos “Outro vestuário exterior” e “Calçado e suas partes”, já que a produção regional destes bens é praticamente inexistente. No segundo, “Veículos automóveis ligeiros de passageiros” e, em menor medida, “Aeronaves e veículos espaciais e máquinas relacionadas” e “Outros componentes e acessórios para veículos automóveis”.

v. Contributo setorial para a criação de emprego das exportações inter-regionais

Por fim, a Tabela RAA 16 resume alguns indicadores para os dez setores com maior saldo exportador global líquido, que representam, em conjunto, 58% da produção e 54% do VAB regional. Em termos de contributo para o valor da produção regional (6 020 milhões de euros), destacam-se os “Serviços públicos de defesa; segurança social obrigatória” (10,5%), “Produtos alimentares, bebidas e tabaco” (9,2%) e “Produtos da agricultura, floresta e pesca” (8,3%), que perfazem quase um terço do seu total. Com exceção deste último, que contribui com escassos 2,5% para o VAB da região, são estes os ramos de atividade que, neste *top 10*, mais contribuem para este agregado (12,7% e 8,7%, respetivamente), seguidos do ramo dos “Serviços de alojamento e restauração” (7,3%). A “Construção” e a “Educação” são relevantes, mas, como foi visto anteriormente, servem essencialmente a procura local da Região A. dos Açores.

Tabela RAA 16 – Produção, VAB, remunerações e emprego dos setores exportadores líquidos na Região
A Açores

Top 10 Produtos	Produção		VAB		Remunerações		Rend. Misto + EBE		ETC		ETCr	
	Valor (10 ⁶ €)	%	Valor (10 ⁶ €)	%	Valor (10 ⁶ €)	%	Valor (10 ⁶ €)	%	Valor (10 ³ p.)	%	Valor (10 ³ p.)	%
Serviços de transportes e armazenagem	473,7	7,9	215,0	6,0	131,1	7,2	81,2	4,5	4,1	3,8	3,8	4,2
Serviços de alojamento e restauração	411,5	6,8	260,7	7,3	105,3	5,8	153,7	8,6	7,2	6,6	5,9	6,6
Produtos da Agricultura, floresta e pesca	502,1	8,3	308,3	8,7	45,2	2,5	327,8	18,3	10,2	9,4	3,8	4,2
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	552,7	9,2	89,7	2,5	62,9	3,5	26,3	1,5	4,3	3,9	4,1	4,6
Serviços públicos de defesa; segurança social obrigatória	632,0	10,5	452,6	12,7	362,5	20,0	95,5	5,3	14,6	13,4	14,6	16,3
Outros serviços	93,5	1,6	46,8	1,3	26,7	1,5	24,7	1,4	2,8	2,6	1,9	2,1
Serviços administrativos e de apoio	128,3	2,1	82,9	2,3	37,1	2,0	44,4	2,5	7,4	6,9	2,7	3,0
Serviços artísticos, recreativos e de espetáculos	60,1	1,0	29,1	0,8	20,9	1,2	9,2	0,5	1,5	1,4	1,2	1,4
Construção	348,8	5,8	137,3	3,9	84,2	4,7	51,8	2,9	7,1	6,5	5,9	6,6
Serviços de Educação	302,6	5,0	287,4	8,1	246,6	13,6	49,0	2,7	9,4	8,7	9,0	10,0

Fonte: Cálculos próprios (PREMMIA)

A Tabela RAA 16 permite perceber que estes setores se distinguem também em termos de remuneração dos fatores produtivos, destacando-se os “Serviços públicos de defesa; segurança social obrigatória” pelo peso relativo das remunerações do trabalho (20%), e os “Produtos da agricultura, floresta e pesca” pelo peso relativo das remunerações do capital e trabalho por conta própria (18,3%). Nas remunerações do fator trabalho merecem ainda destaque os ramos “Serviços de transportes e armazenagem” (7,2%) e “Serviços de alojamento e restauração” (5,8%). Este último é um dos setores que concentra maior fatia de emprego remunerado a tempo completo, de onde se deduz que a remuneração média por trabalhador é relativamente inferior à média regional.

Em termos de emprego a tempo completo (total e remunerado), sobressaem os “Serviços públicos de defesa; segurança social obrigatória”, porque concentram 16,3% do total, assim como os “Produtos da Agricultura, floresta e pesca”, estes pelo diferencial nas proporções de emprego total e remunerado no contexto regional (-5.2p.p.), que deixa bem evidente a preponderância de trabalho não remunerado neste setor e, por este mesmo motivo, os “Serviços administrativos e de apoio”. O setor dos “Produtos alimentares, bebidas e tabaco” ocupa o terceiro lugar em termos de emprego remunerado, concentrando 4,6% do total, mas representa apenas 3,5% do valor total de remunerações, pelo que, também neste ramo, a remuneração por trabalhador é inferior à média regional.

g. O comércio inter-regional e a base económica da Região Autónoma da Madeira

i. Balança comercial

Tabela RAM 11 – Balança Comercial da Região A Madeira (10⁶ €)

	Valor	% do VAB da Região
Exportações Inter-regionais	1.814,4	43,4%
Importações Inter-regionais	3.107,4	74,3%
Saldo Inter-regional	-1.293,0	
Exportações Internacionais	607,7	14,5%
Importações Internacionais	983,4	23,5%
Saldo Internacional de Bens e Serviços	-375,7	
Consumo dos Não-residentes em Território Nacional	678,3	16,2%
Consumo dos Residentes no Estrangeiro	67,8	1,6%
Saldo Internacional de Bens e Serviços com Turismo	234,8	
Saldo Internacional e Inter-regional da Região A Madeira	-1.058,2	

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

O saldo do comércio internacional e inter-regional da R. A. da Madeira é negativo. Contudo, esta conclusão recomenda uma análise mais detalhada. Assim, se o saldo do comércio inter-regional é negativo, no valor de 1 293 milhões de euros, o saldo do comércio internacional de bens e serviços com Turismo é positivo, atingindo o valor de 234,8 milhões de euros. De igual modo, este resulta de um saldo negativo no comércio internacional de bens e serviços no valor de 375,7 milhões de euros que depois é compensado pelo saldo positivo de 610,5 milhões de euros, resultante da diferença entre o consumo efetuado na R.A. da Madeira pelos não residentes e o consumo efetuado no estrangeiro pelos seus residentes. Estes saldos explicam-se em grande parte pela natureza insular da R.A. da Madeira, fortemente dependente das importações de bens e serviços, inter-regionais e internacionais, que são apenas compensadas em parte pelas exportações inter-regionais e internacionais de bens e serviços. Finalmente, este saldo, que corresponde a 14% do VAB, é explicado pela importância do turismo internacional, que é reconhecidamente um elemento determinante da base económica da R. A. da Madeira.

Deve salientar-se igualmente que, quando se compara a importância do comércio inter-regional e internacional, é possível constatar que é o inter-regional o preponderante. As exportações inter-regionais correspondem a 43,4% do VAB da região e as internacionais apenas a 14,5%. No que respeita às importações, as inter-regionais correspondem a 74,3% do VAB e as internacionais a 23,5%.

ii. Comércio inter-regional

Na Tabela RAM 12 analisamos com maior detalhe os produtos que mais contribuem para esta caracterização da Balança Comercial da R. A. da Madeira.

Tabela RAM 12 – Principais produtos na Região A Madeira de exportação inter-regional (10⁶ €)

Top 10 Produtos	Valor das Exportações Inter-regionais	Produção Total	% da Produção desses Produtos	% do VAB Regional das Export. Inter-regio.
Serviços de alojamento e restauração	437,2	958,9	45,6%	10,5%
Serviços de transportes e armazenagem	158,2	597,8	26,5%	3,8%
Serviços financeiros e de seguros	156,4	185,8	84,2%	3,7%
Serviços jurídicos, de contabilidade, gestão, arquitetura, engenharia e de ensaios e análises técnicas	144,1	272,5	52,9%	3,4%
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	128,2	200,3	64,0%	3,1%
Produtos da Agricultura, floresta e pesca	69,1	123,6	55,9%	1,7%
Serviços administrativos e de apoio	44,7	268,7	16,6%	1,1%
Serviços artísticos, recreativos e de espetáculos	43,1	89,6	48,1%	1,0%
Outros serviços de consultoria, científicos e afins	42,0	97,8	43,0%	1,0%
Serviços de telecomunicações	33,2	66,6	49,9%	0,8%

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

Quanto olhamos para os produtos mais exportados em termos inter-regionais, cinco deles concentram 56% das exportações e 24,5% do VAB regional: “Serviços de alojamento e restauração”, “Serviços de transportes e armazenagem”, “Serviços financeiros e de seguros”, “Serviços jurídicos, de contabilidade, gestão, arquitetura, engenharia e de ensaios e análises técnicas”, e “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”. Para além disso, o valor das exportações inter-regionais destes produtos corresponde a aproximadamente 31% da produção total da região.

Nas exportações de “Serviços de alojamento e restauração”, 85,6% correspondem a exportações de “Serviços de estabelecimentos hoteleiros”, o que é um reflexo da importância do Turismo na base económica da R. A. da Madeira. Em resultado na natureza insular da R.A. da Madeira, as exportações inter-regionais de “Serviços de transporte e armazenagem” são igualmente importantes, correspondendo a 26,5% da produção total destes produtos. Nestes, “Serviços auxiliares dos transportes aéreos e do transporte espacial” são os mais importantes, correspondendo a 47,9% dos produtos exportados.

Nas exportações inter-regionais de “Serviços financeiros e de seguros”, 84,4% são exportações de “Serviços de seguros de vida e não vida”, o que está relacionado com um peso relativamente elevado da indústria das atividades financeiras e seguros, no arquipélago. De modo análogo, também os “Serviços jurídicos, de contabilidade, gestão, arquitetura, engenharia e de ensaios e análises técnicas” são um produto de exportação inter-regional com peso relevante. A concentração destes serviços poderá estar relacionada com a presença do Centro Internacional de Negócios da Madeira, conhecido como Zona Franca da Madeira.

Nas exportações inter-regionais de “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”, 57,4% referem-se a dois subprodutos: “Cerveja” e “Pão e outros produtos de padaria e de pastelaria, frescos”. Nestas categorias encontram-se as exportações da marca de cerveja e do pão regional madeirense.

Depois da análise detalhada das exportações inter-regionais da R. A. da Madeira, vejamos agora as suas importações inter-regionais.

Tabela RAM 13 – Principais produtos na Região A Madeira de importação inter-regional (10⁶ €)

<i>Top 10 Produtos</i>	<i>Valor</i>
Serviços de alojamento e restauração	1.005,7
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	323,5
Serviços financeiros e de seguros	232,0
Serviços de transportes e armazenagem	179,4
Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos	117,3
Serviços de telecomunicações	85,3
Serviços administrativos e de apoio	83,7
Serviços jurídicos, de contabilidade, gestão, arquitetura, engenharia e de ensaios e análises técnicas	75,9
Produtos de coque e refinados petrolíferos	72,4
Produtos de borracha, de plástico e de outras matérias não metálicas	71,3

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

Ao analisar as importações inter-regionais percebemos a importância do comércio inter-regional, uma vez que nos principais produtos de importação inter-regional se encontram sete que também constam dos dez principais produtos de exportação inter-regional: “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”, “Serviços administrativos e de apoio”, “Serviços de alojamento e restauração”, “Serviços de telecomunicações”, “Serviços de transportes e armazenagem”, “Serviços financeiros e de seguros” e “Serviços jurídicos, de contabilidade, gestão, arquitectura, engenharia e de ensaios e análises técnicas”.

Dos principais produtos de importação inter-regional, cinco concentram 59,8% das importações regionais: “Serviços de alojamento e restauração”, “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”, “Serviços financeiros e de seguros”, “Serviços de transportes e armazenagem” e “Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos”.

As importações inter-regionais de “Serviços de alojamento e de restauração” são as mais importantes, atingindo os 1 005,7 milhões de euros, encontrando-se repartidas por três subprodutos: “Serviços de restauração e similares” (42,1%); “Outros serviços de alojamento” (29,8%); e “Serviços de estabelecimentos hoteleiros” (28,1%). Estas importações são fundamentalmente explicadas pela estadia, principalmente no continente, de residentes da R. A. da Madeira que aí se deslocam, tanto por motivos de trabalho como por motivos de lazer.

Nos “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”, cinco subprodutos concentram 50% das importações, o que também se compreende pela natureza insular da região: “Pão e outros produtos de padaria e de pastelaria, frescos”, “Carne preparada e conservada excepto de aves de capoeira”, “Carne preparada e conservada de aves de capoeira”, “Manteiga, queijo, iogurtes e outros produtos lácteos n.e.”, “Cerveja” e “Leite e natas”.

Nos “Serviços financeiros e de seguros”, 76,6% das importações inter-regionais referem-se às importações de “Outros serviços de intermediação monetária” e de “Outros serviços de crédito”, que estão relacionados com serviços de intermediação monetária e financeira prestados por instituições sediadas, principalmente, no Continente. Ao detalhar a natureza dos subprodutos de importação inter-

regional nos “Serviços de transportes e armazenagem”, concluímos que 55,7% destas importações se referem a três tipos de subprodutos: “Serviços auxiliares dos transportes terrestres”, “Serviços de transporte de passageiros por vias navegáveis interiores, incluindo aluguer de embarcações com tripulação” e “Serviços de transporte rodoviário de mercadorias e serviços de mudanças”. A razão para esta importação inter-regional está directamente associada com a natureza insular da região. Assim, ao importar um volume significativo de produtos de outras regiões, também são as indústrias e as famílias da Região A. da Madeira que suportam uma parte substancial dos custos de transporte que se geram para trazer os produtos para o arquipélago. Por fim, uma outra categoria importante de produtos de importação inter-regional são as “Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos”.

iii. **Produtos mais importantes, em termos de Exportações Líquidas globais (inter-regionais e internacionais)**

Na Tabela RAM 14 seguinte apresentam-se outros indicadores relacionados com os dez produtos com maior saldo exportador global líquido, que inclui, portanto, o comércio inter-regional e internacional.

Tabela RAM 14 – Principais produtos na Região A Madeira em termos de exportações líquidas globais positivas (10⁶ €)

Top 10 Produtos	Total	Export. totais	Import. totais	Produção	% da Produção desses produtos	% do VAB Regio. das Export. Líquidas
Serviços de transportes e armazenagem	177,2	416,7	239,6	597,8	29,6%	4,2%
Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos	98,9	223,2	124,3	735,7	13,4%	2,4%
Serviços jurídicos, de contabilidade, gestão, arquitetura, engenharia e de ensaios e análises técnicas	84,4	171,1	86,8	272,5	31,0%	2,0%
Serviços públicos de defesa; segurança social obrigatória	18,1	20,6	2,5	684,6	2,6%	0,4%
Construção	17,5	20,5	2,9	549,1	3,2%	0,4%
Serviços administrativos e de apoio	16,9	140,5	123,6	268,7	6,3%	0,4%
Serviços artísticos, recreativos e de espetáculos	13,3	60,7	47,5	89,6	14,8%	0,3%
Serviços de informação	4,7	46,2	41,5	65,2	7,2%	0,1%
Serviços de educação	4,0	12,8	8,9	267,7	1,5%	0,1%
Outros serviços de consultoria, científicos e afins	2,7	58,2	55,5	97,8	2,8%	0,1%

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

Dos produtos aqui considerados destacam-se, pelo seu saldo, os “Serviços de transportes e armazenagem”, as “Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos” e os “Serviços jurídicos, de contabilidade, gestão, arquitectura, engenharia e de ensaios e análises técnicas”. Interessante é também o caso dos “Serviços administrativos e de apoio”, que, apesar do saldo global relativamente reduzido quando comparado com o dos anteriores, registam dos mais elevados valores de exportações e importações globais, 140,5 e 123,6 milhões de euros respetivamente.

No saldo global dos “Serviços de transportes e armazenagem”, são os “Serviços auxiliares dos transportes aéreos e do transporte espacial” que mais se destacam, com um saldo global de 148,3

milhões de euros, o que se compreende pela natureza insular da região. O saldo global de “Venda de combustíveis, por grosso e a retalho” é influenciado, sobretudo, pelo consumo de não residentes que fazem compras de combustíveis e de retalho nas ilhas do arquipélago. Note-se ainda que os “Serviços de transporte e armazenagem” são, simultaneamente, o principal exportador global e importador global, mas que mesmo assim as suas exportações líquidas correspondem a 29,6% da produção e a 4,2% do VAB regional. As exportações líquidas globais das “Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos”, já só correspondem a 13,4% da produção desses produtos e a 2,4% do VAB regional.

iv. Dependência de produtos do exterior, em termos de Exportações Líquidas globais (inter-regionais e internacionais)

Depois de analisadas as exportações líquidas globais positivas, centremos agora a atenção nos produtos com as maiores exportações líquidas globais negativas (em termos absolutos), apresentadas na Tabela RAM 15.

Tabela RAM 15 – Principais produtos na Região A Madeira em termos de exportações líquidas globais negativas (10⁶ €)

Bottom 10 Produtos	Total	Export. Totais	Import. Totais
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	-299,8	190,3	490,1
Serviços de alojamento e restauração	-210,2	857,3	1.067,5
Produtos têxteis, vestuário e de couro	-123,1	47,6	170,7
Produtos de coque e refinados petrolíferos	-108,3	2,2	110,5
Produtos de borracha, de plástico e de outras matérias não metálicas	-89,7	23,4	113,1
Serviços financeiros e de seguros	-83,2	163,5	246,7
Produtos químicos e fibras artificiais e sintéticas	-67,6	7,3	74,9
Outros produtos da indústria transformadora; reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	-62,7	25,3	88,0
Produtos de madeira, pasta de papel, papel cartão e seus artigos e impressão	-59,1	13,8	72,9
Serviços de telecomunicações	-55,8	37,5	93,3

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

Nos “Produtos alimentares, bebidas e tabaco”, que são os produtos com as maiores exportações líquidas globais negativas, o saldo negativo é explicado em 65,3% pelo saldo negativo em termos de comércio inter-regional, sendo o restante explicado pelo comércio internacional. Nestes, o subproduto com maior valor de exportações líquidas globais negativas é a “Carne preparada e conservada excepto de aves de capoeira” (-51,1 milhões de euros). Mais uma vez, a explicação está na natureza insular da R. A. da Madeira. Nos “Serviços de alojamento e restauração”, as exportações líquidas do comércio inter-regional têm um saldo negativo de 568,4 milhões de euros, que é compensado parcialmente pelo consumo de não residentes de 355,4 milhões de euros. No que respeita aos “Produtos têxteis, vestuário e de couro”, 70,2% do saldo negativo deve-se ao comércio internacional.

Natureza diferente tem o saldo dos “Produtos de coque e refinados de petróleo”, que é explicado sobretudo pelo comércio inter-regional, que originou exportações líquidas negativas de 71,1 milhões de euros. Os subprodutos que mais contribuíram foram “Gasóleos” e “Gasolina sem chumbo” com exportações líquidas globais negativas de 82,9 milhões de euros e 59,1 milhões de euros,

respetivamente, resultantes do comércio inter-regional. Ou seja, a ausência de produção deste tipo de produtos nesta Região acaba por fazer com que parte substancial do consumo tenha de ser directamente satisfeito pelas outras regiões do País (nomeadamente a Região do Alentejo).

v. Contributo setorial para a criação de emprego das exportações inter-regionais

Tabela RAM 16 – Produção, VAB, remunerações e emprego dos setores exportadores líquidos na Região A Madeira

Top 10 Produtos	Produção		VAB		Remunerações		Rend. Misto + EBE		ETC		ETCr	
	Valor (10 ⁶ €)	%	Valor (10 ⁶ €)	%	Valor (10 ⁶ €)	%	Valor (10 ⁶ €)	%	Valor (10 ³ p.)	%	Valor (10 ³ p.)	%
Serviços de transportes e armazenagem	618,4	8,9	284,8	6,8	96,8	4,9	182,5	8,3	4,2	3,7	3,9	4,1
Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos	842,3	12,1	530,3	12,7	252,4	12,7	274,0	12,5	18,5	16,7	17,3	18,1
Serviços jurídicos, de contabilidade, gestão, arquitetura, engenharia e de ensaios e análises técnicas	226,8	3,3	152,8	3,7	53,5	2,7	99,3	4,5	2,8	2,5	2,1	2,2
Serviços públicos de defesa; segurança social obrigatória	790,0	11,4	568,2	13,6	420,5	21,2	155,9	7,1	15,4	13,9	15,4	16,2
Construção	526,0	7,6	205,5	4,9	119,1	6,0	84,6	3,9	6,7	6,0	6,1	6,4
Serviços administrativos e de apoio	199,4	2,9	128,6	3,1	67,1	3,4	60,0	2,7	2,0	1,8	4,3	4,5
Serviços artísticos, recreativos e de espetáculos	92,0	1,3	41,2	1,0	28,4	1,4	13,9	0,6	1,7	1,5	1,4	1,5
Serviços de informação	56,6	0,8	23,8	0,6	13,0	0,7	10,9	0,5	0,6	0,5	0,5	0,5
Serviços de educação	293,9	4,2	265,5	6,3	212,9	10,7	60,2	2,8	8,3	7,5	7,9	8,3
Outros serviços de consultoria, científicos e afins	47,5	0,7	24,2	0,6	8,9	0,4	15,4	0,7	0,4	0,4	0,2	0,3

Fonte: Cálculos próprios (PReMMIA)

Os ramos “Vendas por grosso e a retalho; reparação de veículos e motociclos” e “Serviços públicos de defesa; segurança social obrigatória” destacam-se na importância regional em todas as variáveis aqui consideradas.

O peso das remunerações nas remunerações totais da região é superior ao peso do trabalho a tempo completo remunerado na região e superior ao VAB nos ramos “Serviços públicos de defesa; segurança social obrigatória” e “Serviços de educação”, o que significa que a remuneração média do trabalho nestes ramos é superior à média regional.

Os ramos que apresentam uma maior remuneração média dos fatores de produção capital e trabalho por conta própria serão aqueles em que a parte do rendimento misto adicionado do EBE que lhes cabe ao gerado no conjunto da região é superior à respetiva parte do VAB no total da região. Esses ramos são o dos “Serviços de transportes e armazenagem” e também dos “Serviços jurídicos, de contabilidade, gestão, arquitetura, engenharia e de ensaios e análises técnicas”. Ou seja, os ramos que remuneram melhor o trabalho são distintos daqueles que remuneram melhor o capital e trabalho por conta própria.

As variáveis aqui apresentadas permitem também salientar o ramo “Serviços administrativos e de apoio”, em que a parte do emprego remunerado no emprego remunerado da região é de 4,5%, o que o coloca em quinto lugar em termos de emprego remunerado. No entanto, a parte das remunerações é de apenas 3,4%, a da produção é de apenas 2,9% e a do VAB é de apenas 3,1%. Ou seja, a

remuneração média do trabalho e também do capital e trabalho por conta própria é inferior à remuneração média regional. A atividade económica exercida na Zona Franca da Madeira inclui-se neste ramo e, portanto, a contribuição para a produção e VAB é de expressão relativamente reduzida, e inferior à contribuição para o emprego remunerado gerado na economia regional.

5. Nota final

A proposta de caracterização da economia das sete regiões NUTS II portuguesas aqui apresentada, complementando uma abordagem mais tradicional com uma outra bem diferenciada, efetuada a partir de estimativas do comércio inter-regional, só foi possível a partir da construção do *PReMMIA*. Assim, além da informação disponibilizada nas suas múltiplas tabelas e da caracterização das regiões que daí resultou, este documento procurou também explicitar de forma sucinta as principais opções metodológicas tomadas, em particular no que respeita a uma calibragem plausível do comércio inter-regional estabelecido entre cada um dos dois espaços regionais em que dividimos o país (em cada um dos sete modelos bi-regionais), uma vez que só essa abordagem tornou possível superar a indisponibilidade de informação estatística relativa a estes fluxos dentro do país.

Importa lembrar que este documento complementa o relatório técnico sobre a construção e derivação das matrizes Input-Output para as regiões portuguesas, respeitante à abordagem *PReMMIA*, que foi produzido pela equipa da FEUC/CeBER e submetido ao PlanAPP em 2022.

Por fim, assinala-se que a abordagem *PReMMIA* permitirá analisar as interdependências, não só intersetoriais, mas também inter-regionais, para as duas regiões em que repartimos o território nacional em cada um dos sete modelos bi-regionais. Perturbações com origem numa região, contagiam também a outra, e retornam em *feedback* à região original, contemplando o modelo toda esta teia de inter-relações.

A etapa seguinte do protocolo entre a FEUC/CeBER e o PlanAPP compreenderá o desenvolvimento e disponibilização de um programa simulador *user friendly* que possibilite a outros utilizadores simular a ordem de grandeza dos impactos de diferentes choques em cada uma das regiões NUTS II.

6. Referências bibliográficas

- DGEG/ADENE (2022 / vários anos). Energia em números. Direção Geral de Energia e Geologia, Agência para a Energia, Lisboa, 2022.
- Eding, G., Oosterhaven, J., de Vet, B. e Nijmeijer, H. (1997) “Constructing Regional Supply and Use Tables: Dutch Experiences” in Hewings, G., Sonis, M., Madden, M. e Kimura, Y. (eds.) *Understanding and Interpreting Economic Structure*, Springer Verlag, Berlin, pp. 237-262.
- GEP-MTSS (2022) Quadros do Povoal. Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Lisboa, Portugal.
- Hulu, E. e Hewings, G. (1993) “The Development and Use of Inter-regional Input-Output Models for Indonesia under Conditions of Limited Information” *Review of Regional Development Studies*, 5, pp. 135-153.
- ICNF (2019) *6º Inventário Florestal Nacional– 2015*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Lisboa, Portugal.
- INE (2017) *Orçamentos Familiares - Inquérito às Despesas das Famílias: 2015 / 2016*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Portugal.
- INE (2021) *Recenseamento Agrícola - 2019*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Portugal
- INE (2022) *Censos 2021. XVI Recenseamento Geral da População: Resultados definitivos*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Portugal.
- Lahr, M. (1993) “A Review of the Literature Supporting the Hybrid Approach to Constructing Regional Input-Output Models” *Economic Systems Research*, 5, pp. 277-293.
- Li, M., Ferreira, J. P., Court, C. D., Meyer, D., Li, M., & Ingwersen, W. W. (2022). StateIO - Open Source Economic Input-Output Models for the 50 States of the United States of America. *International Regional Science Review*, 0(0). <https://doi.org/10.1177/01600176221145874>
- Madsen, B. e Jensen-Butler, C. (1999) “Make and Use Approaches to Regional and Interregional Accounts and Models”, *Economic Systems Research*, 11 (3), pp. 277-300.
- Miller, R. E., & Blair, P. D. (2022). *Input-Output Analysis: Foundations and Extensions* (3rd ed.). Cambridge University Press, Cambridge, UK.
- Sargento, A., Ramos, P. e Hewings, G. (2012) “Inter-Regional Trade Flow Estimation Through Non-Survey Models: An Empirical Assessment” *Economic Systems Research*, 24 (2), pp. 173-193.
- Shchwarm, W., Jackson, R. e Okuyama, Y. (2006) “An Evaluation of Method for Constructing Commodity by Industry Flow Matrices” *The Journal of Regional Analysis and Policy*, 36 (1), pp. 84-93.



www.planapp.gov.pt



[PlanAPP](#)



[@planapp_](#)



[Newsletter](#)